



Plurais Virtual

Universidade Estadual de Goiás  
Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis



Revista  
*Plurais*

ISSN 2238-3751

v. 5 n. 1

Jan/Jun 2015



UNICSEH

UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE GOIÁS



**Plurais Virtual**

**Universidade Estadual de Goiás  
Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis**

---

## **Expediente**

### **Editores:**

José Santana da Silva

Roseli Martins Tristão Maciel

### **Coordenadora de Projetos e Publicações da UEG:**

Elisabete Tomomi Kowata

### **Designer Gráfico:**

Arnaldo Salustiano de Moura

### **Consultora de arte:**

Lígia Maria de Carvalho

### **Conselho editorial:**

Ademir Luiz da Silva (UEG) – História

Adriana Carvalho Pinto Vieira (Unesc)

Carlos Rodrigues Brandão (UNICAMP) – Antropologia

Divina Aparecida Leonel Lunas Lima (UEG) – Economia

Dulce Portilho Maciel (UEG) – História

Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG) – História

Giuliana Muniz Vila Verde (UEG) – Farmácia

Haroldo Reimer (UEG/PUC Goiás/CNPq) – Produtividade CNPq – Teologia

Horacio Gutiérrez (USP) – História

Ivoni Richter Reimer (PUC Goiás) – produtividade CNPq – Teologia

Janes Socorro da Luz (UEG) – Geografia

José Augusto Drummond (CDS/UnB) – Produtividade CNPq

José Luiz Andrade Franco (CDS/UnB) – Produtividade CNPq – História



José Santana da Silva (UEG) – História e Ciências Sociais

Luiz Henrique Dreher – UFJF – Pesquisador CNPq

Marcelo de Mello (UEG) – Geografia

Marcos Antônio de Menezes (UFG/Jataí) – História

Maria de Fátima Oliveira (UEG) – História

Milena d’Ayala Valva (UEG) – Arquitetura e Urbanismo

Nildo Viana (UFG) – Sociologia

Poliene Soares dos Santos Bicalho (UEG) – História

Rita de Cássia Ariza Cruz (USP)

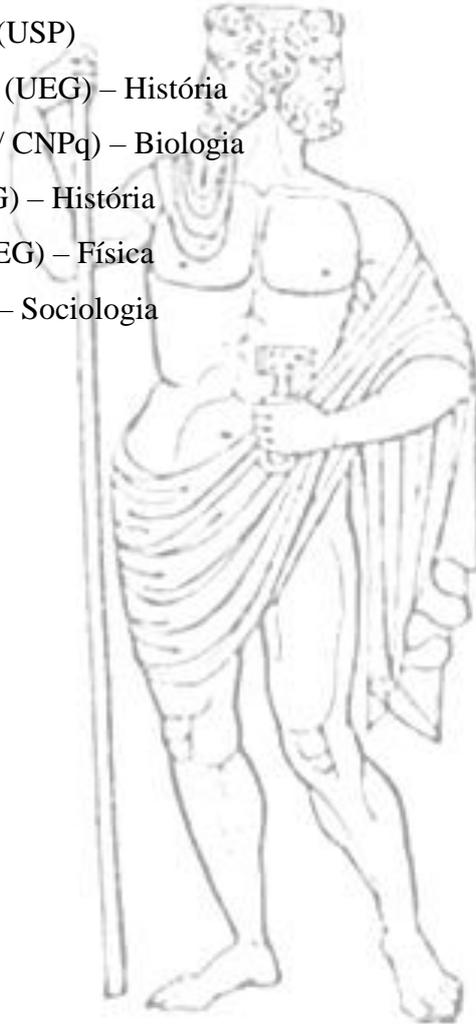
Robson Mendonça Pereira (UEG) – História

Ronaldo Angelini (UFRN / CNPq) – Biologia

Sandro Dutra e Silva (UEG) – História

Solemar Silva Oliveira (UEG) – Física

Veralúcia Pinheiro (UEG) – Sociologia





## APRESENTAÇÃO

Em decorrência de dificuldades alheias a responsabilidade dos editores desta Revista apresentamos ainda com atraso esta edição da Plurais Virtual. Porém, coerente com a proposta desta Revista estão presentes nesta edição trabalhos sobre as mais variadas temáticas. Para melhor orientar os leitores e agilizar suas buscas por textos sobre temáticas do seu interesse, apresentamos informações sucintas sobre o conteúdo dos trabalhos que compõem esta edição.

O primeiro artigo é de temática marxista, cujo título é Marx e Religião. Nele Leonardo Venicius Parreira Proto discute a realidade social a partir do conjunto teórico do materialismo dialético concebido por Marx no século XIX tendo como foco a análise e crítica que este autor faz à religião.

Os valores do útil e do inútil: A hostilidade da produção capitalista em relação à arte é o tema do artigo de Edinei Oliveira Vasco. Adotando, também, o viés do materialismo dialético o autor parte dos critérios, produtivo e improdutivo, para analisar a hostilidade capitalista em relação à arte a partir dos construtos de valor útil e inútil.

Vânia Borges Arantes contribui nesta edição com o artigo, A construção do *ethos* feminino em *Luzia homem* abordagem desenvolvida e embasada pelo teórico da Análise do Discurso, Dominique Maingueneau. O trabalho é uma parte da pesquisa de mestrado da autora, cuja dissertação intitula-se, “O *ethos* discursivo de personagens femininas: dois romances e duas letras de música”.

No artigo do psicólogo e analista Jorge Antônio Monteiro de Lima intitulado, A transdisciplinaridade na obra de C. G. Jung e suas influências na atualidade, o autor discorre sobre as contribuições do pensamento junguiano para as várias áreas do conhecimento científico dando destaque à influência do mesmo nos estudos sobre imaginário, tão em voga na atualidade.

A pesquisadora na área de história regional Maria de Fátima Oliveira e seu bolsista Patrik Luan Costa Barbosa apresentam o artigo, Rio Meia Ponte: de sua importância no discurso mudancista da capital de Goiás ao abandono na atualidade. Trata-se de uma interpretação dos dados resultantes de um levantamento sobre o descaso e falta de uma



política efetiva de preservação para com o rio Meia Ponte. Os autores destacam a impotência deste rio no passado no sentido de ter sido um dos elementos decisivos na escolha do local para onde seria transferida a capital na década de 1930, aparecendo no projeto de mudança da capital como um dos componentes de grande importância no discurso que defendia a transferência da capital da antiga cidade de Goiás para outro lugar.

O presente número da Plurais Virtual é finalizado pelo trabalho da professora e pesquisadora Roseli Martins Tristão Maciel cujo título é As políticas públicas de saúde na perspectiva desenvolvimentista, trata-se de um estudo sobre as relações entre saúde e desenvolvimento. A autora faz uma análise da questão da saúde a partir da década de 1940 no momento da inserção do Brasil na política e economia mundiais frente à ideologia do subdesenvolvimento e da concepção do “capital humano”, para as quais, a saúde da população de um país, estaria diretamente relacionada à promoção de seu desenvolvimento, ideias estas que eram difundidas pelos ditos países desenvolvidos.

Ao encerrar esta apresentação, informamos que a Revista Plurais Virtual desvinculou-se do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Interdisciplinar) Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER).

Uma boa e proveitosa leitura crítica a todos. Nossos agradecimentos aos autores que nos confiaram à publicação dos seus textos nesta Revista Plurais.

José Santana da Silva  
Roseli Martins Tristão Maciel  
(editores)



## SUMÁRIO

<b>Expediente .....</b>	<b>1</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>MARX E A RELIGIÃO .....</b>	<b>7</b>
Leonardo Venicius Parreira Proto	
<b>OS VALORES DO ÚTIL E DO INÚTIL: A HOSTILIDADE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA EM RELAÇÃO À ARTE .....</b>	<b>22</b>
Edinei Oliveira Vasco	
<b>A CONSTRUÇÃO DO ETHOS FEMININO EM LUZIA HOMEM.....</b>	<b>38</b>
Vânia Borges Arantes	
<b>TRANSDISCIPLINARIDADE NA OBRA DE C. G. JUNG E SUAS INFLUÊNCIAS NA ATUALIDADE .....</b>	<b>61</b>
Jorge Antônio Monteiro de Lima	
<b>RIO MEIA PONTE: DE SUA IMPORTÂNCIA NO DISCURSO MUDANCISTA DA CAPITAL DE GOIÁS AO ABANDONO NA ATUALIDADE.....</b>	<b>81</b>
Patrik Luan Costa Barbosa Maria de Fátima Oliveira	
<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTISTA .....</b>	<b>107</b>
Roseli Martins Tristão Maciel	

**Aviso:** A responsabilidade pela revisão dos artigos, entrevistas, resenhas, traduções etc., publicadas na Revista Plurais Virtual são de responsabilidade compartilhada entre os autores creditados e a equipe editorial.



## MARX E A RELIGIÃO

Leonardo Venicius Parreira Proto<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende discutir a teoria de Karl Marx (1818-1883) e o conjunto de sua tese para explicação da realidade social. Tendo como pressuposto a compreensão da totalidade social, que é expressão do conjunto teórico esboçado por este pensador ao longo do século XIX, focaremos nossa reflexão na análise que faz da religião e como pode ser entendida como uma determinação social. O elemento da religião, para Marx, seria incompreensível se analisado de forma isolada, num fim em si mesmo, e ao contrário disto, a crítica à religião para este é a premissa de toda crítica, e aqui, crítica impiedosa do todo existente, daquilo que foi denominado como sociedade.

**Palavras-chave:** materialismo histórico; religião; totalidade; crítica.

### Abstract

*This article discusses the theory of Karl Marx (1818-1883) and the set of his thesis for explanation of social reality. It being understood understanding of the social totality, which is an expression of the outlined theoretical set by this thinker throughout the nineteenth century, we will focus our reflection in the analysis that makes religion and how it can be understood as a social determination. The element of religion for Marx would be incomprehensible if viewed in isolation, an end in itself, contrary to this, the criticism of religion for this is the premise of all criticism, and here, ruthless criticism of all existing, what It was named as a society.*

**Keywords:** historical materialism; religion; social totality; criticism.

---

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em História pela PUC-GO, Especialista em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE-MG), Mestre em História pela UFG e Doutorando em Sociologia pela UFG. Docente do curso de História da UEG/Campus Iporá e Centro de Aprendizagem em Rede (CEAR/UEG).



## Elementos fundamentais da teoria social de Karl Marx

Neste texto, esboçamos a concepção de Marx a respeito da religião, suas proposições e crítica em relação a esta particularidade da sociedade, em especial do tempo histórico sobre o qual o pensador realizou suas análises, a sociedade moderna. Deste modo, é necessário apresentar alguns dos elementos fundamentais da teoria social de Marx, que permitem analisar a determinação religiosa no contexto da modernidade e sua relação com a totalidade social, ou seja, a própria vida em sociedade.

A utilização do método para análise do capitalismo, da luta de classes e perspectiva revolucionária são essenciais para a compreensão da religião, enquanto uma particularidade da vida social. O materialismo histórico-dialético permite olhar para a natureza desta sociedade e de suas formas de produção, suas mazelas produzidas socialmente e suas formas de subsunção do ser humano, além de compreender a lógica de exploração e deterioração da vida em sociedade.

Em meados do século XIX, quando Marx inicia a produção de seus escritos, seus interesses iniciais estão voltados para o debate com a filosofia idealista de Hegel e seus discípulos, os jovens hegelianos, como também mantém um intenso confronto de ideias com aqueles que propugnam o materialismo vulgar<sup>2</sup>. Um de seus interlocutores, Ludwig Feuerbach, é igualmente alvo de seu embate com o que chamou de materialismo contemplativo, uma espécie de síntese entre posições idealistas e materialistas.

Feuerbach tem, no entanto, sobre os materialistas ((puros)), a grande vantagem de compreender que também o homem é ((objeto sensível)), mas à parte o fato de entender o homem apenas como ((objeto sensível)); e não como ((atividade sensível)), como aqui se mantém na teoria, e não concebe os homens na sua dada conexão social, nas suas condições de vida reais que

---

<sup>2</sup>Em “Carta a P. V. Annenkov”, Marx (2006) faz uma crítica e ironiza alguns dos pressupostos econômicos da filosofia de Pierre-Joseph Proudhon e seu ideal de comunismo. Sua reflexão sobre os posicionamentos de proudhonianos é também uma síntese sobre a postura de muitos intelectuais à época que dizem optar pelo comunismo, mas que para Marx nada mais diz das “contradições sociais postas em movimento” (p. 186). O materialismo vulgar de base feurbachiana, para Marx, apresenta-se como um materialismo contemplativo, ligado ao que foi denominado como mundo sensível, a um estado do mundo contemplativo que ignora quaisquer possibilidades de compreender a realidade como concreto-real, portanto, nega a contradição humana e aceita o essencialismo como parte de sua ideologia (2002).



fizeram deles aquilo que são, nunca chega aos homens ativos, aos homens realmente existentes; fica-se pela abstração de ((o Homem)), e só consegue reconhecer o ((homem corpóreo, individual, real)) no sentimento, ou seja, não conhece outras ((relações humanas)) ((do homem com o homem)) além do amor e amizade, e mesmo assim idealizados (MARX; ENGELS, 2002, p. 29).

A filosofia da história hegeliana da época e o materialismo vulgar de cunho mecanicista foram duas fortes abordagens do pensamento social no século XIX e sua forma de expressão burguesa o predomínio para seu desenvolvimento. Tanto a concepção hegeliana como a feuerbachiana de ser humano tem como pressuposto uma condição histórica dos indivíduos fundamentada a partir da noção de espírito (*zeigest*). A natureza humana é essencialista e cabe ao espírito ou mundo das ideias sua desencarnação da realidade, sobressaindo-se, assim, o processo de abstração em detrimento da concreção do que seria fruto a própria realidade (MARX; ENGELS, 2002).

Como oposição ao espírito da cultura dominante do século XIX e às teorias científicas que expressam a hegemonia cultural da burguesia neste cenário, Marx desenvolverá uma concepção de história voltada para a crítica da totalidade social e, com isto, radical, no sentido de fundamentar sua análise em relação ao modo de produção capitalista. Em termos marxistas, a crítica social mais contundente se faz a partir de um método capaz de explicar as várias determinações e organização da sociedade.

Neste sentido, a consciência e o ser social assumem importância para esta perspectiva teórico-metodológica, que é mais crítica em relação ao conjunto das relações sociais produzidas historicamente pela sociedade, sobretudo em relação às sociedades modernas. As condições materiais de existência são para os indivíduos históricos espelhos de sua própria realidade, do denominado concreto-real. E são estas mesmas condições materiais de existência que possibilitam a formação de uma consciência voltada para sua realidade ou ocultamento da mesma, em se tratando de aspectos ideológicos.

A produção das ideias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como fluxo direto do seu comportamento material (MARX; ENGELS, 2002, p. 22).



Cabe aos ideólogos a produção de ideologias, cujo objetivo é a construção de representações que obscurecem a realidade ou, no sentido marxista, inverte o sentido desta mesma realidade em prol de assegurar que determinadas verdades produzidas pelas classes dominantes passem a vigorar como ideias dominantes. Assim, a ideologia cumpre uma tarefa histórica importante: a de legitimação da ordem social dominante e o *status quo* proveniente desta forma de ordenar o pensamento e a sociedade.

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc. (...) A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (...) A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não tem história; não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2002, p. 22-23).

Esta separação, oriunda do cartesianismo, legitimou aspectos da realidade na forma de dualidades: mente/corpo, razão/emoção, espírito/matéria, consciência/realidade. Este modo de pensar o humano encontra na tradição teológica neoplatônica e na filosofia da consciência hegeliana um solo fértil para sua reprodução do mundo das ideias como superior à materialidade do mundo e da existência humana.

O esforço de Marx e Engels é para a produção de uma consciência histórica que supere a tradição filosófica predominante naquele século XIX, tendo como perspectiva um nível elaborado de consciência do indivíduo que o permita libertar-se de relações sociais e históricas reprodutoras do *modus vivendi* dominante, pois “(...) não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais (...) A ((libertação)) é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas (...)” (MARX; ENGELS, 2002, p. 25).

Para a formulação de uma consciência emancipada, a recorrente teoria marxista propõe a ultrapassagem de uma consciência coisificada, burguesa, baseada na separação entre sujeito e objeto e uma forma de concepção que não separe a consciência do ser consciente,



pois ambos são indissociáveis numa dada realidade. E se relacionam dialeticamente como aspectos pertencentes à dinâmica do real.

Numa realidade complexa, como o indivíduo se vê diante da sociedade? O sujeito seria capaz de participar da vida social e ignorar a existência de formas de aviltamento e barbárie em seu redor/cotidiano? A partir de quais condições sociais se cria uma consciência histórica capaz de transpor o mecanicismo das ideias em torno da separação entre sujeito e objeto?

Estas indagações podem ser respondidas se nos atermos à compreensão do materialismo histórico-dialético como método capaz de oferecer uma explicação acerca da totalidade dos fenômenos sociais em determinada sociedade específica, utilizado como um recurso heurístico desvelador da realidade histórica dos indivíduos e suas formas de sociabilidade.

Esta concepção [método] da História assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a este modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estádios, como base de toda a História, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência – a religião, a filosofia, a moral etc., etc. – e estudando a partir destas o seu processo de nascimento; deste modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca destas diferentes facetas umas sobre as outras) (MARX; ENGELS, 2002, p. 48).

O método em Marx se propõe um caminho na busca pelas determinações sociais como mecanismo analítico e de compreensão da totalidade social, ou seja, da sociedade. As nuances particulares, específicas de cada formação social podem ser apreendidas pelo materialismo dialético como decorrentes do movimento do real. Esta dinâmica do concreto real e dos tensionamentos do dia a dia levam os indivíduos a se contradizerem dentro de uma lógica social complexa e igualmente de natureza contraditória.

A explicação das contradições e de como os indivíduos são inseridos nos arranjos e configurações da sociedade possibilita ao materialismo histórico dialético “captar” as tensões oriundas das lutas de classes estabelecidas no processo de produção das mercadorias, em se tratando do modo de produção capitalista.



Para Marx (1983), o concreto é a “síntese de múltiplas determinações”. É dialético porque apreende a realidade e suas várias determinações como expressão teórica do real. Não é possível pensar a realidade sem abstrair desta conceitos, ideias, problematizações, reflexões, assim como é complexo ver a realidade tal como ela é, somente em si, como dada e sem possibilidade de alterações. Por isto, a importância da relação dialética entre teoria/prática, ou comumente definida pela tradição marxista como práxis.

O concreto, que é o ponto de partida é um concreto-dado, o qual, através do processo de abstração, vai se tornando um concreto-pensado, onde se descobrem suas múltiplas determinações. O concreto-pensado é a transposição para a mente do concreto-determinado existente na realidade. É por meio desse processo que se descobre as múltiplas determinações do concreto (VIANA, 2007a, p. 81-82).

Dessa maneira, o materialismo histórico dialético, enquanto método de análise da realidade social, potencializa aos indivíduos uma maior capacidade de refletir as condições sociais de existência e os subterfúgios originados da organização social predominante sobre determinada sociedade. O método, neste sentido, além de alargar os horizontes da crítica, possibilita como instrumento heurístico de análise uma visão libertária da(s) classe(s) desfavorecida(s).

Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas as lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas, e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma (ENGELS, 1987, p. 39).

A necessidade de desenvolver um método que permitisse refletir o todo da sociedade moderna burguesa “inspirou” Marx (e parte de sua produção em parceria com Engels, como é o caso de algumas obras aqui citadas) escrever um trabalho de fôlego e abrangente, com o



qual somente foi possível em nosso entender, tendo como fio condutor a formulação de um método com as características do materialismo histórico e a disposição para uma pesquisa aprofundada, sobretudo em relação à sua imensa pesquisa referente ao capital.

### Religião como uma forma de conscienciado mundo

A produção teórica de Marx e Engels, sobretudo do primeiro, tratou da religião em alguns textos, mesmo não tendo dedicado uma obra extensa a respeito do tema. Escreveu em algumas obras de juventude textos que abordassem a religião e cuja nossa atenção se voltará para dois destes textos: *A questão judaica*, escrito no ano de 1843, e *A sagrada família*, escrito em 1845.

Em *A questão judaica* Marx centra seu debate em torno da emancipação civil e política dos judeus no século XIX. Eis um problema apresentado logo no início do texto, pois a emancipação deve ser vista a partir da visão problematizada como condição de realização plena da humanidade (MARX, 2002).

Uma emancipação civil e política reivindicada pelos judeus em pleno século XIX em território da Europa central, nesse contexto internacional durante este período, é parte do cenário histórico de fortalecimento dos estados-nacionais e via de regra dos patriotismos presentes na defesa do sentimento nacionalista.

É a partir deste momento da criação política dos estados-nacionais que o sionismo<sup>3</sup> vai ganhando força, como também o debate na Alemanha daquele período. A necessidade de se autoafirmar enquanto nação eleita (pressuposto teológico) levanta a defesa de um chão próprio, uma pátria<sup>4</sup> para os judeus, somente determinada no século XX, após os eventos da II

---

<sup>3</sup> Sionismo é um movimento nacionalista criado por judeus no séc. XIX em prol da constituição de um Estado judaico. A referência do nome é relacionada ao monte Sião, lugar sagrado da tradição judaica e no qual se construiria este Estado. “O monte Sião tornou-se um local de visão para o povo de Israel” (ARMSTRONG, 2000, p. 52).

<sup>4</sup> A ideia de um lugar para a nação eleita acompanha a história dos judeus desde os escritos de sua tradição, enfatizada pelas narrativas da Torá. A pátria para o povo judeu significa a conquista, em termos de sua teologia, do lugar sagrado revelado por sua relação com o sagrado (ARMSTRONG, 2002).



Guerra Mundial, com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a criação do Estado de Israel em 1948.

Marx debaterá com o jovem hegeliano e teólogo Bruno Bauer (1809-1882) sobre a situação dos judeus na Alemanha. Explicitará uma crítica à real necessidade do judeu se emancipar além da política, assim como toda emancipação humana deve ser geral na perspectiva de libertação do indivíduo diante de sua realidade histórica.

O Estado alemão à época é caracterizado como Estado cristão e não Estado político. Isto tem implicações devido à natureza do Estado em termos políticos, sobretudo depois das revoluções liberais insistirem em uma laicização por completo do Estado, o que efetivamente não está ocorrendo na Alemanha naquele período.

O Estado cristão só pode conduzir-se a sua própria maneira diante do judeu, isto é, como Estado cristão, segregando os judeus dentre os demais súditos, fazendo com que este sinta a pressão das outras esferas mantidas à parte, que a sinta com tanto mais força quanto maior o antagonismo religioso do judeu em face da religião dominante. Por sua vez, tampouco pode o judeu conduzir-se com relação ao Estado senão à maneira judaica, ou seja, como um estrangeiro ao Estado, opondo a nacionalidade real sua nacionalidade quimérica e à lei real sua lei ilusória, crendo-se com o direito de manter-se à margem da humanidade, a não participar, por princípio, do movimento histórico, a aferrar-se à esperança de um futuro que nada tem a ver com o futuro geral do homem, considerando-se membro do povo hebraico, que reputa eleito (MARX, 2002, p. 14).

A questão judaica e o debate circunscrito à religião em Marx apresentam o problema de um Estado não laico e opção por uma religião oficial, configurando já na escolha do cristianismo uma tendência e perfil religioso, subalternizando outras formas e experiências religiosas e dificultando sua integração no aspecto civil, com a barreira da conquista da cidadania dos judeus.

Na tese de Bauer os judeus deveriam abandonar sua condição religiosa para assumirem perante o Estado sua cidadania e ao Estado caberia também uma posição de ruptura com qualquer religião a fim de garantir sua autonomia política. Este parece ser um posicionamento problemático para Marx tendo em vista o “problema geral da época” (MARX, 2002).



E o que consistiria esse tal “problema geral da época”? Trata-se da própria ideia de emancipação e o caráter dado à sua expressão política. Vejamos a crítica de Marx (2002):

Verificamos, aqui, que o erro de Bauer reside em concentrar sua crítica somente no “Estado cristão”, ao invés de ampliá-la para o “Estado em geral”. Bauer não investiga a relação entre a emancipação política e a emancipação humana, fato que o faz apresentar condições que só se podem explicar pela confusão isenta de espírito crítico entre emancipação política e emancipação humana em geral (p. 18).

No caso da inexistência de um Estado político na Alemanha neste século XIX vide sua adesão ao cristianismo como parte da natureza e vínculo confesso se transforma num propenso oponente do judaísmo e a crítica das ações do Estado neste momento será, no fundo, voltada para a crítica da teologia, seja qual for às denominações religiosas em disputa pelo vínculo ou associação ao ente político (MARX, 2002).

Marx associa as contradições do processo de emancipação do Estado em relação à religião e vice-versa. Sua preocupação centra na necessidade de uma emancipação humana totalizante e expressão geral das relações sociais, que liberta o indivíduo dos vínculos de dependência produzidos pela sociabilidade capitalista<sup>5</sup>.

O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre (MARX, 2002, p. 21).

---

<sup>5</sup>O aspecto da dependência dos indivíduos é comumente trabalhado por Marx ao abordar o processo de alienação na sociedade burguesa. A produção da mercadoria pelo trabalhador (como produtor direto) faz com que a objetivação do seu trabalho se torne estranha para ele, pois não consegue se reconhecer no produto final produzido. Esse estranhamento em relação ao objeto é o fundamento de sua dependência e inferiorização na produção da mercadoria, pois quanto mais despense forças para a objetivação de seu trabalho maior é o seu enfraquecimento interior, ou seja, quanto mais riqueza produz no conjunto das relações sociais, mais pobre se torna materialmente. Fator este que gera dependência e trabalho alienado, afinal, o único meio de sobrevivência no modo de produção capitalista para aqueles pertencentes à classe trabalhadora é sua força de trabalho. Essa relação também é feita com a religião, pois “quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo” (MARX, 2004, p. 81).



Há até um reconhecimento por parte de Marx de um Estado que faça mediação entre o indivíduo e sua liberdade, diante da dependência religiosa, porém também avança seu comentário no sentido de enfatizar que a emancipação política não é a última forma de potencialidade do ser humano, mas sim a luta por uma emancipação total, abolindo formas histórico-sociais construídas para sua privação como a religião e o Estado.

O elemento da contradição social coexiste entre Estado e religião devido ao fato de ambos fazerem parte daquilo que o marxismo denominou como determinação social no âmbito da totalidade ou em se tratando do método de análise materialista histórico-dialético, da diversidade na unidade. Sendo assim, “a contradição em que se encontra o crente de uma determinada religião com sua cidadania nada mais é do que uma parte da contradição secular geral entre o Estado político e a sociedade burguesa” (MARX, 2002, p. 31).

Dentro daquilo a ser considerado como contradição social, é na emancipação política dos judeus um “exemplo” para análise da religião numa perspectiva dialética. Os judeus emancipados politicamente assegurariam sua cidadania e participariam da conquista dos direitos humanos como herdeiros da revolução política do século XVIII. Os direitos humanos naquele contexto da sociedade burguesa significariam uma garantia às liberdades individuais e como a expressão de fé (liberdade religiosa) está inserida neste cenário, a emancipação política dos judeus traria dois importantes elementos para a explicação sobre as relações sociais: a integração da comunidade judaica na Alemanha e a pertença ao modus vivendi da sociedade burguesa. Conforme interpretação de Clemesha,

O problema que surge, para Marx, da constatação do caráter político da emancipação preconizada por Bauer, é que por ela não se tem sequer o direito de exigir que os judeus abandonem o judaísmo. A emancipação política da religião possui a mesma natureza da emancipação política da propriedade privada. Ambas levadas a cabo pelo Estado moderno; qual seja, a passagem da propriedade individual e religião do âmbito público para o privado (CLEMESH, 1998, p. 24).

O tal “problema geral da época” volta à tona enquanto for necessária a superação do capitalismo. Sem o enfrentamento deste obstáculo a emancipação política dos judeus se torna paliativo dentro da ordem social estabelecida e a legitimação do homem egoísta, que, para



Marx, nada mais é do que a substituição do homem genérico pelo egoísta, fruto da sociedade burguesa, individualista e voltado para si.

O homem egoísta nada mais se constitui como indivíduo crente na sua liberdade religiosa e culto a propriedade privada – eis a maneira de pensar a sociedade burguesa e a apropriação da noção de direitos humanos. “A aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada” (MARX, 2002, p. 35). Esta noção faz parte da lógica liberal de constituição dos tais direitos individuais. Marx entende que isto é garantido pela

constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes – cuja relação se baseia no direito, ao passo que a relação entre os homens dos estamentos e dos grêmios se fundava no privilégio – se processa num só e mesmo ato. Assim sendo, o homem enquanto membro da sociedade civil, isto é, o homem não-político, surge como homem natural (MARX, 2002, p. 41).

A naturalidade como vai se dissolvendo na vida social e no cotidiano da prática dos indivíduos a mentalidade burguesa e as possibilidades de uma conquista liberal dos direitos humanos conformará a consciência destes mesmos indivíduos no esteio de participação política limitada aos moldes da democracia burguesa, impossibilitando aos próprios judeus um caminho de emancipação total, pois teriam que abdicar de sua condição religiosa em busca de uma emancipação plena ante a sua religião e ao Estado.

Em outro texto de juventude, *A sagrada família* (2003), Marx retorna ao debate da emancipação política dos judeus em relação ao Estado e ratifica sua crítica à perspectiva de Bruno Bauer em analisar a questão judaica somente pelo viés religioso. A não-relação entre o judaísmo, suas práticas religiosas, com outras determinações sociais, como por exemplo, sua associação com o universo econômico da sociedade burguesa, leva Bauer a um limite da crítica e sua leitura parcial da realidade, ou seja, leva-o a uma crítica do aparente: análise da religião por ela mesma. Marx e Engels demonstram esse equívoco:

O senhor Bauer trata a questão religiosa e teológica, pois, de uma maneira *religiosa e teológica*, inclusive pelo fato de que viu na questão “religiosa” do dia uma questão “*puramente religiosa*”. Sua “*maneira correta de posicionar questão*” apenas posicionou a questão em uma “*posição*” correta em relação



à sua “*própria capacidade*”... de responder! (MARX; ENGELS, 2003, p. 129).

Para além das questões teológicas postas, no caso de Bauer, a compreensão do fenômeno religioso judaico deveria transpor a posição contrária ao cristianismo na Alemanha para uma fundada no real conhecimento da essência política naquele contexto, ou seja, no reconhecimento do Estado moderno como ente político responsável pelo ordenamento jurídico-político de legitimação da constituição burguesa e sua forma de democracia representativa.

O senhor Bauer comete, pois, um engano bastante radical quando, ao conceber e criticar essa contradição como uma contradição “geral”, acredita elevar-se da essência política para a essência humana. Com isso, apenas se elevaria da emancipação política pela metade à emancipação total, do Estado representativo constitucional ao democrático (MARX; ENGELS, 2003, p. 134).

Para Marx, a dificuldade do pensamento de Bauer em superar a coisa em si, em termos teológicos, se justifica pela sua formação hegeliana. O Estado como “espírito absoluto” orienta sua compreensão sobre a presença da religião no mundo e sua realização enquanto projeto de “autoconsciência”, como postulado pela filosofia de Hegel. Nesta concepção idealista, o mundo ou a realidade aparecem como exteriorização da consciência, portanto, a questão judaica deveria ser explicada em termos da ação humana em si e não como derivações da realidade política e social, como preconizado pelo marxismo (CLEMESH, 1998).

### **Crítica da religião como crítica da totalidade**

Outro texto de juventude, “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”, também escrito em 1843, fornece mais elementos das posições de Marx a respeito daquilo que pensa em relação à religião. Inicia o texto dizendo que “na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica” (MARX, 2002, p. 85).

Qual seria esse entendimento de Marx em ver na religião a “premissa de toda crítica”? Há aqui o reconhecimento da religião como “porta de entrada” para a compreensão



da sociedade e sua lógica de ordenação, o modo pelo qual a realidade se prefigura desta ou doutra maneira. A associação da religião com ópio só tem sentido em sua obra se considerarmos a experiência religiosa como produção do humano e suas mazelas sociais tratadas sob o viés de uma ótica religiosa, portanto, da sociedade que a produziu e mantém a reprodução de seu vínculo com os indivíduos.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real, e de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo (MARX, 2002, p. 85-86).

O olhar sobre a religião ou o fenômeno religioso numa perspectiva sociológica crítica deve tomar o concreto-real como ponto de partida e não chegada, negando à religião um fato dado, acabado e sem o nexos com outras determinações sociais. A religião não existe em si mesma, isolada do conjunto social. Na crítica proposta por Marx à existência de uma religião voltada para si é expressão de uma autoconsciência produtora de um homem abstrato, não concreto, oriunda de uma perspectiva de autoalienação humana, portanto, de negação da realidade concreta como inerente à práxis dos indivíduos.

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade com um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo (MARX, 2002, p. 86).

Voltamos ao mesmo problema do tópico anterior, o da emancipação plena e total do humano, pois diferente da filosofia baueriana que busca na emancipação política sanar os problemas de uma comunidade judaica em meio ao Estado germânico cristão, Marx propõe a superação da sociedade burguesa e com esta a abolição de todas as ilusões (a mercadoria, a propriedade privada, o individualismo), incluindo aí a ilusão religiosa, pois em uma sociedade totalmente emancipada deixaria o indivíduo livre da dependência de outro ser, neste caso transcendental.



No caso particular alemão, a emancipação política para os judeus era o horizonte possível e a revolução total das relações sociais não era algo viável para determinada classe social no século XIX. A moderna sociedade burguesa estava disposta a incluir dadas correlações de força em seu interior, e isto não seria diferente com os judeus da época e sua necessidade de emancipar-se e ter uma participação social baseada nos direitos e liberdade de cultivar sua crença e como integrantes do sistema econômico.

Para a Alemanha, o sonho utópico não é a revolução radical, não é a emancipação humana em geral, mas, ao contrário, a revolução parcial, a revolução meramente política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Sobre o que repousa uma revolução parcial, uma revolução meramente política? No fato de emancipar uma parte da sociedade burguesa e de instaurar sua dominação geral, no fato de uma determinada classe empreender a emancipação geral da sociedade a partir de sua situação especial. Esta classe emancipa toda a sociedade, mas apenas sob a hipótese de que toda a sociedade se encontre na situação desta classe, isto é, que possua, por exemplo, dinheiro e cultura ou que possa adquiri-los (MARX, 2002, p. 97).

A questão religiosa em Marx aparece em seus primeiros escritos como uma crítica à denominada “Crítica crítica” de Bruno Bauer, uma incursão no debate com os neohegelianos e o idealismo em voga. A religião como parte da produção da cultura e do desenvolvimento histórico da humanidade não encontraria obstáculos intransponíveis para se adaptar a determinado modo de produção vigente, mesmo que no caso específico dos judeus na Alemanha no século XIX tenha sido palco de disputas, o mesmo se deu por processos culturais de disputa na estrutura do campo de poder e religioso (BOURDIEU, 2011).

Ao Estado coube absorção da religião judaica no campo de disputas políticas, bem como garantir que os direitos gerais da sociedade garantam para dada classe social específica a “reivindicação para si da dominação geral” e a sua consolidação como classe social dominante.

No debate marxista da luta de classes, a religião não só cumpre um papel importante, como também colabora com o processo de ideologização de práticas da classe dominante, somente extinta se a classe trabalhadora, para Marx, potencialmente revolucionária, se dispuser enquanto classe à revolução total desta sociedade com o único objetivo de emancipar-se radicalmente para “recuperação total do homem” (MARX, 2002, p. 100).



Eis o problema da religião nesta sociedade de classes, o de sua anulação total em processos revolucionários que buscam a emancipação da humanidade.

### Referências

ARMSTRONG, Karem. *Jerusalém: uma cidade, três religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 7ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2011.

CLEMESHA, Arlene. *Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil*. São Paulo: Boitempo/Xamã, 1998.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. *In: Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2002.

\_\_\_\_\_. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 30ª ed. v. 1. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria de Proudhon*. 3ª ed. – São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *A questão judaica*. 4ª ed. – São Paulo: Centauro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VIANA, Nildo. *Escritos metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A esfera artística: Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007b.



## OS VALORES DO ÚTIL E DO INÚTIL: A HOSTILIDADE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA EM RELAÇÃO À ARTE

Edinei Oliveira Vasco<sup>6</sup>

### Resumo

O presente texto pretende analisar a questão da hostilidade capitalista em relação à arte e, para isto, utilizará como ponto de partida os critérios hegemônicos de *produtivo* e *improdutivo* que serão investigados levando-se também em consideração os construtos valorativos de *útil* e *inútil*. A utilização destes construtos se dá pelo fato de que apenas o critério capitalista do que seja *produtivo* e *improdutivo*, na produção artística, não permite abranger, nem compreender a totalidade concreta das relações existentes entre artista, arte e sociedade. É um artigo que ainda se apresenta, de certa forma, sucinto, e que abre perspectivas muito mais para indagações do que para afirmações. E, por assim ser, espera-se que possa levantar novas questões e, conseqüentemente, novas abordagens a respeito da hostilidade capitalista em relação à arte.

**Palavras-Chave:** Arte. Capitalismo. Hostilidade.

### Abstract

*The present text intends to examine the question of capitalist hostility toward the art, and for this, will use as a starting point hegemonic with the criteria of productive and unproductive that will be investigated taking into account of the valorative constructs useful and useless. The use of these constructs is done by the fact that only the criterion of capitalism that is productive and unproductive in artistic production does not allow to cover, or understand the concrete totality of the relationship between artist, art and society. It is an article which are still, somehow, succinct, and opens perspectives for more questions than for assertions. And, so to be expected that raising new topics and may, therefore, new approaches concerning the capitalist hostility with respect to art.*

**Keywords:** Art. Capitalism. Hostility.

---

<sup>6</sup>Mestrando em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (MIELT/UEG), no Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, na cidade de Anápolis. Bolsista CAPES. [diney.ueg@hotmail.com](mailto:diney.ueg@hotmail.com)



## Introdução

Uma tela de Van Gogh foi, segundo dizem, utilizada por um de seus vizinhos para fechar o buraco de um galinheiro. Nessas condições, tratava-se ainda – ou já – de uma obra de arte?

Nathalie Heinich – A Sociologia da Arte

O presente artigo pretende analisar a questão da hostilidade capitalista em relação à arte, e isto partindo dos critérios hegemônicos de *produtivo e improdutivo* que serão investigados levando-se em consideração os construtos (falsos conceitos) valorativos de *útil*, que expressa valores axiológicos (dominantes e particularistas); e *inútil*, que expressa valores axionômicos (autênticos e libertários). A utilização destes construtos se dá pelo fato de que apenas o critério capitalista do que seja *produtivo e improdutivo* na produção artística não permite abranger, nem compreender a totalidade concreta das relações existentes entre artista, arte e sociedade. Ou seja, o caráter específico do trabalho artístico, quando considerado *produtivo* ou *improdutivo*, não tem qualquer ligação com a essência do trabalho e com o produto deste, mas sim com a questão de valores e a utilidade prática do que fora produzido. Em outras palavras, para a produção capitalista o *útil* seria apenas aquilo que na sua concepção de arte é *produtivo*, ou seja: produz lucro, gera mais-valia e, por conseguinte, perpetua os valores dominantes e servem para regularizar as relações sociais. Em contrapartida, passa a ser *improdutivo* aquilo que, por possuir um caráter contestador e de denúncia, não se submete aos ditames do capital e, por assim ser, não produz lucro e passa a ser considerado *inútil*, pois está em contradição aos interesses burgueses.

Assim, se por um lado a hostilidade capitalista ignora (ou ataca) determinada manifestação artística e por considerá-la *improdutiva* – no sentido de negar a produção de lucro e, em muitos casos, denunciar o processo de exploração na produção deste –, tornando-se, portanto, *inútil* dentro de uma concepção de valores dominantes. No entanto, por outro lado, na perspectiva do oprimido, esta mesma manifestação pode ser avaliada como *produtiva*, pois o que se leva em consideração é a essência da obra de arte que pode expressar determinados valores autênticos, assim como contestar as relações de exploração e opressão a que estão submetidos os indivíduos.



Nesse sentido, e com a intenção de justificar as colocações supracitadas, este texto utilizará como metodologia o resultado de leituras sistematizadas e reflexões cristalizadas a partir de referenciais bibliográficos acerca do tema proposto. Para isso, será feito primeiramente uma sucinta descrição da produção intelectual nas sociedades de classes, mais precisamente na sociedade capitalista e no seu respectivo modo de produção e reprodução da vida material. Em seguida, será abordada a questão da hostilidade capitalista em relação à arte e, na sequência, a questão dos valores juntamente com uma análise dos construtos valorativos de *útil* e *inútil* que perpassam os critérios de *produtivo* e *improdutivo* na produção artística. E, por fim, uma análise crítica a partir destes dados (ainda que insuficientes), mas que, no interior de múltiplas determinações, propiciam alguns elementos que possam contribuir para a compreensão do que caracteriza a hostilidade da produção capitalista em relação à arte.

### **Divisão social do trabalho e arte**

A produção intelectual nas sociedades de classes é determinada por seu respectivo modo de produção da vida material, no qual se encontra as origens das instituições, do estado, do direito, assim como a fonte das ideologias, etc. Ou seja:

Da forma definida da produção material resulta, em primeiro lugar, uma estrutura definida de sociedade e, em segundo lugar, uma relação definida dos homens com a natureza. As suas formas de estado e aspecto intelectual são determinados por ambas. O mesmo se passa quanto à sua produção intelectual (MARX; ENGELS, 1986, p. 60).

Nesse sentido, Marx enfatiza que a produção material determina, primeiramente, uma estrutura definida de sociedade e, por conseguinte, engendra uma relação dos homens com a natureza. Estes processos constituem os elementos que são determinantes para a produção intelectual, sendo que esta não é direta, pois sofre, ainda, a intervenção do conjunto das relações sociais e não apenas a da forma definida pela produção material. São essas relações sociais, a partir da divisão social do trabalho, que permitem o desenvolvimento de determinadas categorias do pensamento. É quando aparecem os especialistas em sistematizar as ideias e assim considerá-las como autônomas e independentes da história e da sociedade.



A divisão do trabalho só adquire verdadeiramente esse nome a partir do momento em que intervém a divisão do trabalho material e mental. Daí em diante, a consciência moral pode realmente vangloriar-se de que é algo mais que a consciência moral da prática existente, de que concebe realmente algo sem conceber uma coisa real; a partir de então, acha-se na posição de se poder emancipar do mundo e proceder à formação da teoria, teologia, filosofia, ética, etc., puras (MARX; ENGELS, 1986, p. 58).

Entende-se, portanto, que a divisão social do trabalho é a chave para compreender a visão parcial e limitada da realidade. É somente com esta divisão social que os trabalhadores intelectuais poderão pensar que as ideias, assim como a consciência, são autônomas, independentes. Dessa forma, a divisão social do trabalho faz nascer uma visão limitada da realidade, pois o indivíduo envolvido nestas relações passa a ver o mundo a partir de seu modo de vida, de seus valores e de suas relações recíprocas oriundas daí. Assim, estas representações, que se tornam cotidianas, não são nada mais que expressões das relações sociais que os indivíduos travam em sua existência, o que significa que relações sociais limitadas (submetidas à divisão social do trabalho) produzirão representações limitadas, ilusórias (VIANA, 2002).

Ou seja, a divisão social do trabalho e, mais precisamente, a especialização no trabalho intelectual é a condição de possibilidade para a ideologia. O ideólogo, livre do trabalho manual, pode pensar que as ideias são autônomas, independentes de sua base real, concreta e social. E, por assim acreditar, esse especialista no trabalho intelectual lança ao mundo das ideias e, buscando também garantir a sua própria posição, edifica uma imensa miscelânea teórica e um arsenal epistemológico que é de difícil acesso para aqueles que não possuem tempo para se dedicar a estudos e pesquisas e, desta forma, ficam impossibilitados de compreender o elemento dissimulador no discurso ideológico (VIANA, 2002). Em outras palavras, os ideólogos estão intimamente ligados à classe dominante de sua época, e suas ideias e concepções têm como objetivo a legitimação e naturalização da condição social desta classe, assim como garantir a sua perpetuação.

Nesse sentido, a divisão social do trabalho sob o capitalismo provoca um efeito ideológico também sobre a arte, uma vez que seus ideólogos fazem surgir a ideia de “autonomia da arte”, sendo esta pretensa autonomia a responsável pela transformação da arte em uma manifestação específica – hermética, fetichizada e unilateral – e, assim, carregada de



ilusões. É com a divisão do trabalho, cada vez mais profunda, que se separam sempre mais radicalmente a consciência e a mão, o projeto e a execução, a finalidade e sua materialização. E, desse modo, o trabalho, ao perder o seu original caráter criador, se dicotomiza entre trabalho manual e intelectual, o que fará, por conseguinte, com que a arte se eleva como atividade própria – substantiva e independente –, ou como um privilégio da capacidade criadora de apenas alguns poucos homens iluminados<sup>1</sup> (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010).

No entanto, é importante ressaltar que a caracterização da arte essencialmente por meio de seu aspecto ideológico esquece um fenômeno histórico fundamental: as ideologias de classe vêm e vão, ao passo que a verdadeira essência da arte permanece. Assim como a arte grega sobrevive hoje à ideologia política e escravista de sua época, também a arte de nosso tempo sobreviverá à sua ideologia. Ou seja:

Por sua origem de classe, por seu caráter ideológico, a arte é a expressão do dilaceramento ou divisão social da humanidade; mas, por sua capacidade de estender uma ponte entre os homens através da época e das sociedades de classes, a arte revela uma vocação de universalidade e prefigura, de certo modo, o destino universal humano que só chegará a realizar-se efetivamente numa nova sociedade, mediante a abolição dos particularismos – materiais e ideológicos – de classe (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010, p. 24).

Compreende-se, portanto, que reduzir a arte à ideologia ou a uma mera forma de conhecimento é esquecer que a obra artística é, antes de tudo, criação, manifestação do poder criador do homem. Assim sendo, torna-se imprescindível analisar determinados aspectos ideológicos que se estabelecem no âmago da produção artística e que, por consequência, fomentam a *hostilidade da produção capitalista* em relação à arte.

### **A hostilidade da produção capitalista à arte**

Desde o *Manifesto Comunista*, conforme Pinheiro (2007), Marx já alertava para o fato de que a burguesia, ao converter toda a dignidade e honra pessoais em valor de troca, estabeleceu como valor fundamental não mais a liberdade, e sim a livre troca. Nesse sentido, a

---

<sup>1</sup> Mas, ao ser liberada de suas bases culturais e tradicionais pelas técnicas de reprodução, a arte já não podia mais sustentar suas pretensões de independência (BENJAMIM, 2011, p. 257).



produção capitalista torna-se, então, hostil à arte justamente porque ao determinar uma mercantilização de tudo, define e transforma também a obra de arte em um valor de troca (VIANA, 2007). Ou seja, na sociedade capitalista, a obra de arte é produtiva quando se destina ao mercado, quando se submete às exigências deste, às flutuações da oferta e da procura. E como não existe uma medida objetiva que permite determinar o valor da arte, enquanto mercadoria peculiar, o artista conserva-se submetido aos gostos, preferências, ideias e concepções estéticas daqueles que influenciam decisivamente o mercado. Em outros termos:

Enquanto produz obras de arte destinada ao mercado que as absorve, o artista não pode deixar de atender as exigências deste, as quais afetam, em determinadas ocasiões, tanto o conteúdo quanto a forma da obra de arte. Com o que se autolimita e, com frequência, nega suas possibilidades criadoras, sua individualidade (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010, p. 81).

É dentro dessa lógica mercantil que a produção capitalista torna-se hostil a determinados aspectos da produção intelectual, como a arte e a poesia. Tal hostilidade existe porque “mesmo as produções intelectuais mais elevadas só são reconhecidas e aceitas pela burguesia porque se apresentam como produtoras diretas de riqueza material e são indicadas erradamente como tal.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 62). Porém, Marx sublinha que essa hostilidade diz respeito particularmente à arte e, com isso, deixa-se subtender que tal hostilidade não se manifesta com o mesmo vigor em todos os ramos da produção espiritual. Assim:

Podemos acrescentar, de acordo com diferentes afirmações dos fundadores do marxismo, que a produção material capitalista não apenas não é igualmente hostil aos diversos setores da produção espiritual, mas que alguns deles escapam a essa hostilidade e inclusive são favorecidos por tal produção material. Ao afirmar isso, pensamos nas ciências, particularmente, as ciências da natureza, que crescem e se desenvolvem sobre a base das forças produtivas (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010, p. 148).



Deste modo, o capitalismo é essencialmente uma formação econômica-social alheia e oposta especificamente à arte enquanto produção espiritual<sup>2</sup>. Com isso, o mercado torna-se elemento central na esfera da produção artística, pois mesmo as grandes obras de arte só são reconhecidas e aceitas pela burguesia se produzirem riqueza material, isto é, quando se tornam ou são impelidas a se tornarem mercadorias e, assim, poder gerar lucros. Logo, as obras de arte, enquanto produções espirituais, só são reconhecidas quando possuem uma *utilidade prática* à produção capitalista, qual seja: produzir mais-valia.

Do ponto de vista da produção capitalista, só existe um critério de produtividade: a criação de mais-valia. O trabalho produtivo, do ponto de vista da produção capitalista – diz Marx –, é o trabalho assalariado que, ao trocar-se pela parte variável do capital, (ou seja, o valor de sua própria força de trabalho), produz lucro para o capitalismo (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010, p. 185).

Na medida em que se amplia a produção capitalista e o mundo inteiro vai se convertendo em um imenso mercado, no qual tudo se compra e se vende, a obra de arte deixa de ser, aos olhos do capital, um objeto improdutivo e inútil, em sentido material, para se converter em mercadorias que agregam gostos, preferências, ideias e concepções estéticas próprias ao consumo. No entanto, se por um lado, a utilidade da arte para o capital está relacionada à sua capacidade produtiva, isto é, de produzir lucros e perpetuar valores dominantes; por outro lado, a “inutilidade” está relacionada àquelas produções espirituais que, negando a hegemonia dos valores dominantes e expressando o interesse da libertação humana, resistem e se recusam a participar do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, sendo assim uma “arte que eleva a um nível superior a objetivação e afirmação do ser humano, que no marco da utilidade material, se dá em forma limitada em tais produtos” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010, p. 83).

---

<sup>2</sup> A arte e a literatura, ainda que condicionadas economicamente, gozam de uma autonomia relativa muito mais ampla do que a autonomia encontrada na ciência e, assim, quanto mais a produção espiritual se afasta ou se emancipa da produção material, mais hostil é o capital para essa produção. Mas, vale frisar, visto que a arte goza de uma relativa autonomia, conserva-se, então, aberta a possibilidade de um desenvolvimento artístico superior ou inferior com relação ao desenvolvimento econômico e social (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010).



Assim sendo, faz necessária uma análise dos construtos (falsos conceitos) de “útil” e “inútil” na perspectiva da produção capitalista, para que, na sequência, a aplicação destes à produtividade artística possa demonstrar que ambos os termos não são critérios “objetivos” e “universais” como assim querem parecer, mas que foram transfigurados em construtos valorativos e ideológicos, sendo invertida a realidade de seus significados.

### A questão dos valores

Segundo Viana (2007b), vivemos em um mundo valorativo, que é o mundo humano, e somente numa fantasiosa ideologia da neutralidade científica ou da autonomia da arte é que se poderia pensar em estar livre de valores, pois, o ser humano é, por excelência, um ser valorativo. Nesse sentido, existem os valores universais (autênticos) e os particularistas (inautênticos), demonstrando que os valores não são equivalentes e, justamente por não ser, é que podemos e devemos optar por uns em detrimento de outros<sup>3</sup>.

Os valores são constituídos socialmente. A axiologia, que são os valores dominantes e particularistas, é formada socialmente. O mesmo vale para a axionomia, que são os valores universais. Na constituição de ambos intervém a consciência e, por isso, muitos conflitos de valores em determinados indivíduos são derivados da falta de percepção das raízes dos seus valores, do seu significado e de sua importância (VIANA, 2007b, p. 12).

Os valores axiológicos são aqueles que estão ligados e correspondem aos interesses da classe dominante, sendo, portanto, valores classistas e inautênticos, e, por assim ser, servem para regularizar e reproduzir as relações sociais; porém, são fetichistas e desumanos. Infere-se, então, que tais valores transformam em “útil” aquilo que é, para a reprodução e perpetuação da classe dominante, uma necessidade. Entretanto, em uma determinada sociedade, não apenas a classe dominante e suas classes auxiliares possuem valores, mas as classes exploradas e os movimentos revolucionários delas derivados também criam seus

---

<sup>3</sup> Valores como os de liberdade, igualdade, criatividade, cooperação, etc., são exemplos de valores autênticos; enquanto que poder, riqueza material, *status*, dinheiro, competição, liderança, hierarquia, etc., são valores constituídos socialmente e em contradição com a natureza humana, sendo, portanto, valores inautênticos (VIANA, 2007b, p. 26)



valores, isto é, os valores axionômicos que são considerados autênticos e universais. Logo, o valor não é um atributo natural dos seres (objetos, ações, ideias, pessoas, etc.), e sim uma atribuição que se fornece a eles, ou seja, o valor de uma obra de arte não se encontra essencialmente nela, mas sim naquele que atribui tal valor: o ser humano. Todavia, nas sociedades de classe, o bloco dominante impõe seus valores, pois mesmo quando as classes exploradas e grupos oprimidos também produzem os seus valores, estes, apesar de marginais, são muitas vezes impregnados de contradição por possuírem elementos da ideologia dominante (VIANA, 2007b).

### Os valores do útil e do inútil

Em relação especificamente ao valor do *útil* e do *inútil*, faz-se imprescindível perguntar, a princípio, “o que é o útil?” e “o que é o inútil?”. Segundo Chauí (2006), a ideia que perpassa o senso comum de nossa sociedade considera como útil o que produz prestígio, poder, fama e riqueza. Assim, julga-se o útil pelos resultados visíveis das coisas e pelas ações e reações que se adequam neste critério de utilidade.

Mendonça (1973) ressalta, primeiramente, que os indivíduos estão por demais viciados e alienados em determinados critérios e conceitos dominantes, através dos quais realizam seus juízos de valor. Enfatiza que, na sociedade moderna, a geração da máquina está envolvida de tal forma por uma ideologia da produtividade, que passou a entender que o útil deve ser o critério por excelência da vida humana. Assim, as pessoas introjetam esse critério com a maior facilidade e normalidade em suas consciências, sem refletir sobre a sua real significação. Ou seja:

A noção do útil, como um valor por excelência, passou a fazer parte de uma consciência coletiva por duas razões: uma, de ordem eminentemente prática; e outra de ordem teórica. Na ordem prática, o advento da máquina levou a primeiro plano o problema da produção, e com isto difundiu uma mentalidade utilitarista, que levou inclusive a que se julgasse o homem pelo o que ele é capaz de produzir, e não pelo que ele é. Na ordem teórica, o pragmatismo doutrinário firmou-se na concepção de que seria válido apenas o que favorecesse o progresso da vida humana. Tais fatores, de natureza prática e teórica, fundiram-se em uma concepção que marcou a mentalidade humana, voltada para o culto do útil (MENDONÇA, 1973, p. 121-122).



Nesse sentido, ao fazer do útil o valor por excelência, na ordem prática, tem-se a falsa impressão de ser uma posição verdadeira e otimista, pois esta sugere, permanentemente, a ideia de criação (produzir), de uma criação renovada (novas formas de produzir), de um mudar constante (diferentes formas de produzir), e a sensação ideológica de participação útil na escalada do progresso. Mas, por outro lado, desaparece a ideia teleológica de um objetivo final a atingir, pois nas relações sociais capitalistas o meio se torna o fim, e este se identifica com o meio e, deste modo, percebe-se exatamente que a noção de útil tomada como critério por excelência faz com que se pense apenas na produção pela produção, no fazer pelo fazer, sem que se tenha consciência do porque e para quê.

Talvez seja esta, mesmo, a razão mais profunda da angústia do nosso século: a ideia de produzir perdeu o sentido do que produzir, porque o produzir passou a ser um lema genérico e indiferenciado. Produzir é bom, produzir é útil, produzir e ser útil tornaram-se os conceitos solidários e equivalentes. E o homem procura produzir, mas sofre, embora não tenha consciência disto, a experiência de se ver instrumento de uma ação cuja direção final não alcança. (MENDONÇA, 1973, p. 122-123).

Desta forma, o útil não pode ser considerado um critério objetivo por excelência. Ele tem uma posição valorativa que foi produzida e subordinada a determinadas necessidades dos homens, ou seja, o útil está dirigido a atender e impor uma necessidade e, por isso, de um modo geral, representa um condicionamento arbitrário à sobrevivência. Mas, é preciso entender que a vida humana e as relações sociais não consistem apenas em uma mera questão de sobreviver, e que concentrar a vida para a dimensão da produtividade, relacionando-a ao útil, é pensá-la em termos de pura sobrevivência, subsistência, e isto significa reduzi-la ao seu aspecto puramente “vegetativo” (MENDONÇA, 1973, p. 129).

É preciso, portanto, conceber as relações sociais recíprocas em termos de liberdade, que é a emancipação do útil e, por conseguinte, a emancipação humana. O existir no interior da sociedade capitalista tem sido impelido, pela essência humana, a toda uma necessidade urgente do inútil, e esta necessidade precisa ser entendida e atendida, pois:

A riqueza humana é riqueza de necessidades e riqueza de relações com o mundo. Sob o capitalismo, o homem torna-se um ser carente de necessidades, um ser que reduz sua vida à necessidade de se sustentar, ou que renuncia às suas necessidades humanas em favor de apenas uma: a necessidade de dinheiro (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010, p. 47).



Por isso, faz-se necessário refletir, também, acerca do *útil* e do *inútil*, levando em consideração os critérios valorativos que definem suas posições no interior da esfera artística e que, por conseguinte, fomentam a hostilidade da produção capitalista em relação à arte.

Mendonça, quanto ao valor do *útil*, o descreve nos seguintes termos:

“Útil” significa tudo aquilo que tem um fim noutra, e não em si mesmo. Um lápis é útil porque seu fim é escrever; uma tesoura é útil porque seu fim é cortar; etc. Ninguém faria um lápis ou uma tesoura como objeto estético, isto é, apenas para serem contemplados. Ora, pelo próprio conceito de “útil” podemos verificar que ele não pode ser considerado como um critério por excelência para o julgamento de valores, pois o que é “útil” não tem valor por si, mas só tem valor por aquilo a que serve. O “útil” é sempre instrumento, é sempre meio, é intermediário, e vale por aquilo a que se dirige: não vale por si (MENDONÇA, 1973, p. 130).

Relacionando essa definição com as obras de arte na produção capitalista, percebe-se, primeiramente, que elas são consideradas *úteis* quando estão dirigidas a um fim externo do sujeito que a produz, isto é, constitui-se em um ato produtivo cuja produção é alheia ao seu produtor. Para Sánchez Vázquez (2010), a produção material capitalista estabelece uma relação desumana entre o homem e os objetos da produção, tanto para o produtor quanto para o possuidor. Do ponto de vista do produtor, suas relações com seu produto são de estranhamento ou alienação: quem produz não se reconhece no produto, não se reconhece tampouco a si mesmo no ato da produção, nem se vê expresso em sua própria atividade produtora. Do ponto de vista utilitário do capital, este só se interessa pela produção enquanto engendra lucro, e essa produção, portanto, só pode lhe interessar enquanto produção inumana que nega o produtor.

Por outro lado, as obras de arte são consideradas *inúteis* por não ter um fim externo (produtivo), mas sim um fim em si mesmo, em seu conteúdo, que define a vida humana na ordem da liberdade e da ética humanista, já que:

O que por vezes nos impede valorizar o inútil é não termos sobre ele um conceito preciso. Ou então o uso vulgar da palavra “inútil”, sempre considerada no seu aspecto pejorativo, e esquecida no seu aspecto nobre e dignificante. Se a palavra “útil” significa o que tem um fim no outro, a palavra “inútil” significa o que não tem um fim no outro. Ora, aqui está todo



o problema: “o que não tem um fim noutra” pode ser entendido de duas formas, pois “não tem um fim noutra” porque não tem finalidade alguma; ou, então, “não tem um fim noutra” porque tem um fim em si mesmo (MENDONÇA, 1973, p. 131).

Nesse sentido, em relação à arte, a *inutilidade* sinaliza para uma experiência estética e existencial autênticas, em oposição à *utilidade* representada por uma experiência existencial inautêntica, sendo esta ocupada de maneira absoluta com o aspecto prático da existência e compenetrada apenas no que diz respeito ao *útil* e ao produtivo, e estes em função do trabalho como progresso material da sociedade capitalista.

Assim, pois, o limite prático-utilitário que o trabalho impõe deve ser superado, passando-se assim do útil ao estético, do trabalho à arte. A arte, como trabalho, é criação de uma realidade em que se plasmam finalidades humanas, mas nessa nova realidade domina sobretudo sua utilidade espiritual, isto é, sua capacidade de expressar o ser humano em toda sua plenitude, sem as limitações do produto do trabalho (SÁNCHEZ VÁZQUES, 2010, p. 62).

A *inutilidade* (utilidade espiritual) da obra artística depende de sua capacidade de satisfazer não uma necessidade material determinada, mas a necessidade geral que o homem sente de humanizar tudo quanto toca, de afirmar sua essência e de se reconhecer no mundo objetivo criado por ele. Como exemplo, pode-se assim dizer, que a experiência estética e existencial da “arte engajada” é *inútil*, exatamente porque ela tem um fim em si mesmo (em função do seu conteúdo) que é a própria experiência de emancipação e libertação humana de todas as formas de exploração e opressão, na medida em que representa, simbolicamente, a perspectiva ontológica do sujeito que a experimenta. Mais precisamente:

A arte engajada é aquela arte que mostra um engajamento do artista, que mostra seu compromisso com a emancipação humana, isto é, com a libertação humana de toda forma de exploração, dominação, opressão. O artista engajado não é o artista que é filiado a algum partido político ou que faz obra para este, nem é o que o faz para o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição reprodutora da sociedade burguesa. O artista engajado é o que luta pela libertação humana, o que significa que manifesta uma posição crítica tanto diante da sociedade burguesa em sua totalidade quanto da própria esfera artística, sendo um antagonista dela, mesmo atuando em seu interior, como ocorre em alguns casos. Ao negar a esfera artística, é marginalizado no seu interior e considerado como um não-artista e se isso não é explicitado por tal artista, sua posição diante da sociedade capitalista é motivo suficiente para ser repreendido pelos artistas integrados no



capitalismo que defendem a ideologia da “autonomia da arte” (VIANA, 2011).

Assim, conforme Viana, o engajamento significa superação intelectual da especialização, dos valores, sentimentos, concepções produzidas pela esfera artística, por um lado; e crítica e recusa da sociedade burguesa, por outro, produzindo uma arte crítica e revolucionária, utópica. Para Chauí (2006, p. 288), “Arte engajada” é aquela na qual o artista toma posição diante de sua sociedade, lutando para transformá-la e melhorá-la, conscientizando as pessoas sobre as injustiças e as opressões do presente. Logo, infere-se que se a arte floresce inclusive quando a produção capitalista explicita todo o seu poderio, não floresce graças à economia, e sim apesar dela; isto é, a arte somente consegue florescer na medida em que logra evitar a produção capitalista (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2010).

No entanto, para que a “arte engajada” não se desemboque apenas no conteudismo, o que faz com que a mensagem se torne mais importante do que a forma da obra (mesmo esta sendo precária, descuidada e sem força inovadora), pode-se dizer que uma obra de arte é grande e duradoura quando nela a riqueza das significações de seu conteúdo e a perfeição da forma são inseparáveis e estão articuladas em uma unidade harmoniosa que a constitui como única.

Nesse sentido, a “arte engajada” dialoga com o mundo presente justamente porque não esconde sua perspectiva e seu pertencimento necessário ao contexto histórico e social em que se encontra e no qual nasceu; dialoga também com o passado porque não pode esconder sua ligação a um conjunto de fenômenos sociais, culturais etc. que ocorreram e se desenvolveram através do tempo, e que lhe fomentam enquanto tal e lhe dão sentido; e dialoga com o futuro porque será retomada, ressignificada e superada por outras obras que nela encontrarão um ponto de partida (CHAUÍ, 2006).

É por isso que, na acepção dominante, o termo *útil* ao expressar valores axiológicos, e o termo *inútil*, considerado apenas no seu aspecto pejorativo, revelam-se tão-somente como



criações arbitrárias envoltas em uma ideologia que inverte a realidade ao invés de expressá-la, sendo por isso construtos e não conceitos<sup>4</sup>.

Entende-se, deste modo, que estes construtos, em relação à arte, só podem ser desenvolvidos e reproduzidos no interior de determinada concepção ideológica: a produção capitalista. Mas também é no interior dessa concepção ideológica, e a partir de suas contradições, que estes mesmos construtos são revelados, criticados e ressignificados no instante em que se toma consciência de que o *útil* é apenas aquilo que na concepção capitalista de arte é *produtivo*, ou seja: produz lucro, gera mais-valia e, por conseguinte, perpetua os valores dominantes e servem para regularizar as relações sociais. E, em contrapartida, é considerado *improdutivo* aquilo que, por possuir um caráter contestador e de denúncia, não se submete aos ditames do capital e, por assim ser, não produz lucro e passa a ser considerado *inútil*, pois está em contradição aos interesses burgueses<sup>5</sup>.

É nesse sentido que se deve recuperar, para uma transformação social concreta e verdadeiramente humana, a noção dos autênticos valores e conceitos intrínsecos à arte, pois, a luta cultural a partir da crítica à cultura e aos valores dominantes é uma das primeiras condições para a vitória do processo revolucionário.

### Considerações finais

Se um escritor, diga-se engajado, desenvolve uma admirável obra libertária por um impulso natural e partindo de concepções axionômicas (valores humanos autênticos), este tem o seu trabalho, a princípio, considerado *improdutivo* para o capital, pois a finalidade não é produzir lucro, sendo assim *inútil*. Mas aquele que escreve livros insignificantes e descompromissados com as questões sociais (ou mesmo dissimulando um compromisso), tendo-os apenas como mercadorias, e, submetido à lógica do capital, entrega os originais ao

---

<sup>4</sup> Segundo Viana (2007), o interesse em produzir construtos (falsos conceitos, falsas expressões da realidade) é derivado da perspectiva da classe dominante e de suas classes auxiliares que, na maioria das vezes, reproduzem os interesses individuais e egoístas de indivíduos que se especializam no trabalho intelectual e, assim, procuram resguardar suas posições no interior das respectivas esferas de atuação.

<sup>5</sup> Aqueles que estão em posição dominante buscam conservar a estruturação do campo e, por conseguinte, seu poder; ao passo que quem se encontra em posição dominada tende a buscar a adoção de estratégias de contestação (BOURDIEU apud VIANA, 2007, p. 45).



seu editor para serem publicados, divulgados e, conseqüentemente, produzirem lucro, este tem o seu trabalho tido como *útil*, já que, nesse caso, é um trabalho *produtivo*.

Enquanto o artista só cria o valor de uso, isto é, enquanto só produz um objeto que vale por sua utilidade humana e concreta, o seu trabalho é improdutivo precisamente por ser um trabalho criador que satisfaz a necessidade de expressão e comunicação do homem. Este trabalho concreto e objetivo, qualitativo, tende a enriquecer espiritualmente tanto ao produtor quanto ao consumidor, mas mesmo assim – do ponto de vista capitalista – é improdutivo na medida em que não enriqueça materialmente certos homens, pois não engendra um valor novo.

A produtividade, portanto, não depende exclusivamente do caráter do trabalho – manual ou intelectual – nem da forma do produto. A produtividade relaciona-se com a forma específica e com o critério de utilidade que, na sociedade capitalista, assume a produção como produção material, a qual não tem por objetivo a satisfação de necessidades humanas, mas sim a produção de lucro. Logo, a utilidade ou valor do objeto artístico não se dá no objeto em si; isto é, não se confunde com suas propriedades espirituais ou materiais.

Percebe-se, então, que nesta análise da hostilidade da produção capitalista em relação à arte, o termo *útil* limita-se à produção de lucro e a perpetuação de valores axiológicos, assim como a manutenção do *Status Quo* da classe exploradora; enquanto que o termo *inútil*, na linguagem dominante, categoriza a produção artística marginal que nega e contesta a hegemonia dos valores dominantes e expressa o interesse da libertação humana.

Portanto, em relação à produção artística, as obras podem se tornar objetos tanto de *afinidade* quanto de *hostilidade* para a produção capitalista. E, para que isso ocorra, basta que sejam submetidas às categorias valorativas de *útil* (valor de troca, produção de lucro) e *inútil* (valor em si mesmo). Essas categorias, justapostas ao conceito de *produtividade* e *improdutividade* para o capital, foram aqui empregadas no intuito de investigar e explanar, de maneira distinta, alguns dos aspectos ideológicos que caracterizam a hostilidade da produção capitalista em relação à arte.



## Referências

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, L. C. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. *Sobre Literatura e Arte*. São Paulo: Global editora, 1986.

MENDONÇA, E. P. O valor da inutilidade. In: \_\_\_\_\_. *O mundo precisa de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1973.

PINHEIRO, V. Prefácio. In: VIANA, N. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília, Thesaurus, 2007.

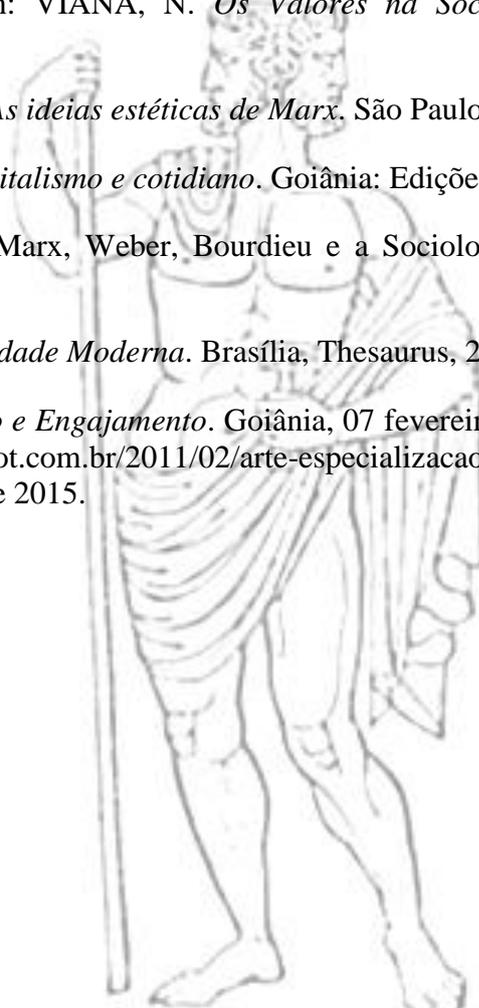
SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *As ideias estéticas de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIANA, N. *Psicanálise, Capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília, Thesaurus, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Arte, Especialização e Engajamento*. Goiânia, 07 fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2011/02/arte-especializacao-e-engajamento.html>> Acesso em: 28 de setembro de 2015.





## A CONSTRUÇÃO DO ETHOS FEMININO EM LUZIA HOMEM

Vânia Borges Arantes<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo representa parte da pesquisa que avalia os *ethes* femininos sob o olhar de si e do outro, desenvolvido na dissertação “O *ethos* discursivo de personagens femininas: dois romances e duas letras de música”. A abordagem desenvolvida é a de linha francesa embasada pelo teórico da Análise do Discurso Dominique Maingueneau. Além disso, fizemos um diálogo com outros teóricos que seguem Maingueneau no Brasil. Utilizamos a obra *História da Mulher no Brasil* como aporte teórico das vivências sociais da mulher brasileira. A partir da visão de poder simbólico de Bourdieu, avaliamos a dominação masculina, representada, nesta análise, pelo soldado algoz da personagem principal, protagonista do romance *Luzia Homem*. Buscamos também compreender a situação da mulher e o sentido de seu *ethos*, interpretado a partir da personagem feminina principal. A enunciadora feminina analisada vivencia conflitos e contradições na luta por ser e se fazer sujeito (enquanto construção) na sociedade.

Palavras-chave: Arte; Cultura; Discurso; *Ethos*; Mulher.

### Abstract

*This article is part of a research which evaluates the *ethes* female sob the look of self and other, developed in the dissertation "The discursive *ethos* of female characters: two novels and two lyrics." The developed approach is the French line grounded by the theoretical analysis of Dominique Maingueneau speech. In addition, we had a dialogue with other theorists who follow Maingueneau in Brazil. We use the work *History of Women in Brazil* as theoretical basis of social experiences of Brazilian women. From the symbolic power of vision of Bourdieu, we evaluated the male domination, represented in this analysis, the tormentor soldier of the main character, the novel *Luzia Homem* protagonist. We also comprehend the woman situation and the sense of its *ethos*, interpreted from the main female character. The enunciator analyzed women experiencing conflicts and contradictions in the struggle to be and to subject (as construction) in society.*

**Keywords:** Art; Culture; Speech; Ethos; Woman.

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras, Literatura e Crítica Literária, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás e revisora textual. E-mail: [vaniaarantes2@yahoo.com.br](mailto:vaniaarantes2@yahoo.com.br).



### **Ethos discursivo: concepção de Dominique Maingueneau**

Maingueneau (2008b), no texto *Problemas de ethos*, desenvolve uma discussão sobre a palavra *ethos*, a partir de sua origem. Considera que o primeiro a adotá-la foi Aristóteles, na Grécia antiga, para sistematizar a Retórica como arte da persuasão. Para esse filósofo grego, existem três espécies de palavras empregadas pelo orador para persuadir seu auditório: o caráter do orador (*ethos*); as paixões despertadas nos ouvintes (*pathos*) e os próprios argumentos (*logos*). Segundo Maingueneau (2008b), a retomada da discussão sobre Retórica ocorre por volta de 1958, em obras publicadas por Perelman e Toulmin. Mas, somente na década de 1980, o *ethos* ocupa espaço no campo discursivo ou na Análise do Discurso.

Assim, Maingueneau (2008), relata que Aristóteles tem o objetivo de mostrar uma técnica destinada ao exame do que é persuasão para diferentes tipos de indivíduos. Dessa forma, é preciso passar uma imagem de si que convença o auditório, que possa ganhar sua confiança. É preciso, segundo esta visão, mobilizar procedimentos que favoreçam uma imagem do orador voltada a seu auditório. O teórico francês recorre a Declercq (1992) e aponta alguns requisitos: “Tom de voz, modulação da fala, escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 56-57). Nesse sentido, o *ethos* é uma forma dinâmica que o destinatário constrói ou cria a partir da fala do locutor. O *ethos* tem a pretensão de mobilizar o lado afetivo de seu auditório.

Para Maingueneau (2008b), na Retórica aristotélica, o *ethos* surge como forma de persuadir pelo caráter (*ethos*) do orador, situação em que o orador é digno de fé, produzindo uma imagem confiável de si mesmo. Existem para Aristóteles três características fundamentais que podem ser passadas pelo orador: a *phronesis*, ou prudência, a *Arete*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência. Neste sentido, tem-se um *ethos* percebido por um público e não por indivíduos ou grupos estáveis. Embora, na Retórica, haja um *ethos* que designa disposições estáveis, são os casos de dois pontos de vista complementares: o ponto de vista político, já que para Aristóteles o orador deve adaptar seu discurso à constituição política vivenciada pelos homens e o ponto de vista da idade e da fortuna, quando o filósofo aborda as características dos homens a partir das diferentes idades: (juventude, maturidade, velhice) e



fortuna nobreza, riqueza, poder e sorte. Dessa forma, o orador deve escolher as distintas paixões que podem provocar estímulo em seus interlocutores.

Assim, a partir do pensamento aristotélico:

a persuasão só é obtida se o auditório constatar no orador o mesmo *ethos* que vê em si mesmo: persuadir consistirá em fazer passar em seu discurso o *ethos* característico do auditório, para dar-lhe a impressão de que é um dos seus que se dirige a ele (MAINGUENEAU, 2008b, p. 58).

Depois de discutir as ideias de Barthes e Ducrot, Maingueneau (2008b, p. 59) afirma que “o *ethos* é distinto dos atributos reais do locutor. Embora seja associado ao locutor, na medida em que é a fonte da enunciação, é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor.”

Assim, traços como mímica e vestimenta serão levados em conta.

Em última instância, a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele certa identidade (MAINGUENEAU, 2008b, p. 59-60).

Mas esse autor alerta que, no decorrer da história e nas reexplorações atuais sobre *ethos*, esta noção tem levantado inúmeros problemas. Cita alguns deles: apesar de o *ethos* estar decisivamente atado ao momento da enunciação<sup>2</sup>, não é possível ficar indiferente às atitudes do auditório que também cria representações do *ethos* do enunciador anteriormente à sua fala.

Dessa forma, o *ethos* se constrói por intermédio de “uma percepção complexa que mobiliza a afetividade do intérprete que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 60-61), e se revela mediante “um comportamento que articula o verbal e o não-verbal” com o intuito de “provocar no destinatário efeitos que não decorrem apenas das palavras” (MAINGUENEAU, 2008b p. 61). Às vezes também o

---

<sup>2</sup> A enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço (CHARAUDEAU; MANGUENEAU, 2012, p. 193).



*ethos* que se pretende apresentar não é exatamente o que se consegue revelar, já que muitas vezes ele não é precisamente o fabricado pelo locutor.

Segundo Maingueneau (2008b), existe na concepção de *ethos* uma grande variação. Para demonstrar as diversas variedades, o autor apresenta considerações a esse respeito desenvolvidas pelo teórico Auchilin, que destacamos a seguir: “o *ethos* não é uma ‘imagem’ do locutor exterior à fala”, o *ethos* faz parte de uma interação, por isso influencia o outro; o *ethos* ocorre numa situação comunicativa “sociohistórica determinada”. Esta concepção de *ethos* é utilizada neste artigo, visto que buscamos avaliar o *ethos* discursivo da personagem feminina Luzia presente no romance *Luzia Homem*, levando em consideração o contexto sociohistórico vivenciado na obra.

O estudo do *ethos* discursivo manifestado pela personagem presente no romance em estudo tem por fundamento a percepção de que o aspecto sociohistórico que permeia o processo de enunciação contribui para a movimentação das vozes discursivas. Nesse sentido, estuda-se o discurso levando em conta os aspectos sociais e históricos da época analisada, no caso deste trabalho, o contexto histórico do romance. Assim, para Maingueneau (2000), o teórico do discurso avaliará sobre a comunicação, a relação “entre o espaço público” e o modo como o texto é ordenado.

Diante da proposta de Maingueneau (2008a), de que é necessário alargar as possibilidades de alcance do *ethos*, que antes na retórica tradicional se restringia apenas à oralidade em momentos públicos, agora é fundamental seu estudo tanto no texto oral como no escrito: “todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma ‘vocalidade’ que pode se manifestar numa multiplicidade de tons” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 17-18). É nesse sentido que o estudo que aqui desenvolvemos adota o propósito de encontrar esses tons, abrindo espaço para discutir a história da mulher no Brasil, suas relações familiares e trabalhistas, seus direitos à cidadania. Para isso, recorreremos fundamentalmente ao livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore (2011).

### Discurso literário

Com o objetivo de conceituar discurso literário, recorreremos à obra *Discurso literário* de Dominique Maingueneau (2009). Buscamos resenhar as partes mais relevantes da



discussão deste teórico, para podermos caracterizar os discursos proferidos na obra literária em estudo. Para o autor,

A obra literária tem a seu cargo não apenas construir um mundo, mas também gerir a relação entre esse mundo e o evento enunciativo que o apresenta. Como todo texto que advém de um discurso constituinte, a obra tematiza, ora de maneira oblíqua, ora de maneira direta, suas próprias condições de possibilidade (MAINGUENEAU, 2009, p. 291).

Maingueneau (2009) demonstra que o fato literário deve ser contestado como ponto fixo, sem comunicação com o mundo externo. A partir do “fato literário como discurso” é preciso ignorar o estudo “da obra em si”, assim as obras devem se voltar aos lugares que possibilitam suas existências, espaço “onde são produzidas, avaliadas, administradas” (p. 43). Para o autor, as obras falam realmente do mundo e a enunciação desse mundo que, teoricamente, a obra literária deve representar, transfigurar.

Dessa forma, para Maingueneau (2009), a Análise do Discurso tem chances de mudar a forma de se “apreender a literatura”, porque ela a trata já inicialmente como discurso, diluindo o que convencionalmente tem sido tratado como texto e contexto. Para o autor,

O contexto não é colocado no exterior da obra, numa série de camadas sucessivas; o texto é na verdade a própria gestão de seu contexto. As obras falam de fato do mundo, mas sua enunciação é parte integrante do mundo que se julga que elas representam. Não há, de um lado, um universo de coisas e atividades mudas e, de outro, representações literárias dele apartadas que sejam uma imagem sua. Também a literatura constitui uma atividade; ela não apenas mantém um discurso sobre o mundo, como produz sua própria presença nesse mundo (2009, p. 44).

Além disso, Maingueneau acrescenta que é necessário considerar o ambiente imediato do texto, ou seja, “seus ritos de escrita, seus suportes materiais, sua cena de enunciação” (2009, p. 44). Dessa forma, é preciso desbancar a imposição da criação literária que se impõe a partir do romantismo. O autor afirma ainda que a análise do discurso literário pode ter mais sucesso em modificar o modo de se apreender literatura, que conceitua desde o começo como discurso, assim podendo dissolver “as representações tradicionais do texto e do contexto” (MAINGUENEAU, 2009, p. 50).



O discurso literário, como o religioso, o científico e o filosófico, faz parte dos discursos constituintes que são aqueles “dotados de um estatuto singular”, ou seja, neles há falas que se colocam acima das demais. O autor cita como exemplo um jornalista em pleno debate social recorrendo à citação do “sábio, teólogo, escritor ou filósofo”, ainda ressalta a impossibilidade de ocorrer o oposto. Embora, esclareça que existe “contínua interação entre discursos constituintes e não-constituintes entre si”. Para o teórico “esses discursos são, portanto, dotados de um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que se pretendem superiores a todas as outras” (MAINGUENEAU, 2009, p.61). Afirma que não existe acima dos discursos constituintes “nenhum outro discurso”, assim eles procuram autorizar a partir de si mesmos, outras “variedades discursivas” como “conversação, a imprensa, os documentos administrativos” possam agir sobre eles, já que como afirmamos anteriormente, existe uma progressiva “interação entre discursos constituintes e discursos não-constituintes”, da mesma forma dos constituintes entre si. Mas Maingueneau ressalta que é da natureza “destes últimos negarem essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios” (2009, p. 62).

Já que os discursos constituintes estão em concorrência entre si, é bom que se faça uma discussão sobre esse aspecto. Para Maingueneau (2009) mesmo que os discursos constituintes sejam múltiplos e estejam em concorrência, cada qual pretende ser o dono exclusivo do *archeion*<sup>3</sup> em determinada ocasião. Um exemplo, segundo o autor, é a estruturação da história da cultura no Ocidente que se firma na negociação do *archeion* dos discursos, caso ocorrido entre os discursos filosófico e o religioso que “lutaram para saber qual deles estava estabelecido de modo a atribuir um lugar a cada discurso” (2009, p. 63). Em seguida, os referidos discursos são contestados pelo discurso científico. Maingueneau (2009) busca ressaltar alguns aspectos dos discursos constituintes, tais como: os discursos são estruturas textuais sólidas que têm a pretensão de um “alcance global”, pois sempre declaram algo a respeito da “sociedade, da verdade, da beleza, da existência”. A elaboração desses

---

<sup>3</sup> Os discursos constituintes têm a seu cargo o que se poderia denominar o *archeion* de uma coletividade. Esse termo grego é étimo do termo latino *archivum*. É a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas igualmente os arquivos públicos. Ele associa, dessa maneira, intimamente, o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar vinculado com um corpo de locutores consagrados e uma elaboração da memória (MAINGUENEAU, 2009, p. 61).



discursos, segundo o autor, é feita localmente, em grupos que não se escondem “por trás de sua produção, que a moldam por meio de seus próprios comportamentos” (MAINGUENEAU, 2009, p. 69). Além disso, expõe que “um discurso constituinte não mobiliza somente os autores, mas uma variedade de papéis sociodiscursivos encarregados de gerir os enunciados: por exemplo, no caso da literatura, as críticas literárias de jornal, os professores, as livrarias, os bibliotecários etc. (*idem, ibidem*)”. Para esse teórico francês, não é viável pensar os autores iluministas isolados da “República das Letras”, muito menos os jansenistas isolados dos autores de “Port-Royal”. Pois

O discurso literário inclui inúmeros escritores que pretendem agir fora de todo pertencimento; mas uma das características desse tipo de discurso é precisamente suscitar essa pretensão: os escritores têm por pares os eremitas que se afastaram do mundo ou os filósofos solitários. Os ‘solitários’ podem sem dúvida afastar-se das cidades, mas não sair do espaço que seu estatuto lhes confere e com base no qual propõem, seus atos simbólicos (*idem, ibidem*).

O autor ilustra o seu argumento delimitando o objeto da análise de discursos constituintes, por entendê-lo como, essencialmente, “uma produção discursiva heterogênea”. É por isso que a literatura, como outros discursos constituintes, relaciona-se com o interdiscurso<sup>4</sup>, pois a partir de citações de outros textos, as obras podem se amparar por outros gêneros.

### **Luzia-Homem sob a ótica do narrador e pela voz masculina**

Em *Luzia-Homem* existem os *ethe* manejados pelo discurso de um narrador extradiegético<sup>5</sup>, que discursivamente de fora da história controla, maneja as vozes e as atitudes de personagens. Assim, a imagem de *Luzia* é prediscursiva (não explícita), denotada por diferentes vozes e conotada pela voz do narrador. A voz de *Luzia* é um efeito mimético

---

<sup>4</sup> Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso (CHARAUDEU & MAINGUENEAU, 2012, p. 286).

<sup>5</sup> Narrador externo, não intervém como personagem na história, não entra em relação de convivência com outras personagens.



que se instaura e revela, por meio de suas ações, de seus gestos e pela manifestação/enunciação controlada por um narrador extradiegético, que se comporta de modo heterodiegético<sup>6</sup> (GENETTE, 1972, p. 246-247). A relação desse narrador com a história que conta corresponde àquela posição da voz de um enunciador de episódios dos quais essa voz não participa (GENETTE, 1972, p. 244-247).

Para Genette, as intervenções diretas ou indiretas do narrador a respeito da história instituem o que se poderia chamar por função ideológica do narrador. Estas intervenções são feitas pelo narrador de *Luzia*. Para ilustrar esta afirmação, podemos nos referir a um comentário feito pelo narrador ainda no início do romance:

Pouco expansiva, sempre em tímido recato, vivia só, afastada dos grupos de consortes de infortúnio, e quase não conversava com as companheiras de trabalho, cumprindo, com inalterável calma, a sua tarefa diária que excedia à vulgar, para fazer jus a dobrada razão (OLYMPIO, 2003, p. 16).

O narrador deixa nesta passagem suas impressões que influenciam certamente na formação das ideias das personagens construídas para conviver com *Luzia*. Dessa forma, a simpatia por *Luzia* acaba por conduzir o narrador a se posicionar em favor dela, ou ainda mesmo a odiar seu algoz Crapiúna. Demonstramos também neste item, a visão de personagens masculinos sobre *Luzia*, entre eles Crapiúna, seu algoz ou antagonista; Alexandre, seu namorado; Raulino, seu amigo e o promotor de direito. Estes personagens podem contribuir com as produções de sentidos na formação do *ethos* da protagonista, cujo enunciador é, predominantemente, o narrador.

Crapriúna, segundo o narrador, era um desses homens que desrespeitava *Luzia*, que era ciente de sua situação de mulher pobre, sem pai e solteira, vivia a lhe fazer galanteios, ao que ela sempre respondia de modo ríspido. Para a moça, não havia razões para confiar nos agrados de Crapiúna. Apesar disso, ele sempre a abordava “- Deixa-te de luxos, rapariga. (...) olha a memória de ouro que tenho para ti” (OLYMPIO, 2003, p. 18). A personagem Crapriúna representa o machista desenfreado, o macho dominador que entende o não como rejeição

---

<sup>6</sup> O narrador não está concretamente representado, fundindo-se a sua função com a do autor implícito (AGUIAR; SILVA).



inaceitável. Afirmamos com Bourdieu que “de modo geral, possuir sexualmente, como em francês *baiser* ou em inglês *tofuck*, é dominar no sentido de submeter a seu poder, mas significa também enganar, abusar ou como nós dizemos “possuir” ‘ao passo que resistir à sedução é não se deixar enganar, não se deixar ‘possuir’”(BOURDIEU, 2011, p. 29).

Pela voz do narrador extradiegético, Crapiúna “era mal-afamado entre os homens e muito acatado pelas mulheres” (OLYMPIO, 2003, p. 17). “Possuía [...] o encanto militar, a que é tão caroável o animal caprichoso e fútil, a mulher de todas as categorias e condições sociais, talvez porque sendo fraca, naturalmente, se deixa atrair pelas manifestações da força” (*idem, ibidem*). É ainda o narrador que ilustra, delimita a imagem de Crapiúna comentando que antes de ser soldado foi guarda-costas e fizera coisas cruéis, “de pasmar”. “Tinha o ativo de três mortes e outros crimes menores, valendo-lhe isto por título ao temeroso respeito do povo” (OLYMPIO, 2003, p. 18).

Segundo o narrador, *Luzia* era perseguida por Crapiúna por toda parte, no trabalho, nos passeios ao rio e ao redor da casinha velha em que a jovem morava. “Ela reclamou ao administrador da penitenciária e obteve do tenente-comandante a transferência do soldado para outros serviços, guarda e faxina da prisão e, nos dias de folga, a polícia da feira” (*idem, ibidem*). *Luzia-Homem*, pessoa que tem um *ethos* “dito” de mulher correta, honesta, boa índole, reconhecia os defeitos do soldado Crapiúna que para muitos da sociedade da época talvez fossem qualidades. Quando se sentia perseguida por ele, sempre se defendia com falas como: “Deixe-me sossegada. Não se meta com a minha vida. Eu não sou o que o senhor pensa” (*idem, ibidem*).

*Luzia* era respeitada pelas autoridades da cidade, que tentavam protegê-la, pois era bem quista, até pelo promotor. Isso revela em *Luzia* um *ethos* feminino inspirador de confiança, um *ethos* “dito” de mulher trabalhadora que, apesar de não se emancipar pelo estudo, emancipa-se pelo trabalho. Mesmo não tendo conquistado o casamento, instituição protetora da mulher do final do século XIX, consegue se manter socialmente acima das regras sociais estabelecidas tradicionalmente. Pois trabalha para seu sustento e de sua família, atitude avessa aos costumes da época da personagem.

Crapiúna vê *Luzia* como presa fácil para seus objetivos machistas, já que a moça pertence aos segmentos de níveis socioeconômicos inferiores da sociedade, aos mesmos grupos em que se enquadram “as mestiças, as negras e mesmo brancas menos protegidas e



sujeitas à exploração sexual” (SOIHET, 2011, p. 368). Por isso, não aceita a rejeição e resistência de Luzia. Para ele, ela é uma reles mulher, que sem nenhuma resistência poderia se submeter aos seus encantos de moço soldado, bem vestido e disposto a dar-lhe de presente seu anel de ouro. Assim projetado, pratica ações do macho sobrepondo-se à liberdade feminina, anulando suas escolhas amorosas e infringindo sua liberdade de ir e vir, duas coisas necessárias à vida diária da mulher que tinha que buscar seu próprio sustento.

Para contrapor Crapiúna, o narrador projeta Alexandre em estratégias discursivas pelas quais podemos perceber que este é apresentado como par amoroso da protagonista para se discutir as características mais marcantes do *ethos* da moça. Apaixonou-se por ela no dia em que, Raulino Uchoa puxou o boi pelo rabo, o bicho virou-se como um gato e o mataria se não fosse Luzia “moça afoita e destemida” (OLYMPIO, 2003,p.30) surgir e subjugar o animal como se fosse um cabrito. Esta passagem é narrada por Alexandre na casa da moça para justificar à jovem, que a partir daquele dia, passou a ter completa admiração por ela. Primeiro porque não aceitou a recompensa oferecida pelo patrão de Raulino, segundo porque ficou encantado em ver Luzia com Raulino nos braços, episódio que é melhor citar na íntegra: “Cem anos que viva terei sempre diante dos olhos e do pensamento, a sua figura de cabelos soltos, rompendo a multidão, com o Raulino nos braços, como se fora uma criança. Lembrava-se um registro do Anjo da Guarda, levando a alma de um inocente para o céu” (*idem, ibidem*). A percepção da figura de Luzia é elevada ao nível de *ethos* espiritual: Anjo da Guarda.

Quando o personagem Alexandre revela tamanha ação feita pela protagonista, o leitor percebe nesta mulher um *ethos* “mostrado” de heroína com o poder físico de proteger aos desamparados. A força de Luzia não é apenas física, é também psicológica e em meio aos berros do povo: “Olha a Luzia-Homem, a macho e fêmea”, ela carregava, socorria um homem machucado, sem dar ouvidos aos dizeres ofensivos dos populares, porque Luzia não apreciava ser chamada de Luzia-Homem, mas nem por isso deixava de cumprir seu papel, que chamou de caridade, doando-se como mulher forte, determinada e enfrentadora.

Assim como Alexandre, ao conhecer Luzia, o Promotor também demonstra grande admiração pelos cabelos dela, e declara: “Que formoso cabelo” (OLYMPIO, 2003, p.41). Comentário ocorrido num contexto muito sofrido para a jovem, pois esse foi o momento em que Alexandre foi preso e interrogado como ladrão do armazém em que trabalhava. A



protagonista, segundo o narrador extradiegético, percebeu os olhos do promotor, mortos de volúpia por seus cabelos e tratou de prendê-los, ficando inclusive ruborizada, o que denota o reconhecimento por Luzia quanto à sua sensualidade. Sedução feminina, que encobre, pois não quer ser reconhecida por ela.

Neste item, quisemos avaliar tanto a visão do narrador extradiegético, quanto o posicionamento dos personagens masculinos mais presentes na vida da personagem *Luzia*. Só assim, pudemos identificar na protagonista um *ethos* de muita sedução e simpatia evocado pelo narrador e pelas personagens masculinas em questão.

### O *ethos* feminino sob a voz do outro e da protagonista

Neste espaço, demonstramos o *ethos* de *Luzia* revelado por mulheres que conviveram com ela, tanto de forma apreciativa, como de forma rude e depreciativa. Além disso, avaliamos em que medida a participação de personagens representantes da população em geral colabora com o narrador na construção do *ethos* da personagem *Luzia-Homem*. Considerando, em alguns momentos o próprio dizer de *Luzia* sobre si, porque necessitamos de ouvi-la em discurso direto com o intuito de fugir um pouco das impressões do narrador extradiegético. Posto que às vezes nos induza a ouvi-lo e ficamos esquecidos dos enunciados de *Luzia*.

A história de *Luzia-Homem* começa na construção da penitenciária de Sobral (cidade cearense). Ali, os colegas de trabalho a veem como arrogante, posto que *Luzia* demonstre não se abater diante da miséria e do serviço pesado, assim como em receber o que todos recebem como pagamento: rações de farinha, carne de charque, arroz, feijão e bacalhau. Por isso, seus colegas de trabalho comentam “a modos que despreza de falar com a gente, como se fosse uma senhora dona – murmuravam os rapazes remordidos pelo despeito da invencível recusa, impassível às suas insinuações galantes” (OLYMPIO, 2003, p. 16). Essas falas de colegas de trabalho trazem à tona a mulher desejada que era *Luzia*, quando o narrador comenta “a invencível recusa” da moça aos galanteios dos homens que conviviam com ela, mas não conseguiam sua atenção, seu afeto.

As atitudes de *Luzia* não só incomodam os colegas de trabalho como à população pobre de modo geral, porque a multidão sempre se mostrara ríspida à prática da personagem



de se isolar socialmente, de se preservar das opiniões alheias. Essa passagem ilustra bem esses fatos: “arreda, que lá vem *Luzia-Homem*, como uma danada!... – Mulher do demônio, você não enxerga a gente, sua bruta?!... Esta excomungada está com o diabo no couro!...” (OLYMPIO, 2003, p. 39). Percebemos na fala de *Luzia* sua insatisfação em relação ao olhar do povo, quando dialoga com Alexandre: “– Às vezes, tenho ímpeto de estraçalhar uma dessas criaturas perversas que me olham pelo rabo do olho, rindo pelo canto da boca, como se eu fora uma ridícula...” (OLYMPIO, 2003, p. 76). Assim, percebemos um *ethos* em *Luzia* de mulher inteligente, discreta, resistente, preocupada com sua dignidade e reputação e que sabe conter seus ímpetos emocionais.

No jogo enunciativo o narrador relata, mostra que *Luzia* conseguia carregar cinquenta tijolos de uma só vez. Carregava também de uma só vez o correspondente a três potes de água, que somente um homem robusto conseguiria. Chegou a remover a soleira de granito da porta da prisão, causando espanto até nos operários mais valentes, inclusive em Raulino Uchoa, “sertanejo hercúleo e afamado” (OLYMPIO, 2003, p. 16).

Mesmo com toda essa força física, *Luzia-Homem* apresenta um *ethos* de mulher sensual. É possível perceber isso, já na página 16, quando o narrador faz uma descrição graciosa de suas características físicas: “Em plena florescência de mocidade e saúde, a extraordinária mulher, que tanto impressionara o francês Paul, encobria os músculos de aço sob as formas esbeltas e graciosas das morenas moças do sertão” (OLYMPIO, 2003, p. 16).

É preciso dizer que *Luzia* tem uma grande defensora, na classe alta: Matilde, a esposa do promotor, que “compra seu cabelo” para ajudar a pagar as velas para a curandeira Rosa rezar, com finalidade de ajudar a tirar Alexandre da cadeia. Matilde dialoga com *Luzia* com amizade e admiração, demonstrando respeito pelo sentimento amoroso que a moça mostra ter por Alexandre: “– A sua dedicação ilimitada àquele infeliz só pode ser inspirada por um grande afeto, desses que não esmorecem ante os maiores sacrifícios. – E é somente por gratidão, que o defende com tanta dedicação?...” (OLYMPIO, 2003, p.78). Percebemos muito afeto nas palavras da esposa do promotor que demonstra carinho e preocupação em contribuir com *Luzia* nos momentos mais difíceis, assim é perceptível em *Luzia* a evocação de um *ethos* feminino de mulher enamorada, apaixonada, percebido a partir das impressões de Matilde.



O narrador de *Luzia-Homem* destaca suas mais sublimes qualidades. O narrador não funciona como antagonista da personagem *Luzia*, mas como seu protetor e até mesmo cúmplice, enquanto os personagens secundários (representando o povo) afrontam *Luzia* para desqualificá-la como mulher. Por exemplo, na página 16, uma senhora vista pelo narrador como alcoviteira faz o seguinte comentário: “Aquilo nem parece mulher fêmea”. Mas Teresinha, uma amiga que a acompanha em toda a história a defende dizendo: “– Não diga isso que é blasfêmia” OLYMPIO, 2003, p. 16). Esses pontos de vista diversificados de personagens nos leva a construir um *ethos* de *Luzia* que oscila entre a “rudeza” da força física desafiadora de mulher forte e a sensualidade e delicadeza feminina que ainda resiste no espírito forte de mulher sertaneja guerreira sobrevivente à seca nordestina tão massacrante. Outra atitude que denota o *ethos* forte de *Luzia* e ao mesmo tempo discreto é a resistência à amizade das companheiras de trabalho. Também na página 16 há um exemplo de comentários destas colegas de rotina: “– É de uma soberba desmarcada”. Não estava ali para amizades, tinha finalidade de cumprir sua tarefa diária excedendo o ritmo comum de produção com o objetivo de receber a ração dobrada, pois sustentava a si e à mãe doente, não tinha pai, não tinha marido. Em meados do século XIX esta era uma situação penosa e desafiadora para a mulher.

O enredo do romance é do final do século XIX, neste período uma mulher solteira, sem pai, de classe baixa, que sustentava a casa, não era bem vista pela sociedade, até porque os costumes disseminados pela burguesia pressupunham que a mulher “descendente” não trabalhasse fora de casa, ideologia que chocava com a realidade da classe baixa que tanto membros do sexo masculino como do feminino tinham que trabalhar para conseguirem sobreviver à vida carente que levavam.

No artigo, *Trabalho feminino e sexualidade*, Rago afirma: “Para ser respeitada [a mulher] necessitaria de um pai, de um irmão mais velho ou de um marido que a ‘protegesse’”(2011, p.585). Por isso ela fazia-se *Luzia-Homem*, pois diante da sociedade era uma mulher vulnerável a situações como: propensa a cantadas e desrespeitos masculinos, já que a instituição família em sua vida não estava de acordo com as convenções sociais da época. Por essas razões, fica exposta aos desrespeitos sociais, principalmente por parte dos homens. Como diz Rago, “Desde a famosa ‘costureirinha’, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram



estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição” (2011, p. 589). Em meio a essa sociedade hipócrita e conservadora é que se constrói o *ethos* desafiador e guerreiro de Luzia-Homem, que por algumas vezes tem sua figura associada à aparência masculina: “– Reparem que ela tem cabelos nos braços e um buço que parece bigode de homem...” (OLYMPIO, 2003, p. 16). (Fala da alcoviteira e curandeira de profissão). No *ethos* de Luzia, homem e mulher se cruzam e até se digladiam.

Raquel Soihet discute no texto “*Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*”, que no período da *Belle Époque*<sup>7</sup>

[...] embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito [...] fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (SOIHET, 2011, p. 367).

*Luzia* é apresentada pelo narrador como imagem de mulher que se sente diferente das demais e até rejeitada por elas, os únicos amigos que possui, já declarados no início da narrativa, são Raulino e Alexandre. Depois deles, Teresinha com a qual a amizade se firma, após ser vista por ela a banhar-se no rio. É neste momento que Teresinha testemunha a beleza física de mulher presente em *Luzia-Homem*: “– Agora sou sua defensora. [...] – Hei de punir por você em toda parte, porque vi com os meus olhos que é uma mulher como eu, e que mulherão!” (OLYMPIO, 2003, p. 25). Fica deslumbrada e ao mesmo tempo confusa quando *Luzia* se mostra envergonhada por ser vista nua. Teresinha, a partir deste dia, declara a Luzia sua admiração, fidelidade e prontidão para defender sua feminilidade que testemunha naquele momento. Podemos observar nesse evento entre as duas personagens que *Luzia* passa a ser mais valorizada pela amiga quando é identificada como uma igual fisicamente, ou seja, fica presente a valorização da mulher como corpo e não atitude.

Durante a conversa no rio é que Teresinha revela todas as seduções praticadas por Crapiúna que “desgraçou” várias moças da região “com promessas de casamento”, não tendo

---

<sup>7</sup> Período cosmopolita que teve início no final do século XIX na Europa.



coragem, segundo Teresinha, de dar a elas “um pedaço de pano para fazer uma saia”. Contou também que a ela mesma tentou seduzir mostrando o anelão de ouro. Fez, além disso, outro relato que deixou admirada a protagonista, disse que Alexandre comprou briga com Crapiúna porque este tomou umas liberdades com Quinotinha, que ainda é “uma criança inocente.” Teresinha acrescenta na conversa que Alexandre já estava de olho em Crapiúna por causa de *Luzia*.

O *ethos* de *Luzia-Homem* é projetado como o da mulher que está além de seu tempo, independente, segura emocionalmente, busca um homem companheiro, ético, cuidadoso, que se preocupa com a essência feminina, mas encontra dificuldade para lidar com o sentimento, talvez por causa da frieza que deve aparentar socialmente, com o objetivo de se proteger de uma sociedade opressora às escolhas da mulher. Tanto que quando Alexandre propõe a ela dar uma lição em Crapiúna, para que deixasse de incomodá-la, responde assim: “– Não quero. Não tenho medo daquele miserável... Depois que hão de dizer?... Você não é nada meu para tomar dores por mim...” (OLYMPIO, 2003, p.22).

O contexto histórico do enredo do romance é por volta de 1873, período de uma seca muito forte no sertão nordestino, que proporcionava aos moradores ausência de horizonte. Nesse contexto, ficcionalizado, *Luzia* sonhava e planejava emigrar na companhia da mãe, dos amigos e de Alexandre com quem pretendia se casar. Essa época próxima da *Belle Époque* (1890-1920) foi uma fase histórica em que se buscavam explicar cientificamente as características femininas. Para dialogar com *oethos* da personagem *Luzia* apresentamos as ideias de Rachel Soihet:

A medicina social assegurava como características femininas por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios (2011, p. 363).

Nem todas as características apresentadas por Soihet, defendidas pela ciência da época, fazem parte da vida da personagem *Luzia*. Não apresentava fragilidade, nem suas faculdades afetivas superavam as intelectuais, sempre buscava primar pela racionalidade ao tomar suas decisões, dessa forma, as atitudes de *Luzia* de acordo com a ciência seriam condizentes ao comportamento masculino, no que se refere à “natureza autoritária,



empreendedora, racional”, com exceção de uma sexualidade sem freios. Por outro lado, era detentora do recato, não se exibia, conversava com poucas pessoas, se vestia com seriedade, tinha personalidade firme que pode ser apreciada nos discursos diretos apresentados pelo narrador. Por esse viés suas características são femininas. Precisamos analisar como se apresenta o *ethos* de *Luzia* a partir da instância enunciativa, é como afirma Maingueneau “o *ethos* se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por natureza, no 2º plano da enunciação: ele deve ser percebido, mas não deve ser objeto do discurso”(2008, p. 59). E nesse segundo plano da enunciação se constrói o dizer de *Luzia-Homem*, uma representante da figura feminina, guerreira, determinada, decidida a lutar por uma conquista de vida digna que sabe ser merecedora. Na apresentação de cuidadora da mãe e protetora do homem que ama (Alexandre) é que encontra forças para se fazer sujeito do seu discurso. Como exemplo, podemos citar sua fala (OLYMPIO, 2003, p.40): “– Entre essa gente maligna que faz pouco de mim, essa gente desalmada que me persegue, como se eu fora uma excomungada ou um bicho brabo, encontrei nele (Alexandre) um amigo, irmão, e hoje, abaixo de Deus, é ele quem me ajuda a sustentar os dias de minha mãe, entrevada dentro de uma rede”. [...] – “Só deixei de usar camisa e ceroula e andar encourada, quando já era moça demais, ali por obra dos dezoito anos” (OLYMPIO, 2003, p. 41). Esse enunciado de *Luzia* pressupõe um *ethos* feminino afetuoso e grato pela dedicação do outro, também a voz de mulher revoltada com uma população desrespeitosa pelo seu modo de se apresentar socialmente, pelos seus trajes diários. O modo de ser da personagem *Luzia*, neste contexto, não só conflita com os falatórios abusivos da população, mas entra em contradição com as vozes da Igreja e do Estado civilizado do contexto histórico da época do enredo da obra, que enuncia que a mulher tem que ser feminina, com “trejeitos frágeis”. Segundo Soihet, até a ciência e a lei justificavam essa ideologia.

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus hábitos sadios e as boas maneiras, reprimindo seus excessos verbais(2011, p. 363).

*Luzia* mostra-se conhecedora de suas virtudes. É possível perceber isso neste trecho apresentado pelo narrador: “... Luzia sentia-se humilhada pelos grosseiros galanteios que ele



(Craipiúna) lhe dirigira sem o menor reboço, com desabrida petulância e desenvoltura sensual, como se ela fora dessas desgraçadas, cujo acesso não é já resguardado pelo prestígio da virtude” (OLYMPIO, 2003, p. 27-28). Na verdade, o que se tem aí é a presença do abuso de poder de “autoridade masculina”, o policial, o soldado que deve ser obedecido pelos civis, sobretudo pelas frágeis e indefesas mulheres, principalmente por mulheres pobres, sem pai, sem irmãos e sem maridos.

O sonho de *Luzia* é sair daquela terra opressora, sem oportunidade, emigrar, juntamente com Alexandre para região mais desenvolvida onde possam encontrar recursos para tratar de sua mãe. Esta fala dela fundamenta este sonho: “– Mais dias, menos dias, estamos de viagem...” Por este sonho, percebe-se a enunciação de um *ethos* “mostrado” esperançoso com perspectiva de mudança, cheio de objetivos para o futuro, uma mulher transgressora, um sujeito discursivo em busca de libertar-se do que ela classifica como inferno.

Outro aspecto recorrente para ser investigado em *Luzia-Homem* é a contínua alusão ao seu cabelo, principalmente ao tamanho longo e ao brilho. A primeira alusão é a já referida no comentário do promotor; a segunda é na página 51, quando Teresinha se mostra admiradora do comprimento do cabelo da amiga. A terceira é em momento singular que a protagonista *Luzia* quer vendê-los para Matilde, a esposa do promotor. A personagem pede dois mil reis por suas madeixas, com o objetivo de pagar as velas que a Rosa Veado usaria em um trabalho espiritual encomendado por Teresinha, para descobrir os verdadeiros criminosos que roubaram o armazém, podendo, assim provar a inocência de Alexandre. Matilde paga cinco mil reis, mas não aceita *Luzia* cortar os cabelos, diz “São meus, mas ficam na sua cabeça” (OLYMPIO, 2003, p. 55). Assim, Matilde paga pela permanência da feminilidade de *Luzia*, como representação de um ser mulher-homem. Falcirelata:

uma coisa as nordestinas do sertão pareciam ter em comum: o apreço pelos longos cabelos. Basta dizer que, na seca de 1877, mulheres famintas, esqueléticas, chegaram à casa do major Selemérico, em Oeiras, antiga residência do presidente da província, e, em agonia de morte, ofereciam cortar o cabelo em troca de água, água (2011, p. 245).

Já *Luzia* quer trocar seus cabelos pela verdade. *Luzia* é a todo momento a expressão da tentativa de verdade, de apresentação de uma outra face feminina, de uma busca por igualdade



entre os gêneros, pois nela os dois se encontram. Coincidência ou não o contexto histórico do enredo alude à mesma seca referida por Falci. Entretanto, a negociação feita entre a protagonista e Matilde não tem como objeto a água, mas a necessidade financeira de libertar o amor de Luzia da prisão, situação que simbolicamente pode passar pelo mesmo efeito de sentido da palavra água que pode significar a renovação da vida.

A proposta de avaliar o *ethos* discursivo de *Luzia*, sob o olhar do outro, teve o objetivo de investigar uma diferenciação de busca pela imagem do si da personagem por outro canal, pelo percurso das personagens secundárias do romance e até mesmo de avaliarmos a fala da própria *Luzia*. Queremos nos referir aos enunciados de discurso direto da personagem, não mais os proferidos pelo narrador extradiegético, como fizemos no item anterior. Por isso, apresentamos as falas diretas das personagens, com o intuito de avaliar as impressões apresentadas pela população, por Matilde, por Teresinha e pela própria *Luzia*. Embora reconheçamos não ser possível nesse romance segmentar discursivamente cada fala das personagens sem a influência direta ou indireta do narrador.

### Ritos em *Luzia-Homem*

Durante o romance *Luzia-Homem*, percorrem intenções de *Luzia* e Alexandre de se casarem. Na página 32, Alexandre propõe: “– Se não levassem a mal eu ficaria morando com vocês... Sempre é bom ter homem em casa...” *Luzia* responde: “– E as más línguas? [...] Acha pouco o que já rosnam de nós?” “– Então não sei como há de ser... Só se ... Só se ... nós... nos casássemos...” Percebemos que tanto *Luzia* como Alexandre têm noção do significado social do rito casamento: ele querendo mudar para a casa dela, com a finalidade de exercer a “proteção” masculina tão presente nas relações afetivas na visão do sagrado. Enquanto *Luzia*, numa visão nem tanto emancipadora, destaca um *ethos* “dito” feminino arredo à presença de um homem em casa que não seja seu marido. Não é preciso que a personagem esclareça esta questão, Alexandre conhecedor dos costumes sociais do mundo sagrado, faz oferta de casamento. A iniciação esperada a partir do casamento não ocorreu entre Alexandre e *Luzia*. Planos havia, mas o casal não atinge esta passagem, pois a morte de *Luzia* os impede. *Luzia-Homem* comportou-se no decorrer do romance como heroína, prestando sempre assistência



aos amigos necessitados. E até a si mesma sempre fazia o que melhor conviesse a uma vida digna e honesta. Dona de um caráter forte e destemido nunca se rebaixou.

### Considerações finais

No final do romance, ao enfrentar a morte, não foi diferente, quando emigra ao lado das pessoas mais importantes de sua vida: a mãe, Alexandre, Raulino e Terezinha. Terezinha, por sua vez, vai por um atalho que é recomendado por Raulino. Como Teresinha encontra-se à frente de *Luzia*, a protagonista aperta o passo para alcançá-la e choca-se ao ver Crapiúna batendo em Teresinha. *Luzia-Homem* reage para socorrer a amiga e o soldado aproveita a ocasião para realizar seu sonho: possuir *Luzia*. A protagonista luta até a morte, mas antes arranca um dos olhos de Crapiúna.

Segundo Eliade, “a iniciação, como a morte, o êxtase místico, o conhecimento absoluto, a fé (no judaísmo-cristianismo), equivale a uma passagem de um modo de ser a outro e opera uma verdadeira mutação ontológica”(2010, p. 148). Essa autora relata que as tradições religiosas falaram simbolicamente da “ponte perigosa” ou da “porta estreita”, símbolos que são substituídos no romance pelo “atalho”.

*Luzia* sentiu medo de Crapiúna em diversas passagens do romance: “*Luzia*, perturbada com a súbita presença do terrível soldado, não ousou proferir palavra” (p. 53). Mas no final do romance precisou enfrentá-lo para salvar a amiga e sua honra, foi até às últimas consequências, para não se deixar abusar por Crapiúna.

Segundo Eliade, “pode-se dizer que a existência humana chega à plenitude ao longo de uma série de ritos de passagem, em suma de iniciações sucessivas”(2010, p. 147). É fato que *Luzia* passou pelo nascimento e fez de sua vida um grande evento de passagem: amou a mãe e Alexandre, dedicou-se ao trabalho para a sobrevivência digna e a mais confortável que alguém da sua condição pudesse alcançar. Lutou para libertar seu amor da prisão, atitude que também faz parte da sua vida, que sem a passagem pelo nascimento não haveria. Não se casou com Alexandre, mas se comportava como se fosse sua esposa, pois como diz Eliade, “Todo casamento implica uma tensão e um perigo, desencadeando, portanto, uma crise”(2010, p. 150). E esta crise, ocorreu em meio à cumplicidade amorosa existente entre *Luzia* e Alexandre, principalmente na ocasião em que o rapaz esteve preso. Assim, mesmo que o



casamento não seja fato no romance a relação dos dois é tão sublime que passa um *ethos* de consumação deste rito pelo motivo de tamanha cumplicidade do casal.

Em relação ao rito de iniciação “morte” é preciso dizer com Eliade que “A morte significa a superação da condição profana, não santificada”, é o que Luzia proporciona ao soldado, com a morte, ele que vivia no mundo a profanar sofre “o castigo da morte”(2010, p.156). Mata *Luzia*, mas também morre na floresta, que em algumas cerimônias religiosas de povos primitivos simboliza as trevas, os infernos.

*Luzia* morre pelas mãos de seu algoz, cumprindo o rito da morte de forma heroica como passou pela vida, pois não se entregou ao inimigo Crapiúna até o último instante. É certo que não cumpriu o rito casamento, tão desejado por ela e seu par amoroso Alexandre, mas sua passagem para a morte finaliza o enredo de forma tão expressiva, a ponto de deixar sua presença heroica marcada para sempre na vivência do leitor.

*Luzia* passa por um estado conflituoso entre parecer ser homem e ser mulher. Isso se dá pela necessidade de impor respeito a uma sociedade conservadora que nega a família sem representação masculina. Então, *Luzia* esconde-se de si mesma para não se mostrar “como realmente é”, uma mulher bonita e sensual, por trás de uma sobrevivente trabalhadora e emigrante nordestina.

## Referências

AGUIAR e SILVA, Vitor Manuel. *A estrutura do romance*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. “Radicalização do feminismo, radicalização da democracia”. *CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA*, ed. 0, ano 1, Recife: SOS Corpo, 2007. Disponível em: [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br) Acessado em: 11/04/2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ªed. – São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2009.



BERND, Zilá (org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial da Universidade, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. Reproduzido de BOURDIEU, P. *L'économie des échanges linguistiques*. *Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Monteiro.

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. de H. “Mulheres, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade”. *REVISTA MAL ESTAR e SUBJETIVIDADE*. V. 7, nº 2. Fortaleza, set. 2007. Disponível em: <http://pesic.bvalid.org>

BRUNELLI, Anna Flora. “Confiança e otimismo: intersecções entre o *ethos* do discurso de autoajuda e o do discurso da *Amway*”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (orgs.). *Ethos discursivo*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 133-147.

CAVALCANTE, Jauranice Rodrigues. “Considerações sobre o *ethos* do sujeito jornalista”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. 2ªed. – São Paulo: Contexto, 2011, p. 173-184.

CHARAUDEAU, Patrik; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

CIRILO, Celso José. *Ethos e estilo em “O livro de Bernardo” de Manoel de Barros*. Revista Ao pé da Letra – versão online – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Vol. 13.1, 2011, p. 11-28.

CORREIA, Mariza. *Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal*. Dissertação (mestrado). Cadernos Pagu (16) 2001, p. 13-30.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História da mulher no Brasil*. 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 223-240.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FALTI, MiridanKnox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, 2011, p.241-275.

FIORIN, José Luiz. “A multiplicação dos *ethe*: a questão da heteronímia”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (orgs.) *Ethos discursivo*. 2ªed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 55-69.



GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1972.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p.443-479.

MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do ethos”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciano (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008<sup>a</sup>. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. “Analisando discursos constituintes”. *REVISTA DO GELNE*. Vol. 2, nº 2, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto: 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. “A instituição discursiva”. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 46-55.

MAINGUENEAU, Dominique. “O discurso literário como discurso constituinte”. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 59-71.

MAINGUENEAU, Dominique. “Problemas de ethos”. In: *Cenas da enunciação*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b. p. 55-73.

MAINGUENEAU, Dominique. “Ethos, cenografia, incorporação”. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008c. p. 69-91.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese do discurso*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008d.

MAINGUENEAU, Dominique. “Ethos e apresentação de si nos sites de relacionamento”. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 79-97.

MAINGUENEAU, Dominique. “A heterogeneidade mostrada”. In: Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3<sup>a</sup> ed. – Campinas, SP: Pontes, 1997.

MORAES, Érika de. “Paixão Pagu – o ethos em uma autobiografia”. In: OTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (orgs.) *Ethos discursivo*. 2<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 107-117.

MOTTA, Ana Raquel. “Entre o artístico e o político”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. 2<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-106.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. 2<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

MUSSALIN, Fernanda. “Uma abordagem discursiva sobre as relações entre ethos e estilo”. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.) *Ethos discursivo*. 2<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 70-81.



OLYMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Ática, 2003.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p.578-604.

ROCHA, Décio; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. “Linguagem e prática social”. *Matagra* – 20, vol. 14, nº 20; jan-jun, 2007.

SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p.363-399.

TILLY, Louise. “Gênero, história das mulheres e história social”. *CADERNOS PAGU* (3). 1994: p. 29-62.





## TRANSDISCIPLINARIDADE NA OBRA DE C. G. JUNG E SUAS INFLUÊNCIAS NA ATUALIDADE<sup>1</sup>

Jorge Antônio Monteiro de Lima<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo aponta as principais contribuições da obra de C. G. Jung em vários ramos da ciência em um sentido transdisciplinar: psicologia; psiquiatria; medicina; ciências sociais; física; antropologia; ciências biológicas e humanas. Além disso, evidencia como o pensamento de Jung é assimilado pelos estudos do imaginário e como está distribuído, atualmente, nas principais universidades do Brasil.

**Palavras-chave:** Psicologia Analítica; C. G. Jung; Imaginário; Pensamento Científico.

### Abstract

*This article as points of C. G. Jung work key contributions in various branches of science in a sense transdisciplinary: psychology; psychiatry; medicine; social sciences; physical; anthropology; biological and humanities. Evidence as Jung 's thought is assimilated by imaginary studies and how today for distribution in the main universities of Brazil .*

**Keywords :** *Analytical Psychology; C. G. Jung; Imaginary; Scientific Thinking.*

### O Sobrevivente

Impossível compor um poema a essa altura da evolução da humanidade.

Impossível escrever um poema - uma linha que seja - de verdadeira poesia.

O último trovador morreu em 1914.

Tinha um nome de que ninguém se lembra mais.

---

<sup>1</sup> Artigo introdutório desenvolvido para o curso de formação de analistas da Unipaz Goiás em agosto e setembro de 2015 . <http://on.fb.me/1z4XXOE>  
e-mail para contato: [contato@olhosalma.com.br](mailto:contato@olhosalma.com.br)

<sup>2</sup>Analista pesquisador em saúde mental; psicólogo clínico; mestre em Antropologia social pela – UFG; Coordenador do curso de formação de analistas da Unipaz - Goiás.



Há máquinas terrivelmente complicadas para as necessidades mais simples.

Se quer fumar um charuto aperte um botão.

Paletós abotoam-se por eletricidade.

Amor se faz pelo sem-fio.

Não precisa estômago para digestão.

Um sábio declarou a O Jornal que ainda falta  
muito para atingirmos um nível razoável de  
cultura. Mas até lá, felizmente, estarei morto.

Os homens não melhoram  
e matam-se como percevejos.

Os percevejos heróicos renascem.

Inabitável, o mundo é cada vez mais habitado.

E se os olhos reaprendessem a chorar seria um segundo dilúvio.

(Desconfio que escrevi um poema.) Carlos Drummond de Andrade

Pensar na obra de Carl Gustav Jung e seus desdobramentos em nossa atualidade é rever os preceitos básicos de uma área de atuação da psicologia analítica em mais de um século de pesquisas científicas que se desdobram em várias áreas da ciência.

Tentaremos de uma forma resumida mostrar as principais contribuições do pensamento de Jung para a ciência e seus desdobramentos. Dar luz aos que iniciam sua jornada de sobrevivência nos estudos da área da psicologia analítica, trazer a tona lembranças para os que há anos estudam o legado de Jung e respeitosamente dar aos críticos que questionam uma breve resposta, sobre o atual campo de ação na atualidade da psicologia analítica.

Particularmente sou contra qualquer forma de idolatria ou reverência a teorias e teóricos. A ciência não pode ser dogmática. Fanáticos e fanatismos se incumbem diariamente de evitar avanços científicos de toda ordem fechando-se em feudos, guetos, em inimizades, em discussões falhas e prendendo-se à minúcias, lustrando seu ego, a vaidade e o orgulho. O pensamento científico não pode ser isento de criatividade. E a ciência criativa é a necessidade de nossa atualidade.



## Dos princípios gerais

O primeiro legado da obra de C. G. Jung foi em 1912 romper paradigmas com o cartesianismo, com o mecanicismo, com as hiper especialidades vigentes a sua época. Apresentando um novo conceito de psiquiatria e psicologia que interligaria biologia, filosofia, antropologia, psiquiatria, história e arqueologia, questionando na época os modelos mecanicistas e reducionistas que tendem a generalizar em diagnósticos e rótulos os aspectos da personalidade humana. Jung em 1912 iniciaria uma trajetória de rompimento com os meandros vigentes das especialidades e da tendência de compartimentalizar a ciência em feudos. Jung abriria a discussão da transdisciplinaridade buscando por toda sua obra a horizontalidade da ciência, em profícuos diálogos entre áreas distintas do saber.

Ele colocaria em discussão dentro da psiquiatria e de sua psicologia, a física, filosofia, religião, medicina, matemática, história, antropologia, literatura, artes, arqueologia, sociologia, educação. Isto, todavia gerou um problema a seus estudiosos e críticos, a necessidade de comportar cultura e erudição para entender os desdobramentos teóricos apresentados. Não bastaria mais ao futuro analista estudar apenas os esquemas de cognição e pensamento, agora o estudante aspirante a analista tem de mergulhar em aspectos culturais, antropológicos, da religião, da história, da literatura, das artes, para poder ir além abarcando as diversidades da existência humana.

Em nossa atualidade existe uma hiper especialização de teor esquemático e reducionista, as idéias de Jung apresentadas a mais de um século atrás trouxeram uma ruptura significativa à proporção que a ciência de ponta abarca este teor de transdisciplinaridade, de diálogo entre as várias ciências. A divisão clara entre ampliação e reducionismo.

O segundo ponto da ciência proposta por Carl Gustav Jung foi o de questionar toda e qualquer forma de esquema reducionista, em especial os que tentariam reduzir a um padrão específico as nuances da psiquê humana. Assim a obra de Jung anteciparia a idéia de individualidade, de sujeito, de pessoa. O resgate do individuo e das particularidades de indivíduos e de grupos foi extremamente bem demarcada por Jung em 1900 quando no início de sua carreira, na teoria dos Complexos. A forma como cada um vivencia um elemento cultural, uma tradição, uma patologia, um trauma, um modismo, um sistema de pensamento.



Tais idéias estariam na fundamentação científica da Psicanálise e depois seriam apropriadas por várias abordagens da psiquiatria e da psicologia. Desta forma, Jung questionou o reducionismo científico que hipervalorizaria os diagnósticos, os rótulos, os estereótipos, os estigmas.

O terceiro ponto interessante do pensamento de Jung foi a constante inquietação de sua obra. Em Jung não existe uma linha teórica, uma abordagem, uma linearidade de pensamento. Não existiram limites diante da curiosidade de Jung. Isso sempre tornou o ensino e a teoria da psicologia analítica ampla. Cada leitor pode encontrar folheando a obra de Jung um fragmento inusitado- uma citação exótica ou curiosa em um paralelo com outra área- ou mesmo uma contradição ante um pensamento já expresso. Estudar Jung exige muita cultura geral, a capacidade de divagar em vários horizontes, de cruzar idéias, de migrar. Como um cientista de renome Jung não permaneceu preso a uma linha de estudos ou pensamentos. Sua curiosidade era evidente e para ele não existia nenhum tema que não seu merecesse respeito ou sua atenção. Isto o fez ter um espírito empreendedor, científico, ousado, mas também gerou um problema para os que pretendiam estudar sua obra: diante de um conhecimento enciclopédico ousado por onde podemos e devemos começar?

Acredito que devemos começar estudando sua formação e estudo na área de psiquiatria e psicologia. Observando-o em um avanço histórico e cronológico, seguindo as publicações de suas obras completas. Todavia é também neste ponto que os críticos, em especial os que apresentam escassa cultura, mais se apegam. Por não ter a capacidade de perceber o eixo central da obra de Jung, e também por não apresentarem condições de lidar com o pensamento estruturado no simbólico e no processo de ampliação apresentados na obra de Jung. Para os mecanicistas de visão objetiva, e para os materialistas, Jung se torna facilmente um herege da ciência.

Por sua maleabilidade, a obra de C. G. Jung foi apropriada por vários teóricos estudiosos e leigos de várias áreas. Ele ampliou a discussão que retiraria o ser humano do mecanicismo, atribuindo valores como “essência”, uma ciência capaz de analisar a espiritualidade humana e ao mesmo tempo propondo novas formas de tratamento para o sofrimento humano.

Foi este campo abrangente que faz com que hoje em dia Jung se tornasse um dos autores mais citados na história da psicanálise e psicologia. Sua obra legitima a experiência do



humano em sua singularidade, rompe com o universalismo categórico de teor reducionista, que enquadra o ser humano como uma máquina, que legitima o rotular, e apresenta o indivíduo, a pessoa, o humano que se emociona, que sente, que é regido pelas emoções na busca de sua plenitude.

O quarto ponto importante da obra de Jung foi o de ampliar a pesquisa qualitativa fazendo referências nos estudos da área de saúde. A validação da subjetividade como processo empírico científico. A validação científica da existência dos Complexos, base de sustentação científica da psicanálise. A partir de seu teste de associação de palavras, defendido em sua tese de doutorado, Jung evidencia a influência da mente sobre o corpo físico e traz à luz processos psicossomáticos, ressaltando o teor subjetivo necessário à psiquiatria, psicologia e as demais áreas da saúde.

O quinto ponto chave da obra de Jung está no emprego amplo do simbólico e do subjetivo. Inicialmente no estudo do inconsciente e depois se alastrando para a criação de uma clínica do simbólico e do imaginário. Simbólico e imaginário que discorreria em especial nos aspectos sócio culturais, nas tradições, ritos, na vida pessoal e nisto Jung seria um dos precursores e expoentes. O estudo do imaginário que também abarca a obra de C. G. Jung esta nas principais universidades do mundo.

No Brasil<sup>3</sup> está nas universidades, em áreas do pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação interligando psiquiatria, psicologia, educação, artes, história, geografia, física, comunicação, filosofia, antropologia, sociologia, administração ciências políticas, literatura, ciências da religião, e educação física.

O número de pesquisas e autores que hoje estudam o imaginário, e seus desdobramentos, é gigantesco. O imaginário tornou-se uma ampla fonte de investigação científica, uma linha de pesquisa que hoje procura compreender a fundo o teor da subjetividade humana e seus desdobramentos simbólicos, seu eixo biográfico, o teor mítico e simbólico das relações sociais, pessoais, de gênero. E isto tudo influenciado pelo pensamento de C. G. Jung.

---

<sup>3</sup> Sobre os estudos a cerca de Jung nas principais universidades do país, são elas: a USP; UFSC; UFPE; UFMG ; UFGRS; UNICAMP; UNB; UFRJ; PUC –SP, dentre outras.



## C. G. Jung na saúde

Uma das maiores contribuições da ciência produzida por C. G. Jung se encontra nos processos de humanização que ele e seus discípulos empregaram na psiquiatria e no modelo de atendimento clínico ambulatorial. A ruptura com o materialismo científico e com a ampliação do eixo de estudos da transferência e contra transferência, na psicologia analítica, embasou um novo modelo de atuação humanizado, no qual um paciente ganharia status de pessoa, identidade, acolhimento, lhe dando voz. Sua singularidade seria respeitada e este novo modelo apresentaria resultados surpreendentes inicialmente na área de saúde. Posteriormente a idéia de humanização se alastraria às ciências humanas, sociais, a política, medicina, ao direito e seus desdobramentos legislativos. A palavra humanizar devia ser entendido como capacidade de compreender a diversidade humana em seus vários matizes. Em 1928 em sua obra “Tipos psicológicos” Jung ao estudar a consciência e seus desdobramentos, evidencia a pluralidade existente nas várias formas de existir. Põe por terra as generalizações e reducionismos que eram uma tendência científica. Apresenta evidências científicas que questionam uma idéia de pensamento hegemônico. Mostra que as diferenças não podem evidenciar valoração hierárquica.

A urgência atual de maior respeito a diversidade, a vida urbana, que nos impõe maior necessidade de tolerância frente as diferenças já era seu questionamento em 1928. Pensamento trazido à sua experiência psiquiátrica, à sua prática como analista e profissional de saúde. Respeito ao outro, independentemente de quem seja este outro, a singularidade, a diversas formas de expressão.

Se hoje falamos de humanização da saúde, da psiquiatria, da psicologia, das empresas, da política, da vida em sociedade, um cientista pesquisador a quem devemos o reconhecimento desta influência, foi Jung que já nos primórdios da psicanálise questionava Freud na construção do modelo clínico distante e frio. A experiência terapêutica envolve-se na experiência do humano, na troca de experiências e esta influência se alastraria por várias abordagens como o Psicodrama, a Gestalt, a psicologia transpessoal.

É de suma importância ressaltar a importância dos trabalhos de Jung como psiquiatra. A formação do conceito moderno da esquizofrenia, e a concepção que as psicoses têm uma



origem psicológica, portanto podendo ser tratáveis pela psicoterapia em uma nova metodologia. Jung criou uma estrutura para os tratamentos de saúde para pacientes psiquiátricos. A criação de uma metodologia testada e re-testada para o auxílio de doenças como a esquizofrenia, as psicoses, o transtorno bipolar, a depressão, as compulsões. O grande foco dos estudos de Jung centrava-se na psiquiatria. Este pesquisador dedicou toda sua vida para compreender e tratar os fenômenos ligados as doenças mentais, e de sua experiência prática na clínica psiquiátrica surgiu sua teoria.

Toda obra de Jung surge dentro dos sanatórios e dentro de seu consultório particular. O diálogo com outras áreas da ciência e deu pela necessidade de estreitar conceitos e a visão, na altura muito pequena, do fenômeno patologia. Além da contribuição em criar toda uma metodologia hoje explorada por médicos, psiquiatras, analistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, arte terapeutas, musicoterapeutas, o maior legado de Jung esta em ampliar o conhecimento da psicanálise, e aprofundar a metodologia que traria aos profissionais de saúde uma visão mais ampla da realidade de um paciente.

Ir além. Este modelo clínico que hoje é chamado psicologia analítica é a base de todo pensamento de C. G. Jung e versa em especial sobre a capacidade de tratar doenças mentais e também de auxiliar um indivíduo a compreender seu processo evolutivo. Trazer às pessoas a consciência, encontrar um sentido à sua vida. Assim, em seu modelo clínico, se apresentam dois eixos: o de tratar psicopatologias e o de auxiliar na evolução das pessoas. Em ambos, o respeito à singularidade, à subjetividade, à peculiaridade.

No Brasil, o trabalho reconhecido da psiquiatra Dr. Nise da Silveira humanizou a psiquiatria mostrando à sociedade, como técnicas expressivas melhorariam a qualidade de vida de pacientes psiquiátricos. Trata-se de um exemplo da influência do pensamento de C. G. Jung na psiquiatria e na saúde. Hoje o modelo interdisciplinar é reconhecido e aplicado em todas as instituições sérias que querem a melhora dos pacientes. Neste modelo o paciente não é tratado como um "diagnóstico ambulante", como um rótulo, uma "coisa" sem identidade. O modelo trouxe o retorno da noção de pessoa, da identidade, da cidadania a pacientes outrora largados e isolados. O emprego das técnicas expressivas criado por Jung fundamentou áreas como a Terapia Ocupacional, a arte terapia.

A técnica desenvolvida se mostra no manuseio da arte como manifestação do inconsciente, ajudando o paciente em crise a reorganizar seu pensamento. A resposta dos



tratamentos de saúde em locais humanizados é diferenciada com a melhora evidente na resposta do sistema imunológico. A humanização da área de saúde hoje se alastra por toda parte. Os pacientes não aceitam mais a visão médica que destitui o indivíduo de sua identidade. A imposição de maior respeito, dignidade, hoje é meta no Ministério da Saúde e crivo de avaliação crescente por parte de seus usuários. Também faz parte das normativas da Organização Mundial de Saúde o preceito que um hospital ou clínica psiquiátrica apresente um trabalho transdisciplinar envolvendo no mínimo a psiquiatria, clínica geral, psicologia, terapia ocupacional e atividade física.

Ainda para a área de saúde foi C. G. Jung que ressalta a importância de todo médico, psicólogo, psicanalista, analista, profissional de saúde, cuidador, de se cuidar e manter seu equilíbrio. O risco do adoecimento mental entre profissionais de saúde e sua imersão em processos psicopatológicos havia sido alertada na constituição do movimento psicanalítico se tornando uma obrigatoriedade a análise como parte do treinamento de novos psicanalistas e a todos que pretendiam seguir a atividade. Ter auto conhecimento e manter uma sanidade é uma obrigatoriedade para poder ajudar a fundo as pessoas que necessitam. Isto posteriormente derivou da psicanálise a todas demais abordagens que empregam o modelo clínico de atuação, uma forma predominante de treinamento da psicoterapia moderna.

Poucos estudiosos ou críticos da obra de C. G. Jung atentaram-se a importância de seus estudos sobre a consciência humana, em especial, os apresentados em sua obra: Tipos Psicológicos de 1928, que para nós é a última obra de sua primeira fase, que constitui as bases da psicologia analítica. Nela Jung dedica-se a esmiuçar os mecanismos da consciência em atitudes extrovertidas e introvertidas. As atitudes, segundo Jung, evidenciam como nos manifestamos para o mundo pontuando sobre as funções psíquicas de assimilação de conteúdo, abarcando as funções: pensamento, sentimento, sensação e intuição. Um dos trabalhos mais eruditos, profundos e complexos de C. G. Jung. A meu ver uma das obras mais importantes e que poucas pesquisas científicas conseguiram refutar ou acrescentar-lhe algo teórico a mais.

Outro diferencial importante da obra de C. G. Jung foi à criação de uma clínica específica que ampliaria a ideia de uma abordagem focada no trauma. A visão de patologia e de busca do feitiço de doenças era central até os desdobramentos propostos por Jung. Os desdobramentos, para a psiquiatria e psicologia, foram catastróficos uma vez que, até aquele



momento, todos os diagnósticos eram centrados em sintomas e doenças destituindo o indivíduo de sua identidade complexa e de seu status de pessoa.

Após a criação da Teoria dos Complexos, Jung dedicou sua vida para criar uma metodologia de atuação clínica. Este método clínico teria no simbólico e no imaginário sua estrutura. Simbólico este que em essência constituiria a base epistemológica de uma transdisciplinaridade elementar visto que a compreensão do elemento do simbólico só se dá por meio comparativo na técnica de ampliação. O reducionismo interpretativo daria lugar a uma elaboração centrada pelo próprio paciente retirando do terapeuta o poder da interpretação. O simbólico como método não reduutivo e causal.

Esta visão clínica de Jung aplicada na psiquiatria e psicologia, até então, daria chance a todos estudiosos dos fenômenos humanos uma nova perspectiva à proporção que com isto rompia definitivamente com o processo clínico de universalização e generalização. Era o surgimento da abordagem terapêutica focada na pessoa, no cliente, paciente. Várias técnicas e abordagens terapêuticas derivariam deste ponto. O foco passou a ser o estudo da subjetividade, as particularidades e minúcias, os aspectos individuais de uma biografia, os pontos centrais dos complexos pessoais de um paciente em um sistema de tratamento individualizado.

A técnica da associação de palavras, de análise de sonhos, a imaginação ativa, da análise do discurso com foco na afetividade, as técnicas expressivas, a imaginação ativa seriam explorados por Jung como técnicas suplementares à escuta terapêutica, com foco na análise do simbólico e, ainda, como este simbólico estruturaria a personalidade, os complexos, o inconsciente. O pensamento de Jung influenciaria vários outros autores da psicanálise, Freud, Lacan, e boa parte da psicologia do século XX.

Ainda na área de saúde o pensamento de Jung influenciou várias abordagens terapêuticas como a Gestalt-especialmente com o emprego maciço da técnica da imaginação ativa e do uso das técnicas expressivas em sua metodologia de tratamento; O psicodrama de Moreno teve profundas influências a partir do conceito de Persona -as máscaras sociais- influenciando também em uma metodologia clínica; a bioenergética ou a transpessoal se apropria de parte da ideia do conceito de individuação e das técnicas da imaginação ativa; e hoje parte das novas tendências psicológicas como a constelação familiar, processo holman de quadrinidade, eneagrama as terapias de vidas passadas, as técnicas de hipnose da



atualidade bebem na fonte de uma clínica do simbólico sem se ater a profundidade da teoria dos complexos, ou seja usam elementos retirados da teoria analítica como a técnica da imaginação ativa, tudo sobre influencia direta da obra de Jung.

Outra contribuição fantástica da obra de C. G. Jung está em trazer para a discussão científica a religião como elemento constitutivo de vários processos psicopatológicos. A ousadia de Jung em trazer com o crivo de ciência os estudos sobre a religião, sobre o sagrado culminando em sua teoria sobre a individuação, a busca de plenitude, auto realização, um sentido para a vida. Desde o início de sua carreira observando pacientes esquizofrênicos Jung percebia aspectos de "delírios sagrados". Embora imerso nos estudos de psiquiatria e psicologia experimental, em laboratório, Jung acaba orientando boa parte de sua obra e vida para tentar compreender o que pode ser chamado de instinto religioso. Posteriormente com o desdobramento de seus estudos associa as complicações da existência à crises de identidade e de ordem religiosa no cerne de uma parte das psicopatologias como causa de vários problemas psicológicos. Jung seria o precursor deste tipo de estudo que traria uma ampla aproximação entre a área de saúde, e a religião.

A influência de Jung neste sentido está em boa parte das universidades espalhadas pelo mundo em nossa atualidade. Os temas religião, fé, estados alterados de consciência, meditação, busca de plenitude, realização, hoje compõem uma boa parte das investigações científicas.

Por fim, outra contribuição de suma importância de C. G. Jung foi o auxílio e orientação para o desenvolvimento de sistemas de tratamento em grupo como os Alcoólicos Anônimos A.A. O médico Bill Wilson fundador do A. A. foi paciente e orientando de Jung. Assim, além de criar uma nova forma terapêutica para as terapias individuais Jung também foi precursor de uma nova sistemática de terapia em grupo, hoje os sistemas terapêuticos com troca de experiências, os grupos terapêuticos, os grupos sistêmicos, os grupos de ajuda em boa parte seguem o modelo criado nos Alcoólicos Anônimos, derivado direto do tratamento e orientação de Jung para Bill Wilson.

Hoje esta sistemática de atuação em grupos terapêuticos está espalhada por toda a sociedade. Grupos com pacientes, focais, não focais, estão presentes nas redes hospitalares, de atenção primária a saúde, em CAPS, CAES. Dirigidos a temática das dependências ou direcionados a outras temáticas como grupos de gestantes, grupos com pacientes diabéticos.



Aos estudos de Jung devemos este desdobramento que pode auxiliar a milhares de pessoas por todo planeta. No Brasil criamos por meio de nossas pesquisas o Grupo de Apoio em Saúde Mental G.A.S.M. um derivativo adaptado no tratamento em grupo de várias psicopatologias como a depressão, transtorno de ansiedade, transtorno de pânico, fobias, transtorno bipolar. Criado em 2000 os trabalhos desenvolvidos foram apresentados em vários congressos e seminários, a metodologia que criamos baseada na obra de Jung hoje auxilia a milhares de pacientes e familiares e está espalhada por todo Brasil.

### **C. G. Jung na física**

Foi na física, em especial na área da mecânica quântica que se deu uma das colaborações mais significantes e fantásticas dos trabalhos de pesquisa de C. G. Jung. Em colaboração com Wolfgang Pauli (1900-1958)- ganhador do prêmio Nobel de física de 1945- ambos criam em pesquisa a teoria da sincronicidade - um princípio de conexões causais publicado em 1952. Ambos os pesquisadores lecionavam na Politécnica de Zurique na Suíça.

Jung já pontuava em seus primeiros estudos a ideia do pensamento como energia, e também a ideia de energia psíquica. Focado em uma possibilidade de elementos subjetivos, um caminho comum na época da discussão da física que evidenciaria a subjetividade como parte do elemento da mecânica quântica.

A sincronicidade seria um princípio de conexões causais, isto é, "Coincidências significantes". Um exemplo seria o ato de pensar em uma determinada pessoa no momento em que o aparelho de telefone toca, e ao atender descobrir que a chamada era da pessoa em que se estava pensando. Seria o início de uma vasta pesquisa acerca de uma das possibilidades dos estados alterados de consciência, a ligação dos pensamentos, das idéias diante do postulado por Jung de um inconsciente coletivo. Dobra de espaço e de tempo aplicadas ao pensamento, em pontos de energia comum. Segundo Pauli, a irracionalidade (manifesta nos sonhos e no inconsciente coletivo) e a racionalidade seriam aspectos complementares da unidade do pensamento. Para ele, a ciência materialista representada pela física quântica não poderia ser uma descrição completa da realidade, pois ela deixa de fora todo o fenômeno da consciência humana. A realidade teria dois lados: o físico e o psíquico, o quantitativo e o qualitativo.



Outro importante físico quântico com quem Jung correspondeu e influenciou foi Pascual Jordan, que publicou artigos buscando uma base física para a telepatia. A ideia da sincronicidade reverberou nas pesquisas na época feitas no emaranhamento de duas partículas, descrito no artigo de Einstein, Podolsky & Rosen (EPR, (1935), posteriormente desdobrado nas pesquisas de Schrödinger e Furry. A ideia da sincronicidade influenciaria na mecânica quântica a ideia de "não localidade quântica" que, atualmente, tem sido bastante estudada.

Se hoje lidamos com a mecânica quântica aplicada nas novas tecnologias na telecomunicação, nas redes sociais, na possibilidade aplicada de dobras de tempo e espaço em relatividade, não podemos deixar de fora de tudo isto a percepção que, tanto Jung, quanto Pauli foram precursores indiretos de tais ideias, em uma colaboração que durou mais de 25 anos.

Nas ciências exatas as ideias de Jung também reverberariam. Na matemática a proposta da interpretação subjetiva associada a percepção psicológica traria novas implicações ao conceito de tempo. A subjetividade dos processos de percepção evidenciaria pela afetividade, um tempo dissociativo capaz de unir presente, passado e futuro. A filosofia já deixaria implícita esta temática, mas seria no campo da psicologia que as evidências deste processo se tornaria mais marcante, em especial na problemática da memória, da percepção seletiva, na compreensão dos fenômenos traumáticos e na abreação. A mente humana, afetividade e os estados alterados de consciência tem uma temporalidade própria que não segue de forma específica uma linearidade cronológica.

### **Jung e a psicanálise**

A importância de C. G. Jung para a psicanálise foi por vários anos renegada. Em especial pelo fato de existir uma centralidade da teoria psicanalítica na figura de Freud relegando todos demais pesquisadores a um segundo plano.

A primeira grande colaboração de Jung a Freud foi a de constituir a teoria dos Complexos. Em 1900 Jung defendia sua tese de doutorado na qual criou o teste de Associação de palavras consolidando cientificamente não apenas um conceito, mas provando a influência da mente sobre o corpo físico. O termo Complexo refere-se a um processo psíquico que pode



ser definido por: conjunto de idéias carregadas afetivamente. Por exemplo, nossa identidade, nosso ego é um Complexo. E Jung provou que são os complexos os responsáveis pela constituição e pelas experiências do inconsciente. Tais idéias foram apropriadas por Freud que assim que as adota na teoria da psicanálise, forma os conceitos de Complexo de Édipo, ponto central da teoria da psicanálise.

Freud não era bem visto junto à comunidade científica por dois fatores distintos à sua época: ele era um pesquisador que não estava vinculado a nenhuma universidade específica, suas experiências estavam ocorrendo em sua clínica, em seu consultório particular; Freud aventurou-se discutindo temas que eram tabus sociais como a sexualidade (dos adultos e crianças), o incesto, a histeria e outras doenças de fundo nervoso. Soma-se a isto também o fato de existir na Europa um movimento antissemita complicado com uma perseguição aos Judeus.

Porém foi Jung, que na altura já era um cientista renomado, que sai em defesa de Freud e de suas pesquisas revalidando-as, trazendo para o contexto das universidades essas pesquisas. A colaboração entre ambos, dura quase uma década. Jung aprofunda todos os conceitos criados por Freud, ao longo de sua obra, e os amplia. O rompimento entre ambos se deu pela divergência teórica, técnica e por que Freud não conseguia se distanciar de sua teoria da sexualidade, central em sua obra renegando todas as demais formas instintivas.

Porém é interessante observarmos que Freud jamais se distancia de Jung, questionando e respondendo a seu antigo colaborador. As notas de rodapé ao longo de toda produção de Freud direcionadas a questionar as novas descobertas de Jung, evidenciam quanto Freud se transformou em um assíduo devorador da obra de Jung. A influência de Jung torna se de tal monta que faz Freud criar a, teoria de Eros e Tanatos, a estrutura de Pulsão de vida e morte aproximando Freud no final de sua vida e obra de um processo mais humanista. Tentando responder a Jung, Freud passou a abrir a discussão da psicanálise para as artes, para os fatos do cotidiano e tentou discutir religião dentro de um contexto menos limitado.

Ainda hoje existe um tolo ressentimento entre seguidores de ambos teóricos, Freud e Jung. Como processo de evolução científica cada um pode dar ao mundo colaborações de extrema importância, e nenhum deles fechou uma teoria completa. Todavia o amadorismo existe querendo transformar teorias em profissões de fé, em dogmas. Freud nos trouxe um vasto domínio sobre a teoria da sexualidade, das neuroses, da libido, do tratamento da histeria,



para tratamento de doenças somatomórficas; criou o modelo clínico empregado por todas as abordagens e técnicas terapêuticas usadas na psiquiatria e psicologia; evidenciou o modelo que emprega a fala e a escuta como método de tratamento; iniciou os estudos sobre os sonhos; iniciou a pesquisa sobre o inconsciente.

Jung, por sua vez, fundamentado na pesquisa científica acadêmica iniciou a pesquisa sobre os complexos; validou cientificamente um processo de mensuração capaz de dar a psicanálise seu reconhecimento como ciência; abriu a discussão da psicanálise sobre estados alterados de consciência, sobre a possibilidade de tratamento para as psicoses; reformulou a teoria da neurose; criou a clínica do simbólico (do imaginário); criou um método humanizado de tratamento clínico individualizado; iniciou o emprego das técnicas expressivas aliadas à escuta terapêutica; aprofundou o estudo sobre os sonhos; versou para além do instinto sexual acerca dos instintos de poder, criativo e religioso; iniciou os estudos de personalidade sobre sombra, persona, anima e animus, self e individuação. Trouxe para a clínica a busca de evolução e de realização redimensionando o objetivo terapêutico para além da clínica dos traumas.

O eixo transdisciplinar da obra de Jung é também extremamente importante para a psicanálise. Através dele é possível o emprego do discurso psicanalítico em todas as áreas das ciências humanas e sociais, dentre essas, destacam-se os campos, do direito, das políticas públicas e da educação.

Estudar a obra de Jung sem compreender as bases psicodinâmicas das duas tópicas iniciais da obra de Freud é complicado. Da mesma forma que seria impossível estudar a psicanálise sem a compreensão da teoria dos Complexos de Jung, o que constitui um dos pilares mais importantes da teoria psicanalítica.

Infelizmente a história da psicanálise gerou vários seguidores fanáticos que por falta de estudo descartam a importância complementar de ambas as obras que, guardadas suas especificidades e contextos históricos, muito contribuem para o desenvolvimento de uma ciência. Este amorismo é aqui questionado, pois se atualmente é importante seguir um referencial teórico como base para uma abordagem, isto é muito diferente de idolatria, ou de seguir ao extremo, como um dogma, uma teoria. Este é o ponto falho da evolução da psicanálise e de outras abordagens tratadas como profissão de fé. E, ciência alguma pode ser dogmática.



### Outras colaborações de Jung nas ciências

A obra de C. G. Jung, como já foi dito anteriormente, foi cunhada dentro de um sistema transdisciplinar. O diálogo constante e frequente com várias áreas era a marca registrada do pensamento de Jung. Aqui listaremos algumas colaborações e apropriações evidenciando a influência de seu pensamento para outras áreas de conhecimento. Iniciaremos, primeiramente, com as colaborações de Jung com vários estudiosos e, em seguida, mostraremos vários pesquisadores de renome internacional que seguem os estudos da psicologia analítica e do imaginário.

Na área da antropologia os estudos clássicos sobre mitologia, sobre o comportamento de outras culturas, o teor arquetípico fizeram com que vários antropólogos se aproximassem de Jung. O primeiro deles foi Marcel Mauss, um reconhecido nome da sociologia. Muito embora Mauss não estabeleça uma citação direta de Jung, Mauss utilizou em seu artigo "Uma categoria do espírito humano a noção de pessoa" de 1938, a teoria da persona elaborada por C. G. Jung, em 1916. No mesmo artigo, Mauss recorreu, ainda, ao exemplo sobre a cultura dos índios pueblos descrita por Jung que teve contatos com os mesmos em uma das expedições de estudo que empreendeu. Mera coincidência ou influência direta sem as devidas citações ou referências? Seja como for, Mauss emprega o mesmo conceito e exemplos citados por Jung. Os estudos de um renomado sociólogo recebendo influências da escola analítica?

Jung teve um breve diálogo com outro antropólogo que não era bem visto por seus pares, e, novamente, tomou a defesa de outro pesquisador. Em suas palavras:

(...) interessa tanto ao médico como ao biólogo, e também ao filósofo. Para quem estudou e conhece a psicologia de povos primitivos parece manifesto existir uma relação entre o conceito de "identidade" e o que Lévy-Bruhl designa como participation mystique. E fato curioso que muitos etnólogos ainda se recusem a aceitar esta concepção genial (...) (JUNG, 1996).

O estudo dos estados alterados de consciência e sobre o enfraquecimento da consciência individual, diante dos fenômenos de grupo, seria um ponto crucial do pensamento de Jung e das discussões vindouras das ciências sociais, tais como, da influência do meio, do



rebaixamento da consciência diante dos movimentos de grupo e de massa e dos mergulhos nos estados alterados de consciência.

Mary Douglas, célebre antropóloga, foi bem influenciada por Jung a quem cita em sua obra *Pureza e Perigo* de 1966. Nesta, a autora explora o teor mítico e religioso dos processos de higiene a partir da análise simbólica semelhante aos estudos desenvolvidos por Jung.

Na antropologia a obra de Jung, também, foi questionada pelo antropólogo e filósofo Claude Lévi - Strauss a partir de sua concepção estruturalista, a qual nega a importância do simbólico. Entretanto, a obra "O mito e a reconciliação dos opostos" publicada em 1981 combate a interpretação de Lévi-Strauss e sua antropologia estruturalista por afastar-se do teor simbólico.

Todavia com passar dos anos, com a crítica ao estruturalismo e a ampliação dos estudos do imaginário, os antropólogos e sociólogos voltaram a se aproximar dos postulados da escola analítica de C. G. Jung. Isso se explica, em parte, pelo fato de que a obra de Jung revivifica a análise mítica e sociológica no contexto da compreensão da cultura, dos ritos e das tradições o que, de certa forma, enriquece os estudos das áreas da antropologia e das ciências sociais.

A mesma influência de Jung pode ser percebida na discussão do contexto do conhecimento sobre religião, principalmente no que se refere aos estudos deste pesquisador sobre a cultura oriental.

Fizeram parte das colaborações de C. G. Jung trabalhos interdisciplinares com pensadores de várias outras áreas: física, Wolfgang Pauli; Filologia, Karl Kerényi; Sinologia, Richard Wilhelm; Indologia, Wilhelm Hauer; Mitologia, Heinrich Zimmer; Teologia, Victor White. Com estes pensadores Jung desenvolveu vasta correspondência.

Mas a área analítica não vive de um passado remoto. Ao contrário, o pensamento analítico se alastrou em várias áreas. Dada a exigüidade de espaço que compreende este estudo, colaboradores importantes não serão mencionados. Entretanto, é importante citar alguns estudiosos da atualidade que abarcam em suas pesquisas as contribuições de Jung, tanto no que se refere a psicologia analítica, quanto os desdobramentos de seus estudos sobre o imaginário: na antropologia, Marc Beigbeder; na psicologia, Marie-Louise Von Franz, James Hillman, Jean Chateau; na sociologia, Michel Maffesoli, Patrick Monneyron, Carlos Augusto Cerbena; Na teologia, David L. Miller, Leonardo Boff, Teilhard de Chardin; em



imaginário, Gilbert Durand, Jean Perrin e Simone Vierne; mitologia e religião, Mircea Eliade e Joseph Campbell; em sistemas, Bertalanffy; na biologia, François Jacob.

### **Jung nas universidades hoje**

Com, o avanço dos estudos qualitativos, o migrar dos estudos para o teor da subjetividade, a ampliação da necessidade de discussão da compreensão das bases do imaginário, do simbólico, os avanços pós coloniais e a necessidade de maior compreensão da natureza e do psíquico humano várias instituições foram buscando ampliar seus estudos sobre o imaginário e sobre Jung.

O interesse pelo imaginário intensificou-se a partir da segunda metade do século XX na busca por maior compreensão sobre, a diversidade, a história, a subjetividade e a cultura. Ao mesmo tempo, para subsidiar os estudos das representações, das mentalidades, da compreensão biográfica, da ideologia, da constituição de categorias, das tradições e ritos, do simbólico e do design.

As instituições que formaram a base da aceitação científica sobre o pensamento analítico e sobre as teorias do imaginário foram, inicialmente o Eth Zürich, antiga escola politécnica federal suíça, o Centre de Recherches sur l'imaginaire, Université Paris-V e o Greco-cri (groupement de recherches coordonnées), os dois últimos inscritos no Cnrs - França.

Seria um trabalho imenso abarcar todas as instituições no Brasil que mantém linhas de pesquisa e ou produções acadêmicas ligadas à psicologia analítica e ao imaginário. Apresentaremos aqui, portanto, uma breve lista de universidades brasileiras que tem abordado a psicologia analítica e o imaginário como linha de pesquisa e/ou referencial teórico em seus programas curriculares, em diversas áreas e níveis de ensino. Esta lista busca dar evidência à consagração dos estudos do imaginário como uma nova área de pesquisa científica.

### **Conclusão**

O estudo da psicologia analítica e do imaginário vem sendo desenvolvido sistematicamente em várias instituições, associações, organizações não governamentais, que



tem se multiplicado por todas as direções. É importante ressaltar que hoje os estudos sobre o imaginário estão em áreas como a educação, psicologia, psiquiatria, ciências da saúde, ciências políticas, sociologia, história, antropologia, artes, comunicação social, arquitetura e urbanismo, filosofia, educação física, geografia, ciências sociais, ciências da religião, jornalismo, arqueologia, literatura, publicidade, letras e medicina. O imaginário constitui um vasto campo e linha de pesquisas de nossa atualidade e sua base referencial e inicial esta na obra de C. G. Jung.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Imaginário da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Criado no ano de 1975. Endereço eletrônico: <http://www.ufpe.br/imaginario>.

CICE - Centro de Estudos do Imaginário, Cultura e Análise de Grupos de Educação da USP – Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: [http://paje.fe.usp.br/estrutura/CICE/public\\_html/index.htm](http://paje.fe.usp.br/estrutura/CICE/public_html/index.htm).

GEPI - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Imaginário da UFF – Universidade Federal Fluminense. Endereço eletrônico: <http://www.uff.br/face/programas/gepi.htm/>.

Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Quotidiano, Imaginário e Saúde (NUPEQUIS) da Universidade Federal de Santa Catarina. Endereço eletrônico: <http://www.nfr.ufsc.br/pesquisa.htm#>.

LISE - Laboratório do Imaginário Social e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: [www.educacao.ufrj.br/lise/Links\\_Nacionais.html](http://www.educacao.ufrj.br/lise/Links_Nacionais.html).

Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário – UNIR/ UFMG {25} NEPPCOM - Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pensamento. Endereço eletrônico: [www.fae.ufmg.br/pagina.php?page=neppcom](http://www.fae.ufmg.br/pagina.php?page=neppcom).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – Unir. Endereço eletrônico: [www.ppphisec.unir.br](http://www.ppphisec.unir.br).

NUPLIN - Núcleo de pesquisa: língua, imaginário e narrativa - PUC- Endereço eletrônico: [Phttp://www.pucsp.br/pos/lgport/grupo\\_pesquisa/lingua\\_imaginario\\_narratividade.html](http://www.pucsp.br/pos/lgport/grupo_pesquisa/lingua_imaginario_narratividade.html).

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz. Endereço eletrônico: [www.uesc.br/nucleos/kawe/index.php?item=conteudo\\_linhas p](http://www.uesc.br/nucleos/kawe/index.php?item=conteudo_linhas_p).



ppgac / ufba - Universidade Federal da Bahia. Endereço eletrônico: [www.ppgac.tea.ufba.br/](http://www.ppgac.tea.ufba.br/).

#### Referências Bibliográficas

ARTHUR I. MILLER. *Deciphering the cosmic number: The strange friendship of Wolfgang Pauli and Carl Jung*. Nova Iorque: Norton, 2009.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário. Introdução à arquetipologia geral*. Tradução Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GLEICK, James - *Caos: A Criação de uma Nova Ciência*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 1989.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 241 p.

FREUD, Sigmund. Prefácio para cinco lições de psicanálise. *Obras Completas V. XI*. São Paulo: Imago, 1979.

\_\_\_\_\_. *A psicoterapia da histeria*, 1893. In: Freud Sigmund. *Estudos sobre a histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 271-316.

JUNG, Carl Gustav. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Sincronicidade: um Princípio de Conexões Acausais*. Petrópolis: Vozes

\_\_\_\_\_. "A PERSONA COMO SEGMENTO DA PSIQUE COLETIVA "( 1916)

In: JUNG, Carl Gustav. *O Eu e o inconsciente*. Tradução de Dra. Dora Maria Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2001, 15ª edição, volume VII/2 das Obras Completas, parte I, capítulo 3.

\_\_\_\_\_. *O espírito na arte e na ciência*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *Tempo das tribos: o declínio do Individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa (1938). In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003, p. 367-397.

PAULI, Wolfgang- *The interpretation of nature and the psyche*. Nova Iorque: Pantheron, 1955.



SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, n. 52, dez.2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/1944/4434>. Acesso em: 08 ago. 2013.

Shamdasani, Sonu. *Jung e a construção da Psicologia Moderna*. Aparecida: Editora Psique e & Letras, 2011.





## RIO MEIA PONTE: DE SUA IMPORTÂNCIA NO DISCURSO MUDANCISTA DA CAPITAL DE GOIÁS AO ABANDONO NA ATUALIDADE

Patrik Luan Costa Barbosa<sup>1</sup>

Maria de Fátima Oliveira<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo busca contribuir para uma maior compreensão da importância do Rio Meia Ponte no processo de transferência da capital de Goiás e o descaso e falta de uma política efetiva de preservação para com ele na atualidade. Esse rio representou um dos elementos decisivos na escolha do local para onde seria transferida a capital na década de 1930, aparecendo no projeto de mudança da capital como um dos componentes de grande importância no discurso que defendia a transferência da capital da antiga cidade de Goiás para outro lugar. O principal foco da pesquisa é mostrar a mudança de perspectiva e ações ao longo do tempo no que se refere ao tratamento dado ao rio Meia Ponte. Se antes o discurso ressaltava a importância deste rio para a fundação da nova capital, atualmente ele vem sofrendo com ações de degradação inconsequentes que ameaçam a sua função hídrica. Na atual conjuntura do planeta essa é uma constatação que merece atenção, haja vista os problemas e conflitos em torno da questão de abastecimento e diversos usos da água, tornando-a um elemento de disputas entre indivíduos, municípios, estados e países.

### Abstract

*This article seeks to contribute to a greater understanding of the importance of the Meia Ponte River in the transfer process of Goiás capital and neglect and lack of preservation of effective policy toward it today. This river represents one of the decisive elements in selecting a location where it would be transferred to capital in the 1930s, appearing in the change project of capital as one of the very important components in the speech that advocated the transfer of the capital of the ancient city of Goiás to elsewhere. The main focus of the research is to show the change of perspective and actions over time in relation to the treatment of the Meia Ponte River. If before the speech emphasized the importance of this river to the founding of new capital, currently it has suffered from degradation inconsequential actions that threaten their water function. In the current climate of the planet this is a*

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista PVIC/UEG. E-mail: patrik.luan.costa@hotmail.com

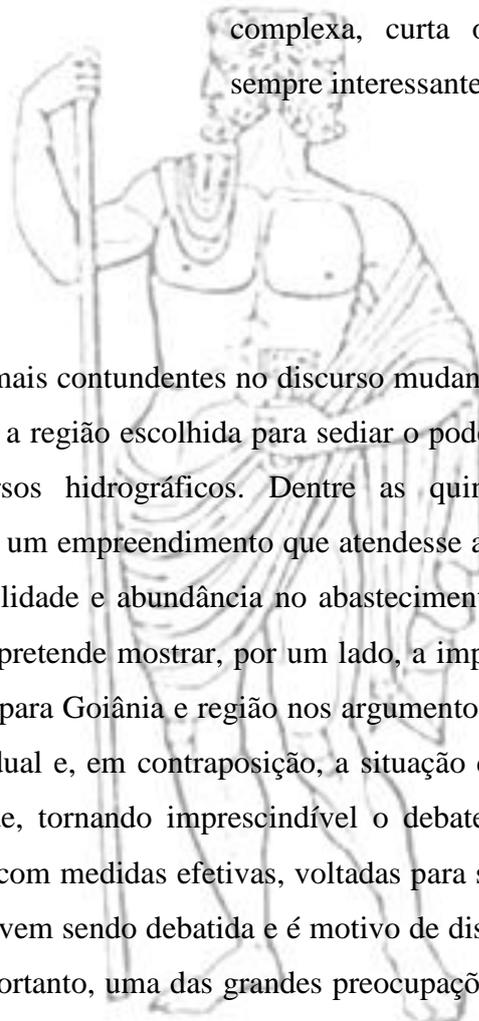
<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG) no curso de Licenciatura em História. Docente do programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da UEG. E-mail: [proffatima@hotmail.com](mailto:proffatima@hotmail.com)



*finding that deserves attention, given the problems and conflicts over the supply issue and various uses of water, making it an element of disputes between individuals, municipalities, states and countries.*

## **RIO MEIA PONTE: DE SUA IMPORTÂNCIA NO DISCURSO MUDANCISTA DA CAPITAL DE GOIÁS AO ABANDONO NA ATUALIDADE<sup>3</sup>**

Os rios, como seres humanos, têm um ciclo de vida e conseqüentemente uma história. Mesquinha ou grandiosa, simples ou complexa, curta ou longa, essa história é sempre interessante. Lysias Rodrigues



### **Introdução**

Um dos argumentos mais contundentes no discurso mudancista da capital de Goiás na década de 1930 era o de que a região escolhida para sediar o poder administrativo do Estado deveria ser rica em recursos hidrográficos. Dentre as quinze condições que foram estabelecidas para comportar um empreendimento que atendesse as exigências que requeria a nova capital estava a de facilidade e abundância no abastecimento de água e que essa água fosse potável. Essa reflexão pretende mostrar, por um lado, a importância do rio Meia Ponte como potencial hidrográfico para Goiânia e região nos argumentos utilizados para justificar a transferência da capital estadual e, em contraposição, a situação de degradação em que esse rio se encontra na atualidade, tornando imprescindível o debate em torno da questão e a necessidade de uma política com medidas efetivas, voltadas para sua preservação. Em alguns países, a escassez de água já vem sendo debatida e é motivo de disputas, inclusive territoriais, há muito tempo. A água é, portanto, uma das grandes preocupações mundiais, por constituir-se em um recurso natural essencial e insubstituível à vida. Como bem pontuou Peter Gleick \_

---

<sup>3</sup> Este texto é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de História e do projeto de pesquisa Caminhos Fluviais do Cerrado, cadastrado junto à Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PRP) - UEG.

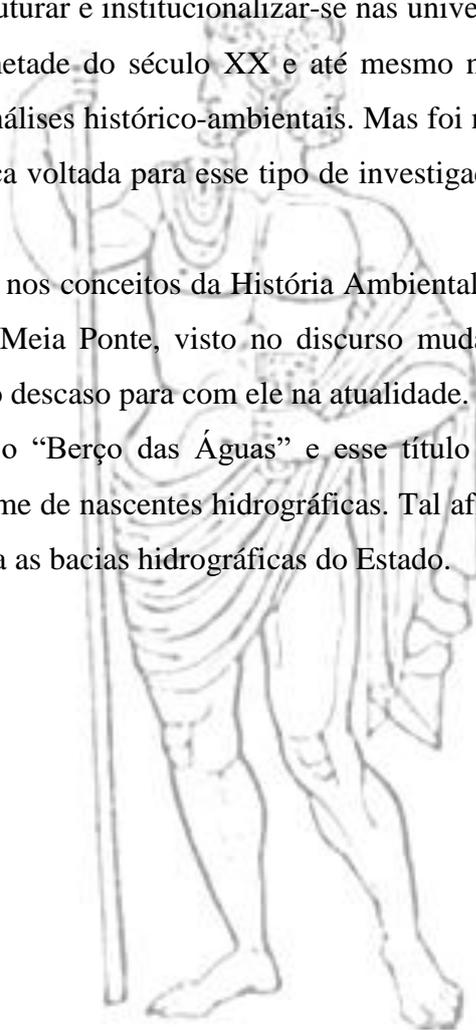


criador da ONG *Pacific Institute*, em recente entrevista concedida ao jornalista Marcelo Leite, durante a Semana Mundial da Água em Estocolmo \_ ainda que a água seja um recurso renovável, existem limites a serem respeitados, o que torna vital o correto manejo desses recursos (SION; DUTRA, 2014, p. 1).

Nesse sentido, a História Ambiental pode contribuir para a análise uma vez que é definida, de acordo com Worster (1991, p. 199) como “parte de um esforço revisionista para tomar a disciplina história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. Segundo Pádua (2010), foi na década de 1970 que a História Ambiental começou a se estruturar e institucionalizar-se nas universidades de diversos países. O autor afirma que, já na metade do século XX e até mesmo no século XIX era possível encontrar publicações com análises histórico-ambientais. Mas foi no ano de 1977 que se criou a primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a *American Society for Environmental Histoy*.

É, portanto, com base nos conceitos da História Ambiental que se pretende discutir os problemas referentes ao rio Meia Ponte, visto no discurso mudancista como um elemento extremamente importante, e o descaso para com ele na atualidade.

Goiás é considerado o “Berço das Águas” e esse título deve-se ao fato do estado possuir uma quantidade enorme de nascentes hidrográficas. Tal afirmação pode ser verificada no mapa abaixo que apresenta as bacias hidrográficas do Estado.







## O RIO MEIA PONTE NO CONTEXTO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

Embora a ideia da mudança da capital de Goiás seja geralmente atribuída à pessoa de Pedro Ludovico Teixeira, a historiografia mostra que esse projeto já era pensado desde o século XVIII. Por exemplo, em 1754 o governador Conde dos Arcos informava ao rei de Portugal da necessidade de se transferir a capital, uma vez que, segundo ele, Vila Boa apresentava condições climáticas desfavoráveis e poucas possibilidades de comunicação. Sendo assim, o governador sugeria ao monarca português a mudança da capital para Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis), a qual reunia condições mais favoráveis, devido à sua localização num “entroncamento dos caminhos que, vindo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Bahia, demandavam Vila Boa e prosseguiam no rumo do Oeste” (COSTA, 1972, p.25). No século XIX esse pensamento continuou vigorando, e também o governador Miguel Lino de Moraes manifestou-se favorável à ideia de transferência da capital.

Em 1830, foi a vez de Miguel Lino de Moraes – segundo governador de Goiás no Império (1827-1831) – se expressar, propondo a mudança para Água Quente, que, na sua opinião, era uma região mais povoada e de comércio mais franco (CHAUL, 1999, p. 66).

Além dos governadores, o desejo de mudança da capital de Goiás para outro local continuou a se manifestar nos discursos dos legisladores goianos no século XX. No plano político regional o que vigorava era a disputa pelo domínio político do Estado, dentro do próprio movimento revolucionário. Portanto, a ideia de transferência da capital, gestada nos séculos XVIII e XIX, vai se tornar o principal assunto na década de 1930. Para Chaul(1999) a mudança da capital de Goiás foi parte de uma estratégia política onde Pedro Ludovico almejava retirar o monopólio político das oligarquias goianas, representada principalmente pelos Caiados. Porém, é importante ressaltar que a transferência não era um desejo apenas do interventor, era também do interesse do então presidente Getúlio Vargas e uma necessidade do próprio capitalismo. Era imperativa a dinamização da economia goiana e a inserção da mesma no comércio nacional. O processo de escolha do novo local onde se construiria a nova capital de Goiás não foi nada fácil, uma vez que, o lugar escolhido deveria ter uma série de requisitos indispensáveis para o funcionamento da sede administrativa do Estado.



Três de janeiro foi o dia escolhido pela Comissão para a reunião que definiria os locais a serem estudados. Quatro foram as localidades indicadas: Pires do Rio, Bonfim, Batá (Ubatan) e Campinas, levando-se em conta que tais localidades reuniam os requisitos básico para sustentar a nova capital: abundância de água, bom clima, topografia adequada e proximidade com a estrada de ferro (CHAUL, 1999, p.72).

Apresentando todas as condições necessárias, Campinas foi escolhida como o local onde funcionaria a Capital de Goiás, pois a região oferecia entre outros atributos, a abundância de água, requisito necessário para a escolha da nova sede da capital do Estado.

As condições hidrográficas encontradas foram elogiadas pelo engenheiro Godói, que ressaltou a abundância de rios e corredeiras nos arredores de Campinas. Os rios Meia Ponte, Anicuns, a corredeira Jaó, os riachos Cascavel, Macambira, Santo Antônio foram descritos nas suas capacidades e qualidades (PINTO; ARAÚJO, 2014, p. 81).

Sem uma fonte de abastecimento de água dificilmente a região de Campinas<sup>4</sup> seria escolhida como o local de construção da nova sede do poder administrativo de Goiás. O fornecimento de água era de extrema relevância e é nesse contexto que o rio Meia Ponte, que segundo Castilho (2010, p. 1) tinha uma descarga de mais de quinze milhões de litros por hora, se tornou a solução para essa questão na nova capital. Além do seu potencial como fornecedor de água, o Meia Ponte foi pensado como um possível gerador de energia para a capital. O córrego do Jaó<sup>5</sup>, de acordo com Castilho (2010, p. 1), possui uma corredeira com uma força de mais de 450 cavalos, mais que o suficiente para a geração de energia elétrica.

A Cidade de Goiás, antiga capital do Estado, é considerada no discurso mudancista um símbolo de atraso, sendo deficitária também no quesito fornecimento de energia elétrica, uma vez que, segundo LIMA (2011, p. 1) era por meio de uma usina termoelétrica, inaugurada em 1920, e de uma hidrelétrica, instalada nas margens do Rio Vermelho em 1924, que a antiga capital conseguia energia elétrica. Essas usinas não eram suficientes para manter

---

<sup>4</sup>Campinas foi um município brasileiro pertencente ao estado de Goiás, atualmente é um dos bairros da cidade de Goiânia. Com a construção de Goiânia, Campinas perdeu a condição de município e foi anexado ao município de Goiânia.

<sup>5</sup> O córrego do Jaó possui esse nome por causa do grande número de pássaros, com esse mesmo nome, que vivia às margens do Rio Meia Ponte. Uma espécie típica do Cerrado Brasileiro.



todas as residências iluminadas, fato que pode ser percebido pelo grande número de casas que utilizavam lamparinas e lampiões nessa época. A nova capital que seria construída precisava, segundo o discurso mudancista, superar todos os problemas de geração de energia vividos na antiga sede administrativa. Nessa perspectiva, em 1936 foi inaugurada a Usina Hidroelétrica do Jaó no rio Meia Ponte em Goiânia. A Usina contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Capital nos seus primeiros anos.

A usina representou um dos principais ingredientes para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos da capital. Com seus 180 “quilovolts ampère” (KVAs) de potência, era grandiosa para os padrões da época, mesmo porque energia era coisa rara em todo o Centro-Oeste e em grande parte do Brasil. Mesmo assim, no início poucas casas tinham o benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes (LIMA, 2011, p. 1).

Outro aspecto que deve ser observado sobre a importância do rio Meia Ponte para Goiânia, além do seu potencial de fornecimento de água e energia, foi a sua utilização pelos moradores da capital como lazer, principalmente nas primeiras décadas. Segundo Pinto (2012), o Meia Ponte foi durante muito tempo uma fonte de lazer para os moradores da região.

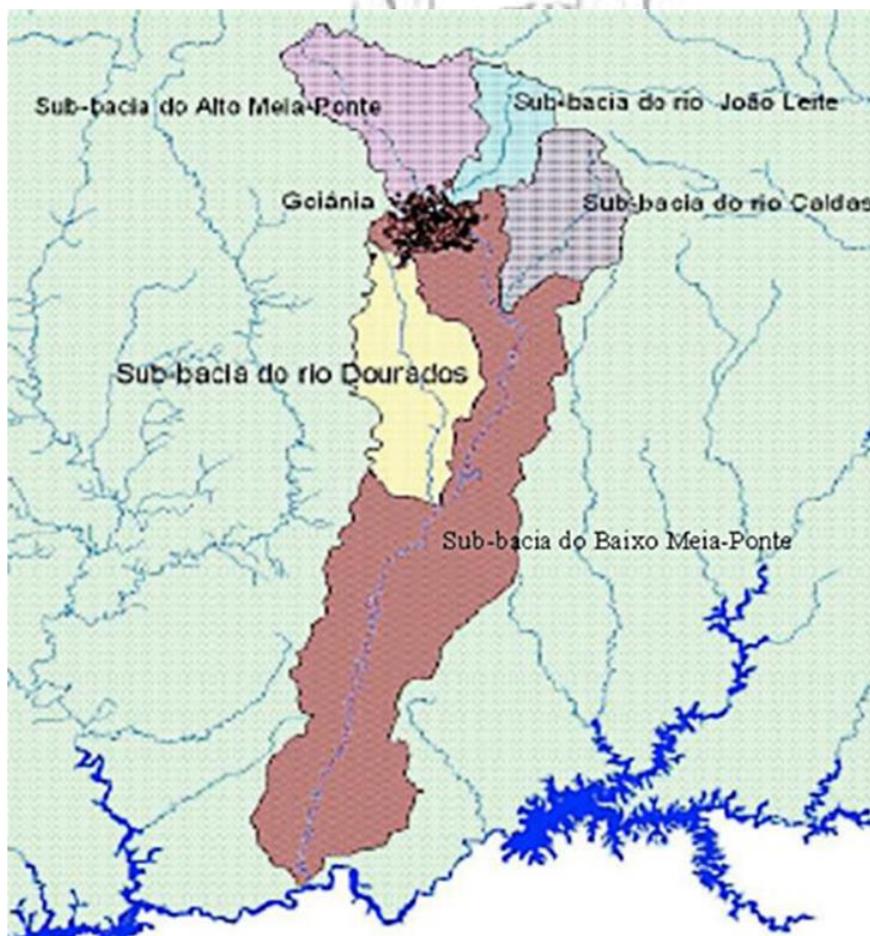
Para Dona Maria, o rio é um assunto distante e tristonho. Sua maior lembrança é sobre o afogamento marcante de duas crianças gêmeas e seu pai. Ela justifica o distanciamento com o rio argumentando ser ele muito mais um espaço dos homens. Mas Dona Naríndia contrapõe esta afirmativa, ela guarda na memória suas idas ao rio para lavar roupa, evento que segundo ela era coletivo. Iam Dona Naríndia e suas vizinhas, acompanhadas dos filhos, para a beira do rio, e lá passavam boa parte do dia. O rio era ao mesmo tempo o espaço do trabalho, do lazer e da socialização (PINTO, 2012, p. 12 e 13).

Diante desses dois elementos: fornecimento de água e fonte de energia o Meia Ponte se tornou, dentro do discurso mudancista, a solução para os principais problemas que seriam enfrentados na nova capital. De acordo com a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMA), a hidrografia da região metropolitana de Goiânia é composta por 22 sub-bacias hidrográficas, todas elas deságuam nos ribeirões João Leite, Anicuns e Dourados que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Meia Ponte. A capital de Goiás possui 85 cursos d'água, sendo 80 córregos, quatro são ribeirões e um rio. O rio Meia Ponte nasce nos municípios de Itauçu e



Taquaral. Segundo o Portal do Rio Meia Ponte (MeiaPonte.org), além de Goiânia, esse rio *banha* as seguintes cidades: Santo Antônio de Goiás, Brazabrantas, Goianira, Nova Veneza, Inhumas, Itauçu, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Pontalina, Aloândia, Joviânia, Goiatuba e Panamá. Seus principais afluentes são: Ribeirão Santo Antônio; Ribeirão São Domingos; Ribeirão João Leite; Ribeirão Anicuns; Ribeirão Dourados; Ribeirão Caldas; Córrego Água Branca e Córrego Palmito. As cinco sub-bacias que compõem a bacia do Meia Ponte são: Alto Meia Ponte; Ribeirão João Leite; Rio Caldas; Rio Dourados e Baixo Meia Ponte. O mapa abaixo permite uma visualização melhor da localidade de cada sub-bacias do rio.

Figura 2: Bacia do Rio Meia Ponte



Fonte: Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado. Situação Ambiental das Águas da Bacia do Rio Meia Ponte, Goiás. Goiânia, 2008.



Informações do site Pró-Águas do Cerrado mostram que a bacia hidrográfica do rio está localizada na região central do Brasil, onde corresponde a uma área territorial de 3,6% do Estado de Goiás. Essa bacia possui uma área de drenagem de 12. 180 km<sup>2</sup>, começando com as suas nascentes no município de Itauçu e terminando com seu deságue no rio Paranaíba, localizado na cidade de Cachoeira Dourada (Associação Ambiental Pró-Águas do Cerrado. Goiânia, 2008).

Segundo o relatório do Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia (2008), faz-se necessário a preservação dos três maiores mananciais de Goiânia, o Rio Meia Ponte e os Ribeirões Anicuns e João Leite, pois eles são importantes para o abastecimento de água da cidade. Ainda de acordo com esse relatório, dos três mananciais mencionados, o Rio Meia Ponte é o maior de todos em extensão.

O Rio Meia Ponte é o maior deles em extensão, nasce no Município de Itauçu, percorrendo 415 Km até sua foz no Rio Paranaíba. Banha o Município de Goiânia, inicialmente pela região noroeste, onde recebe, pela sua margem direita os Córregos: Caveiras, da Onça, Palmito, Água Branca, Gameleira, Barreiro e Ribeirão Anicuns. Pela sua margem esquerda, o Rio Meia Ponte recebe os Córregos: Samambaia, Jaó, Ladeira, Lajeado e Ribeirão João Leite (IDTCO, 2008, p. 155).

O relatório faz referência ao prejuízo que a urbanização desenfreada e inconsequente causa ao Meia Ponte. Nesse documento, são apresentados os nomes dos bairros que se estendem ao longo do percurso do Rio Meia Ponte.

O Rio Meia Ponte sofre inúmeras pressões de vários bairros no decorrer de seu percurso natural dentro da Macrozona Construída. Os bairros confrontantes com sua margem direita são: Bairro São Domingos, Bairro da Floresta, Setor Estrela Dalva, Brisas da Mata, Recanto do Bosque, Jardim Balneário Meia Ponte, Parque Balneário, Residencial Licardino Ney, Loteamento Granjas Brasil, Residencial Humaitá, Setor Urias Magalhães, Setor Criméia Leste, Vila Froes, Vila Monticelli, Setor Negrão de Lima, Parque Industrial de Goiânia, Chácara Retiro, Jardim Novo Mundo, Jardim Califórnia Industrial, Setor Aruanã III, Residencial Olinda, Aruanã Parque, Setor Aruanã e Condomínio Horizontal Portal do Sol I e II. Pela sua margem esquerda, há um número inferior de bairros, sendo estes: Campus Universitário UFG, Chácara Califórnia, Goiânia II, Setor Santa Genoveva, Setor Jaó, Chácara



Retiro, Conjunto Caiçara, Setor Santo Hilário, Jardim das Aroeiras, Jardim Conquista, Jardim Dom Fernando II e Colônia Santa Marta (IDTCO, 2008, p. 153).

O conhecimento acerca dos aspectos geofísicos do rio é essencial para que se tenha uma noção dos crescentes danos que têm afetado o Meia Ponte. Além disso, conhecer as suas nascentes e afluentes amplia a percepção do quanto esse recurso hídrico é essencial para que a população goiana tenha acesso à água de qualidade e em abundância. De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE: 2014), a cidade de Goiânia possui uma população de aproximadamente 1.412.364 habitantes e esse número é crescente. Com o passar do tempo e com o aumento populacional, a necessidade de se ter um reservatório suficiente para atender as necessidades dessa cidade em desenvolvimento vai se tornar latente. É nessa perspectiva que se pode constatar a falta de políticas e ações voltadas para atender as mudanças que vêm se processando ao longo do tempo no rio Meia Ponte devido às condições em que o mesmo se encontra na atualidade, principalmente pela situação de descaso.

Não se pode negar que a construção de Goiânia foi um marco no desenvolvimento do Estado de Goiás. Embora, como já discutido anteriormente, a ideia e defesa da mudança da capital venha de séculos passados e sua concretização não possa ser atribuída a um único sujeito, Pinto e Araujo (2014, p. 80) aponta que Pedro Ludovico Teixeira exerceu um papel fundamental para a sua transferência e que o local onde funcionaria a nova sede do poder administrativo do estado seguiu critérios do interventor que idealizava o progresso da população goiana.

A marcha para o Oeste trilhara bem alguns de seus itinerários previstos em nome do desenvolvimento e progresso nacional. Outros caminhos projetados tomaram percursos mais sinuosos. Na concepção de modernidade dos anos de 1930 para o Brasil, dois fatores eram tidos como fundamentais: a industrialização e, como um de seus elementos indispensáveis, o fomento à energia elétrica. Esses fatores foram contemplados no projeto da cidade de Goiânia (PINTO; ARAÚJO, 2014, p. 82).

Para que a nova capital funcionasse a pleno vapor, era necessária a construção de uma hidroelétrica, mas para isso era imprescindível que nesse local houvesse um rio com uma queda natural forte o bastante para mover os motores da usina. É nesse sentido que o Meia Ponte irá ganhar uma importância no discurso mudancista, principalmente nas palavras do



arquiteto urbanista Armando de Godói. Mas é preciso levar em consideração que a importância desse rio vai além do discurso mudancista, pois segundo Pinto e Araujo (2014) já nos primeiros anos da capital alguns engenheiros vão gestar a ideia de que, além do potencial energético, o Meia Ponte vai ser útil para o saneamento básico da cidade. Como essa questão era bastante comum na antiga capital, não era admissível que o lugar onde seria a nova sede do poder administrativo goiano apresentasse esse mesmo problema.

Em um documento enviado em 1933 por Pedro Ludovico Teixeira à Getúlio Vargas é destacado o fato de que Vila Boa apresentava problemas com o abastecimento de água potável, sendo o transporte de água feito de modo rudimentar e com sacrifícios.

O problema de abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em, 1890, tal como sempre, toda água potável consumida pela população da capital, é transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas duas únicas e pobres fontes existentes, que são as mesmas mandadas construir, há 160 anos [...] (AZEVEDO, 2012, p. 59).

O rio Meia Ponte sempre esteve presente entre os critérios de escolha do novo local onde funcionaria a capital do Estado. Desde a escolha do novo local onde funcionaria a capital, já existia uma preocupação com os cuidados que se deveria ter com o rio. Azevedo (2012) aponta que no decreto nº 3937 de 26 de outubro de 1933 é apresentada uma recomendação do arquiteto Atílio Correia Lima para que as áreas onde estivessem localizadas as bacias dos rios Bota Fogo, Areião, Capim Puba até as margens do rio Meia Ponte pertencessem ao Estado. Esse decreto objetivava impedir que casas e empresas particulares despejassem dejetos que poderiam contaminar os rios, mas com o tempo, essa preocupação foi desaparecendo e o crescimento desordenado da capital pode ser um motivo para esse desinteresse com as questões ambientais e principalmente para o descuido com o rio.

### **O rio Meia Ponte nos primeiros anos da capital**

Quando se olha para o Meia Ponte na atualidade, é difícil imaginar a estreita relação dos moradores com ele, mas a presença do Rio Meia Ponte no cotidiano das pessoas pode ser verificada em diversas situações no passado, mostrada como tema recorrente, por exemplo, pela literatura goiana.



Andei. Meus pés, seguindo os passos apressados de meus pais, buscaram o outro corpo do Meia-Ponte, onde da força da terra emergia Goiânia, a metrópole de Oeste, plantada e ligada por elos da mesma corrente desta família que somos todos nós.[...] E o Meia-Ponte? Para onde vai o meu rio? o que é feito do meu rio? “Lesma, cobra, bicho danado que ia deslizando, escorrendo, viscoso e frio, lambendo o barranco, mordendo as areias, pastando o capim das estrelas (TELES, 1979, p. 50 e 51).

Na citação acima, pode-se verificar que esse rio fazia parte do imaginário dos moradores nos primeiros tempos de Goiânia, bem como o valor sentimental que o Meia Ponte representa para o autor. Além de sua relevância no discurso mudancista, esse rio foi, segundo Pinto (2012), um importante recurso utilizado pela população da cidade de Goiânia para recreação e diversão.

A idéia de progresso estava cravada no discurso da nova capital e, para isso, a geração de energia era algo imprescindível para atender a esse objetivo em contraste com a situação da antiga capital em que segundo Lima (2011) grande parte da população fazia uso de lamparinas, velas e lampiões. Por muito tempo as ruas da cidade eram iluminadas a postes de querosene, sendo o acesso à energia elétrica restrito a poucos e a iluminação pública feita por queima de querosene. Por outro lado, Lima reforça que na nova capital, já em 1936, três anos após o lançamento da pedra fundamental, o Correio Oficial anunciava que a primeira-dama do estado teria a honra de dar a partida para a iluminação pública goianiense com a inauguração da grande Usina do Jaó. O autor afirma ainda que a construção dessa usina foi um elemento importantíssimo para o pleno desenvolvimento de Goiânia, representando um modelo de desenvolvimento, pois energia era coisa incomum no centro-oeste brasileiro no período. Mesmo assim, no início da nova capital, poucas casas tinham esse benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes.

A usina do Jaó foi desativada em 1971 e atualmente está abandonada, assim como o rio Meia Ponte e

Existem rumores da destruição de toda a estrutura da Usina. Uns dizem que por causa do mau cheiro que a água empoçada exala e outros afirmam que a barragem causa enchentes em alguns pontos a montante da usina. O mais interessante é que aqueles que reclamam de enchentes, apoiados pelo poder público na época, 92 construíram suas residências justamente nos pontos de



alagamento, trechos onde naturalmente o rio corre no período chuvoso (Guia Ecológico, 2009).

A imagem abaixo mostra a atual situação em que se encontra a usina. Nela é possível perceber que o tempo se encarregou de consumir boa parte da estrutura.

Figura 3: Usina do Jaó



Fonte: Guia Ecológico, 2009.

Hoje não existe nenhum projeto que pense na preservação da usina como patrimônio histórico de Goiânia. Mesmo em ruínas, a Usina do Jaó serve para demonstrar que o Rio Meia Ponte nem sempre foi desperdiçado da forma que é na atualidade.

Reconhecer a Usina do Jaó enquanto um patrimônio Histórico de Goiânia é fazer com que aspectos significativos da história da transferência da capital não se percam no tempo. O progresso era o termo utilizado por Pedro Ludovico Teixeira para adjetivar Goiânia, e nesse sentido, a construção da usina representava um dos elementos mais importantes para que tal



pensamento se consolidasse. Além de sua importância para a consolidação do projeto mudancista, tendo em vista que era necessário se ter uma fonte de energia e saneamento básico para que a nova capital funcionasse, o Meia Ponte foi, nos primeiros tempos da capital, “uma das fontes mais procuradas de lazer e descontração. Nele as pessoas nadavam, pescavam, faziam piqueniques e moravam em suas margens” (PINTO, 2012, p. 09).

Durante a elaboração dos projetos arquitetônicos de Goiânia, o arquiteto Attílio Corrêa Lima já previu que o Meia Ponte seria um ótimo recurso natural que poderia promover atividades de recreação e lazer para a população goiana.

O rio Meia Ponte ainda foi cenário para a instalação da Usina do Jaó bem como do Clube de Regatas Jaó (hoje, Clube Jaó). Attílio Corrêa Lima previu nas possibilidades da represa do Jaó, condições para o estabelecimento de um centro de atrações esportivas para todos os esportes aquáticos, inédito no Estado, considerando sua extensão de alagamento (SAKAI; FROTA, 2013, p. 524).

O projeto elaborado pelo arquiteto ainda previa “a instalação de Clubes Náuticos, YachtClube, o regatas, ancoradouro para lanchas, veleiros e dependências para toda a sorte de esportes aquáticos” (SAKAI & FROTA, 2013, p. 525-526). Atualmente falar em utilização do Meia Ponte como forma de lazer é uma questão complicada. As águas desse rio possuem um alto nível de poluição e isso impede que as pessoas sequer aproximem dele sem que sintam algum desconforto, principalmente no período em que sua vazão é menor e há o aumento de despejo de esgotos.

No período que corresponde à década de 1930 até 1960, as pessoas possuíam uma relação mais estreita com o Meia Ponte, mas com o passar do tempo e com o crescimento exponencial da capital essa situação muda drasticamente. No próximo capítulo será abordada a situação de poluição desse rio na atualidade e a visão da imprensa local e nacional sobre essa questão.

### **Rio Meia Ponte: de símbolo no discurso mudancista à problema ambiental**

Ao longo da história, a mudança de perspectiva sobre o rio Meia Ponte é perceptível. Tido na década de 1930 como um símbolo mudancista capaz de garantir o abastecimento da população, é visto na atualidade como um rio poluído, abandonado e como um sério problema



ambiental. Para abordar a questão da poluição do rio Meia Ponte, as principais fontes utilizadas são os jornais locais e noticiários nacionais de diferentes épocas.

Pelos documentos catalogados é possível perceber muitas referências sobre o rio Meia Ponte desde o período anterior à fundação de Goiânia, os quais argumentavam sobre sua importância para a escolha do local da nova capital. Para que o projeto de construção de Goiânia saísse do papel foi necessário pensar como seria feito o fornecimento de energia, o abastecimento de água e o saneamento básico de uma cidade que se tornaria um símbolo de progresso. Nesse sentido, viu-se que o Meia Ponte poderia atender a todas essas questões, pois.

O relatório era meticuloso neste sentido: prescrevia a quantidade mínima de demanda de litros d'água por pessoa. Essa atenção exigiu um estudo dos leitos d'água da região campineira. Por isso que foi mapeado a importância do Rio Meia Ponte com sua possibilidade de descarga na ordem de quinze milhões de litros por hora; foi avaliada a vizinhança do Rio Anicuns que passava numa paralela próxima a Campinas, numa distância de sete quilômetros, com descarga horária de nove milhões de litros aproximados/hora; mapeou-se, também, os córregos Cascavel e Macambira (CHAVEIRO, 2006, p. 6).

Diante dos argumentos que destacavam a importância do rio Meia Ponte na história dos primórdios da capital, cabe questionar como esse discurso foi deixado de lado, dando lugar às práticas de descaso e abandono ao longo das décadas, e este se apresenta na atualidade como um problema ambiental e de saúde pública. Para uma melhor compreensão da problemática que envolve o tema, buscamos analisá-lo sob a perspectiva da História Ambiental, pois segundo Worster (1991), a História Ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem. Desse modo, procuramos entender como se deram as relações entre humano e natureza no espaço da nova capital do Estado no que se refere à interação com o rio Meia Ponte.

Segundo Worster (1991), a inserção das questões ambientais na disciplina História foi uma tentativa de torná-la mais inclusiva para outros assuntos que não fossem necessariamente as questões políticas. Por sua vez, Drummond (1991) aponta que a partir da Primeira Guerra Mundial começou a predominar uma relutância entre os cientistas sociais em aceitar, junto com o “tempo social”, o “tempo natural”. Contudo, diante das crises ambientais que



começaram a causar repercussões no mundo, constatou-se que o tempo puramente social já não era suficiente para pensar a sociedade.

As disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa. Os antropólogos enfrentaram o desafio mais cedo e acumularam um legado teórico-empírico relativamente amplo [...] Sociólogos e economistas iniciaram a sua "reforma", com resultados por vezes instigantes, mas com impactos limitados dentro das suas respectivas disciplinas [...] (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Nesse sentido, a História Ambiental surge como uma segunda via que vai além dos antigos métodos historiográficos que valorizavam apenas o “tempo social” e a narrativa política. De acordo com Pádua (2010), o pensamento ecológico rompeu os limites da academia e “penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura”. Por mais que autores como Donald Worster e José Augusto Drummond afirmem que os discursos acerca das questões ambientais não compunham as discussões das ciências sociais, Pádua (2010) afirma que já no final do século XVIII havia uma preocupação com o meio ambiente. Para esse autor, a expansão européia causou uma série de impactos ambientais que chamaram a atenção das pessoas daquele período.

As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, seja na Europa, seja no mundo de expansão colonial, começaram a produzir denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. As pesquisas de Richard Grove (1995) demonstraram que os assentamentos europeus no mundo tropical, incluindo o período posterior às independências, se tornaram um espaço privilegiado para esse tipo de preocupação, na medida em que a rápida transformação das áreas florestais em monoculturas e minas geravam modificações ambientais “à flor da terra”, por assim dizer (PÁDUA, 2010, p. 4).

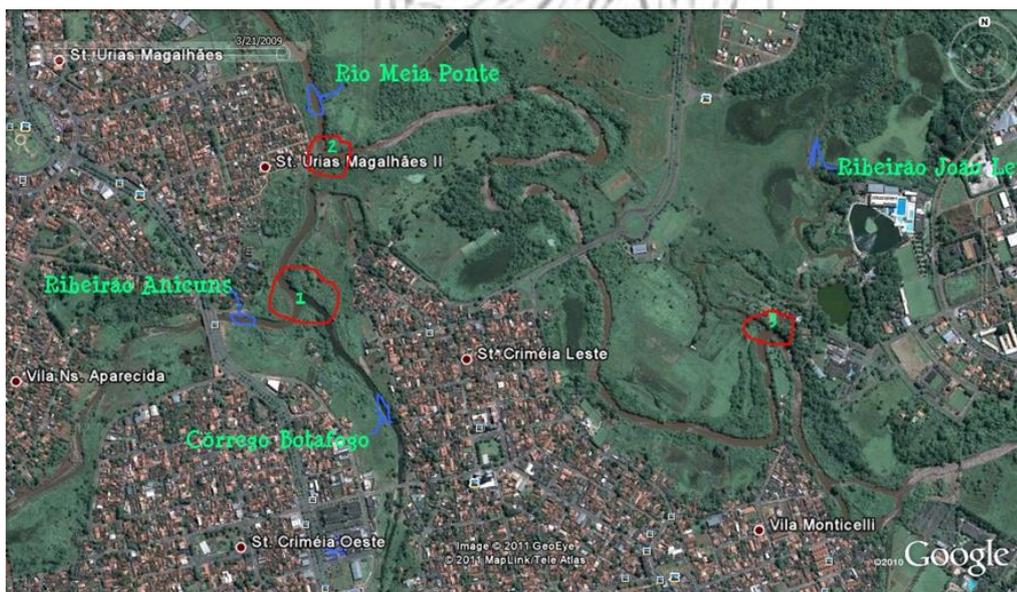
A questão central a se pensar sobre a História Ambiental é que esse campo de pesquisa surgiu como uma forma de alertar a sociedade de que as ações humanas no passado, que causaram desequilíbrio no meio ambiente, tiveram repercussões na sociedade contemporânea. Para Pádua (2010), uma análise histórico-ambiental permite que se entenda que a “natureza influenciava a história humana e não o contrário”.



É nessa perspectiva que se pauta esta análise de como tem sido a relação humana com o rio Meia Ponte, como ele esteve presente no processo de transferência da capital de Goiás, na vida dos moradores durante as primeiras décadas de Goiânia e como esse rio é sentido pelas pessoas atualmente. Segundo o relatório técnico de Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste em 2008, o crescimento da capital vai na contramão das causas ambientais. O despejo de resíduos poluentes nesse rio é um sinal de como a questão ambiental pode estar em conflito com a ideologia do progresso.

Outros riscos potenciais são a redução da recarga dos aquíferos fissurais mais profundos e a poluição por esgotos domésticos. A redução da recarga pode ocorrer pela diminuição das taxas de infiltração, principalmente nas áreas situadas à montante das drenagens, que, teoricamente, são contribuintes do sistema hídrico subterrâneo, em razão do aumento da taxa de ocupação do solo. Quanto ao risco de contaminação destes aquíferos por esgotos domésticos, pode-se afirmar que é real, uma vez que estes são lançados de forma indiscriminada nas drenagens que compõem o sistema hídrico superficial, que, em tese, pode ser contribuinte do sistema subterrâneo (IDTCO, 2008, p. 104).

Figura 4. Áreas urbanas próximas ao rio Meia Ponte.



Fonte: Guia Ecológico: despertando a consciência que preserva. 26 de junho de 2015.



O aumento populacional tem favorecido construções urbanas nas margens do Meia Ponte e conseqüentemente provocado a diminuição de sua Vazão. De acordo com uma reportagem realizada pelo Jornal da UFG (2012), esse problema começou já na década de 1990 e se justifica pelas mudanças climáticas. Junta-se a essa questão o agravante da ausência de mata ciliar nas margens ao longo do rio, das quais, segundo a reportagem, restam apenas 13% de mata nativa, agravado pelo acúmulo de entulhos e lançamento de esgotos clandestinos, o que também contribui de maneira decisiva para a diminuição constante da vazão do rio. Importante ressaltar que a cobertura asfáltica também se torna um fator de grande responsabilidade na diminuição da vazão do rio, uma vez que essas alterações no solo contribuem para o aumento da área impermeabilizada.

Analisar por meio de uma perspectiva histórica os impactos sociais causados pela degradação do rio Meia Ponte ajuda a entender que essa questão não pode ser observada unicamente na atualidade, uma vez que é preciso conhecer o lugar ocupado por esse rio em outros tempos. Esse processo de mudança no qual, antes, o Meia Ponte era visto como um recurso natural de grande importância e agora deixado ao abandono, pode ser comparado ao ocorrido com o rio Tietê. Segundo Jorge<sup>6</sup> (2006), esse rio ocupava até nos anos de 1940 um lugar privilegiado na vida dos moradores.

Nessas lagoas e no próprio rio, moleques caçavam aves aquáticas e rãs para comer com os irmãos, primos e amigos, aprendiam a nadar e se divertiam nos dias quentes. Nadar tinha de ser pelado e só para os homens. Raras eram as mulheres do bairro, então, que julgavam apropriado ou possível fazer o mesmo. Elas faziam, sim, passeios à beira do rio e das lagoas, e não deixavam de ter suas brincadeiras. Em um bairro de trabalhadores pobres como a Vila Maria, na época sem água, esgoto ou ruas pavimentadas, o Tietê, embora agonizante, fazia uma grande diferença (JORGE: 2006, p. 16-17).

---

<sup>6</sup>Em seu livro “Tietê, o rio que a cidade perdeu”, o historiador Janes Jorge estabelece uma cronologia sobre o processo de poluição do Rio Tietê em decorrência de elementos como a industrialização, a urbanização, e o conseqüente aumento de esgoto e lixo em suas margens e leito. Nesse sentido, entende-se que o que ocorre com o Rio Meia Ponte não é um caso isolado e o estudo sobre o rio Tietê serve de parâmetro para se entender melhor a ação poluidora decorrente da ação humana em rios que cortam a zona urbana.



De acordo com o autor, o período entre 1890 e 1940 foi um momento em que a relação entre os moradores de São Paulo e o Tietê foi bastante intensa, uma vez que “o rio acolhia uma infinidade de práticas que compreendiam diferentes dimensões da vida social e fornecia recursos naturais imprescindíveis ao processo de urbanização paulistano” (JORGE, 2006, p. 20-21).

Assim como o Tietê nem sempre foi visto como um rio antissocial, o Meia Ponte também teve, nos primeiros tempos da capital, um grande valor para a sociedade goianiense. Essa relação comparativa entre a visão que se tinha dos dois rios antes dos processos que os levaram a poluição na atualidade, contribui para se perceber que esse não é um fenômeno isolado. A máxima de que à medida que a cidade de Goiânia cresce a poluição do rio Meia Ponte aumenta é uma questão que não passa despercebida pela mídia local e nacional, sendo que, esporadicamente são divulgadas reportagens com informações alarmantes sobre o estado em que se encontram as águas desse rio. De um lado, o imaginário saudosista de um rio que está na memória e de outro a convivência real com um rio fétido e feio, em desacordo com o meio ambiente.

Em dezembro de 2012 o jornal da Universidade Federal de Goiás divulgou uma reportagem com o título, “É possível recuperar o rio Meia Ponte?” A reportagem apresenta uma pesquisa realizada pela Universidade Federal onde é analisada, entre outras questões, a qualidade da água do rio. De acordo com esta reportagem o rio Meia Ponte é o “principal do estado em uso e abastecimento de água”, contudo, a qualidade de suas águas varia entre “regular” e “ruim”. A reportagem ainda chama a atenção para o fato de que a maioria das enfermidades conhecidas seja transmitida pela água.

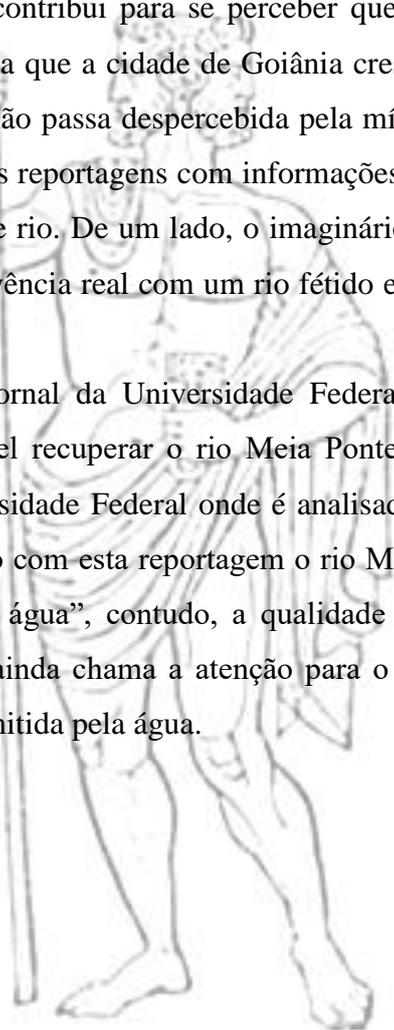




Figura 5: Poluição do rio Meia Ponte.



Fonte: Jornal UFG - Dezembro de 2012.

Essa imagem retrata o rio na Vila Roiz<sup>7</sup>, onde é possível perceber ao fundo uma significativa quantidade de entulhos. Contudo, a reportagem não menciona apenas o descaso com o rio, mas ressalta a iniciativa da Universidade Federal em realizar políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Um dos projetos principais que a instituição de ensino realizou foi o de Educação Ambiental, onde é prevista medida para a conscientização da população que vive às margens do rio Meia Ponte.

Educação Ambiental será o subprojeto dedicado à comunidade que habita as margens do rio, no campo e na cidade. Essa etapa do programa é arrojada, pois envolverá ações de educação e comunicação, buscando conhecer os hábitos e o imaginário da população, bem como despertar em grupos de trabalhadores e educadores a consciência necessária para preservar o Meia Ponte. (VEIGA, p. 12, 2012).

---

<sup>7</sup> Vila Roiz é um bairro da cidade de Goiânia.



É possível perceber no jornal que existe uma preocupação com o alto nível de poluição do rio, por esse motivo busca-se a realização de inúmeros projetos onde se pretende conscientizar a população sobre a sua importância, como mostra a pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) Marilda Shuvartz.

Fazem parte de nossas metas elaborar cartilhas ou materiais pedagógicos, capacitar lideranças e professores para abordar a temática da água, desenvolver um site interativo, além de promover rodas de conversa para conhecer o envolvimento afetivo e cognitivo das pessoas com o rio. (SHUVARTZ, p. 12, 2012).

Além disso, estudos científicos foram realizados para apurar a qualidade da água e o que se pode fazer para melhorá-la. Esta preocupação com a degradação da natureza do Meia Ponte é encontrada em diversos outros meios de comunicação, com matérias que divulgam operações de combate à poluição no Rio Meia Ponte envolvendo os moradores da cidade e alunos das escolas públicas, em atividades como o plantio de árvores nas margens do rio. Geralmente esses meios de comunicação destacam que o Meia Ponte é um dos recursos hídricos mais importantes do Estado de Goiás e que, por esse motivo, é justificada a preocupação com o nível de poluição que ele sofre na atualidade. Além disso, as reportagens ressaltam a importância da consciência ambiental como uma ação fundamental na recuperação do rio.

No que concerne aos projetos para o tratamento de esgoto, uma das maiores fontes poluidoras do Meia Ponte, o jornal “O Popular” divulgou uma publicação onde é destacado o fato de que a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dr. Hélio Seixo de Brito, localizada no Setor Goiânia 2, não cumpriu com a meta de em dez anos trazer “água translúcida, livre do mau cheiro e da poluição, disponível à pesca e ao banho” (O POPULAR: 2013). A matéria publicada pelo jornal apresenta informações ainda mais preocupantes quando afirma que

Levantamentos feitos anualmente pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) mostram que os índices de poluição têm variado entre ruim e péssimo no trecho urbano de Goiânia. Os registros da SEMARH foram feitos entre 2001 e 2012, em sete pontos diferentes do Meia Ponte. Destes, três estão localizados na área urbana da capital (O POPULAR: 2013).



Figura 6: Poluição de uma das margens do Rio Meia Ponte.



Fonte: Jornal “O Popular”. 20/08/2013

Sobre o mau cheiro provindo da poluição do rio, um artigo jornalístico divulgado pelo Guia Ecológico ressalta que:

Aconteceu mais uma vez, finalmente se lembraram do Meia Ponte. Infelizmente por um péssimo motivo: o mau cheiro. Todo ano é a mesma coisa, com maior ou menor intensidade há um aumento no número de reclamações a respeito da fedentina provocada pelo rio. No período das chuvas, com um volume de água muito superior e suas águas de cor avermelhada, o rio esconde o que tem de pior, o mau cheiro, o lixo e os pneus. Na época da estiagem, sua vazão fica muito reduzida, o esgoto constante que flui para o curso d’água mantém sua vazão, e incrivelmente chega a ser superior a do próprio rio. Em resumo, temos um esgoto a céu aberto fluindo, com sua cor acinzentada, capaz de contorcer os narizes dos goianienses (Guia Ecológico, 2011).

A publicação destaca que no mês de agosto a vazão do rio fica menor e a proporção de despejo de esgoto aumenta. Com isso, consequentemente o odor emitido por esse processo poluidor é sentido, de maneira mais intensa, em grande parte da cidade de Goiânia. Segundo o Guia Ecológico, é justamente nesse período que dobram o número reportagens e manifestações sobre a degradação enfrentada pelo rio. Além de matérias em jornais, existe um



site específico voltado para discussão e alerta sobre os problemas do rio Meia Ponte: o MeiaPonte.org. Nele é possível encontrar vídeos e artigos sobre a qualidade da água, a relação dos ribeirinhos com o rio, locais onde se podem fazer denúncias sobre crimes ambientais e projetos que visam a recuperação desse recurso hídrico tão importante.

É inegável que a humanidade já está sofrendo com a falta de água e se medidas não forem tomadas, esse problema tende a aumentar. Nesse sentido, entende-se que a ideologia do progresso não serve mais de justificativa para que crimes ambientais continuem acometendo esse rio. Além de trazer danos para a população em geral, a poluição do Meia Ponte provoca uma série de danos para o meio ambiente, a começar pela via aquática. De acordo com uma pesquisa realizada em 2011 pela Companhia Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, o rio vem recebendo ao longo dos anos uma grande carga poluidora que fez entrar em extinção espécies nativas da região.

Atualmente são encontradas apenas três espécies nativas no Rio Meia Ponte, dentre elas: Matrinchã, Piau, e Lambari, e outras espécies migratórias, como: Pintado, Dourado e Piracanjuba. Como consequência da ocupação do espaço físico do Rio Meia Ponte, podem-se distinguir duas fontes poluidoras: a urbana e a rural. A primeira é representada pelas atividades industriais e pelos efluentes domésticos sem tratamento, e a segunda engloba atividades de pecuária (suinocultura, piscicultura, bovinocultura e agroindústrias) e de extração mineral (SANEAGO, 2011, p. 1).

O trecho acima destaca que a poluição procede tanto de atividades urbanas como de atividades rurais, sendo que essas ações poluidoras contribuem para que esse seja o sétimo rio mais poluído do Brasil.

Conforme o secretário de Estado das Cidades e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, Igor Montenegro, esse rio recebe o título de mais importante do estado e ocupa o posto de “sétimo mais poluído do Brasil”. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (Semarh), são lançados no curso do Meia Ponte, todos os dias, mais de 180 mil m<sup>3</sup> de esgoto e uma tonelada de resíduos sólidos. Estudo intitulado Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil, publicado pela ANA em 2012, com dados de 2010, aponta que, no trecho que atravessa Goiânia, o índice de qualidade da água do Meia Ponte oscila entre as classificações “regular” e “ruim”.



Isso é preocupante, uma vez que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% das enfermidades conhecidas são transmitidas pela água (VEIGA, 2012, p. 13).

A mídia desempenha seu papel em denunciar a poluição que assola o Rio Meia Ponte, mas é necessário muito mais que isso. É preciso desenvolver políticas públicas que garantam a recuperação e manutenção desse recurso como fonte de abastecimento. Além disso, torna-se imprescindível que se crie uma educação ambiental, onde os alunos aprendam na escola a importância de se preservar os recursos naturais.

### **Considerações finais**

Vimos que no discurso mudancista, o rio era percebido como um recurso que poderia ajudar na consolidação do projeto de transferência da capital de Goiás, pois a nova capital deveria ser símbolo de modernidade e progresso e nesse sentido, o fornecimento de água e energia elétrica era de fundamental importância. Desse modo, em 1933 foi inaugurada a Usina do Jaó e as corredeiras do Meia Ponte foram responsáveis por gerar a força necessária para mover a usina que abasteceria a nova capital. Além disso, o arquiteto Atílio Corrêa Lima, pensou o Meia Ponte também como um elemento que poderia ser aproveitado para a criação de projetos voltados para o lazer, sendo criados estabelecimentos para a prática de esportes aquáticos e clubes e os moradores de Goiânia passaram aproveitar o rio também para pescarias e para banhos.

Mas, com o crescimento da capital, esse rio foi perdendo sua importância no cotidiano das pessoas, passando a um sério problema devido ao constante depósito de esgoto e lixo doméstico. A prática poluidora que tomou conta do rio pode ser vista como uma agressão aos próprios moradores e para atender a demanda de consumo de água de uma cidade tão grande e ainda em crescimento, faz-se necessário a manutenção de recursos hídricos que possam garantir esse abastecimento. A mídia, ao denunciar os abusos das ações poluidoras contra esse rio presta um serviço à sociedade, contudo, essa ação não é permanente nem suficiente para amenizar o problema. É preciso que se invista em políticas públicas contínuas e de longo alcance, ou seja, que não seja algo apenas momentâneo e paliativo.



## Referências

AZEVEDO, Wilson José de. *Análise da caracterização da água no Rio Meia Ponte, Cidade de Goiânia*. Dissertação. Universidade Católica de Brasília, 2012.

CASTILHO, Paulo. *A Água e a Cidade de Goiânia*. Disponível em: <[http://goiania-goias.blogspot.com.br/2010/04/agua-e-cidade-de-goiania-por-paulo\\_10.html](http://goiania-goias.blogspot.com.br/2010/04/agua-e-cidade-de-goiania-por-paulo_10.html)> Acessado em 07 de julho de 2015.

CHAUL, NarsFayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. 2 edição. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAVEIRO, E. F. De Vila Boa à Goiânia: Significações Morfológicas da Cidade Moderna. In: *VI Simpósio Nacional de Geomorfologia*. Goiânia, 2006.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 177-197.

GUIA ECOLÓGICO. *O esquecido rio Meia Ponte, de novo é assunto da semana!* 2009. Disponível In: <https://guiaecologico.wordpress.com/tag/mau-cheiro/>. Acesso em: 30/10/2015.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890 – 1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

JORNAL OPÇÃO. *Lançamentos de efluentes no Meia Ponte*. Disponível In: <http://www.jornalopcao.com.br/colunas/meio-ambiente/lancamentos-de-efluentes-no-meia-ponte>. Acesso em 30/10/2015.

LIMA, Nádia. *A história da construção da primeira usina de Goiânia*. Disponível em: <http://contatogo.blogspot.com.br/2011/08/historia-da-construcao-daprimeira.html> Acesso em 08 de julho de 2015.

O POPULAR. *Meia Ponte, meio ruim meio péssimo*. 12/08/20132. Disponível In: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/meia-ponte-meio-ruim-meio-p%C3%A9ssimo-1.376071>. Acesso em: 30/10/2015.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Dossiê Teorias Socioambientais*. Estudos. vol.24 n.68, São Paulo 2010.

RODRIGUES, Lysias A. *O Rio dos Tocantins*. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.



PINTO, AngelaCiccone. O Rio Meia Ponte Sob a Perspectiva da História Ambiental – Novos Caminhos da Historiografia Goiana. In: *Anais do III Congresso Internacional de História da UFG. História e Diversidade Cultural*. Jataí:. Contexto: 2012.

PINTO, AngelaCiccone; ARAÚJO, Alexandre Martins de. Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais. In: *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* v.3, n.1, jan.-jul.2014, p.78-88.

PLANALTO, Maria. O que fizeram das águas de Goiás? Eliminação da cobertura vegetal de nascentes e margens, poluição e ocupação inadequada de seus entornos ameaçam os mananciais goianos. *Diário da Manhã*, Quarta feira 29/10/2014, p. 5

SAKAI, Diogo Isao Santos; FROTA, José Artur D'Aló. Da Essência a Aparência. Os Significados Urbanos do Rio Meia Ponte em Goiânia. In: *Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto*. Anápolis,2013.

SANEAGO. Saneamento do Estado de Goiás. <http://www.saneago.com.br/site/?id=esgoto12&tit=esgoto>. Goiânia, 2011. Acesso em 18/09/2015.

SION, Alexandre; DUTRA, Maria Carolina. Crise Hídrica Mundial. In: *Jornal do Comércio*, 21 de Dezembro de 2014.

SHUVARTZ, Marilda. *Jornal da UFG*.Goiânia: *Jornal UFG*, Ano VII, nº. 54, Nov/Dez. 2012. <https://jornalufgonline.ufg.br/n/41689-e-possivel-recuperar-o-rio-meia-ponte>. Acesso em 15/09/2015.

TELES, José Mendonça. *Um rio dentro de mim*. Goiânia, Oriente, 1979.

VEIGA, Patrícia. *É possível recuperar o rio Meia Ponte?* In: *Jornal da UFG*. Goiânia: *Jornal UFG*, Ano VII, nº. 54, Nov/Dez. 2012. <https://jornalufgonline.ufg.br/n/41689-e-possivel-recuperar-o-rio-meia-ponte>. Acesso em 15/09/2015.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *RevistaEstudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 198-215.

IDTCO – Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste. Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Goiânia. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2008.



## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTISTA

Roseli Martins Tristão Maciel<sup>8</sup>

### Resumo

O presente trabalho propõe-se a analisar a questão da saúde no contexto das discussões, surgidas a partir da Segunda Guerra Mundial, cujo foco era a inserção do Brasil na política e economia mundiais, quando a questão do subdesenvolvimento foi colocada de forma incisiva e levou à procura de novos elementos explicativos por parte dos estudiosos. Assim, surgiu à concepção do “capital humano”, para a qual, a saúde da população de um país, estaria diretamente relacionada à promoção de seu desenvolvimento. O objetivo é demonstrar o quanto essa concepção, muito embora ultrapassada, sob o ponto de vista acadêmico, ainda se faz presente nas propostas das políticas públicas de saúde, na atualidade.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Saúde; Desenvolvimentismo.

### Abstract

*The present paper proposes to analyze the health issue in the context of the discussions that emerged from World War II, whose focus was the insertion of Brazil in world politics and economy, when the issue of underdevelopment was placed incisively and led to the search for new explanatory elements by scholars. Thus, it came to the conception of "human capital", for which the health of the population of a country would be directly related to the promotion of its development. The objective is to demonstrate how much this conception, although outdated, from the academic point of view, is still present in the proposals of public health policies, nowadays.*

**Keywords:** Public policy; Health; Developmentalism.

### Introdução:

Este estudo objetiva analisar a importância que a questão da saúde adquire no Brasil e no mundo, a partir do momento em que os Estados nacionais e seus governantes sentiram necessidade de mobilizar-se para promover o desenvolvimento econômico e intervir na

---

<sup>8</sup> Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás.



dinâmica social, em todos os seus aspectos, após o fim do segundo conflito mundial na década de 1940.

A saúde, bem como, outros fenômenos e características inerentes aos seres humanos, após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser percebida como promotora do desenvolvimento econômico, contrariando as concepções anteriores que o consideravam como resultado direto das atividades relacionadas ao mercado, ao capital e ao trabalho. A crise dos valores liberais predominantes até aquele instante proporcionou o aparecimento de outros tantos valores, de características bastante subjetivas, cuja compreensão demandava o auxílio das áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais. E, assim apareceu a concepção de capital humano, na tentativa de explicar que para a ocorrência do desenvolvimento econômico não bastavam os fatores materiais objetivos e quantitativos, porém, fazia-s necessário considerar outros tantos, de ordem qualitativa e subjetiva.

A idéia aqui é demonstrar que as mudanças efetuadas nas políticas públicas nacionais direcionadas a saúde a partir de sua reforma e às propostas de ajuste neoliberal para esse setor, as quais tiveram início na década de 1980, não se livraram da concepção que relaciona saúde e desenvolvimento de forma naturalizada, ou seja, como uma simples relação de causa e efeito. Isso porque aborda a questão sem estabelecer as múltiplas relações que perpassam e envolvem a saúde em todo seu contexto mais amplo, sem considerar que sua promoção implica inúmeras situações que estão diretamente ligadas as relações de poder, aos interesses do capital nacional e internacional e, por último, a fatores de ordem cultural.

Neste artigo buscaremos, portanto, apresentar uma discussão sobre a questão da saúde na perspectiva das propostas de desenvolvimentismo nacional, considerando as relações de poder estabelecidas entre os diferentes sujeitos no contexto do processo de implantação e desenvolvimento das políticas públicas de saúde.

O objetivo mais amplo, deste texto, consiste em analisar a questão da saúde no Brasil que, durante grande parte do século XX, foi considerada como consequência direta do desenvolvimento e industrialização e, ainda, conhecer como se estabeleceram as relações entre os vários grupos de interesse e de dominação para manutenção e reprodução da economia capitalista frente às diferentes reivindicações das classes trabalhadoras relacionadas aos bens de saúde.



Para tanto, buscaremos enfatizar as abordagens que tratam esta questão numa perspectiva dialética, qual seja, do materialismo histórico, o qual considera as necessidades e posições dos diferentes sujeitos em suas relações antagônicas, no contexto das mudanças provenientes da produção capitalista. Segundo Wenceslau Neto “... O conflito que se estabelece entre as classes tem por origem a diferença de interesses entre elas: a realização da acumulação burguesa requer a eliminação do poder de decisão da classe trabalhadora, é necessário vencê-la e submetê-la aos seus desígnios” (NETO, 1997:117).

A questão da saúde, portanto, é um fenômeno que constitui manifestação concreta das formas através das quais se reproduzem as relações sociais de produção e, de maneira semelhante a outros tantos problemas sociais, manifesta-se nas práticas políticas e ideológicas, acabando por constituir-se em objeto de políticas do Estado.

### **Saúde no contexto do capitalismo**

No século XIX, no momento em que o processo de acumulação capitalista ultrapassou seus próprios limites, isto é, quando ocorreu a acelerada urbanização e desenvolvimento industrial, surgiram às primeiras grandes instituições leigas de saúde, as doenças passaram a compor um dos quadros fundamentais de atenção, por parte do poder público. O cuidado com os doentes deixou de ser de responsabilidade das instituições religiosas e foi transferido para o Estado. A partir de então, os governantes ficaram responsáveis pela promoção dos mecanismos de acesso aos bens de saúde, em nome da defesa e do bem estar da coletividade.

A questão da saúde, portanto, emergiu como problema social ligada à formação do mercado de trabalho no interior das economias capitalistas e às atividades urbanas industriais. Sendo assim, o desenvolvimento capitalista conferiu um caráter social à saúde em função do avanço da divisão social do trabalho e de seu assalariamento, quando a posição existencial dos indivíduos, dos grupos e classes viram-se oprimidos frente suas condições de trabalho e de sobrevivência. Esses problemas ganharam foros políticos e passaram a fazer parte da problemática do poder, qual seja, de criar estratégias de atração e retenção de mão-de-obra.

A promoção da saúde da população, neste contexto, tornou-se parte dos interesses do Estado em função das circunstâncias históricas específicas que caracterizam as sociedades de



economia capitalista. O conhecimento médico científico tornou-se coadjuvante para a implantação das principais propostas desse sistema econômico, qual seja: modernização, urbanização e desenvolvimento econômico.

Os profissionais da saúde, por sua vez, desempenharam papel central no processo de estatização das medidas de prevenção, combate e controle das doenças. Graças à autoridade científica de que são revestidos, encarregaram-se dos planejamentos, fundamentados de conotação científica, da organização, da constituição e até da implantação dos serviços médicos e hospitalares (MACHADO, 1988).

Para Cecília Donnangelo (1975) a medicina ganhou caráter social concomitante ao processo de industrialização e modernização capitalista e suas práticas tornaram-se modalidades particulares de articulação entre as diferentes instâncias de poder, agências e instituições encarregadas das questões sociais, bem como, com os grupos sociais alijados de poder e, para os quais, essas práticas são destinadas, no sentido de manutenção do *status quo*. Para esta autora, o médico na época contemporânea, pertence a uma das categorias profissionais que se definem no espaço organizacional de trabalho e que estão direta e estreitamente relacionadas ao contexto econômico, social e político.

### **Políticas públicas de saúde**

Segundo Celina Souza, o recente reconhecimento do campo de conhecimento denominado Políticas Públicas deve-se, dentre outros, ao fato da maioria dos países em desenvolvimento não terem conseguido desenhar políticas públicas capazes de promover a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2002).

Consideramos políticas públicas, da perspectiva aqui adotada, como o resultado do embate entre projetos formulados por frações da classe dominante e institucionalizadas e das camadas subalternas no âmbito da sociedade civil, uma vez que de sua dinâmica e capacidade organizacional, decorre o menor ou maior poder de barganha em prol de seus interesses junto às mais variadas agências do poder público estatizado, processo dinâmico e em permanente redefinição.

De uma forma geral, os estudos sobre saúde e economia capitalista e, por conseguinte, sobre políticas públicas de saúde, situam, o problema como questão “naturalizada”, que toma



o Estado como entidade em si mesma, sem qualquer questionamento mais profundo acerca de seu caráter enquanto relação social. Essa modalidade de abordagem do tema pende mais para uma ênfase política, consistindo nos mecanismos da dita dominação burguesa, do sistema capitalista ou mesmo dos processos políticos, deles derivando, quase que “automaticamente” as determinações dos interesses a serem contemplados pelas políticas de saúde.

A saúde pública, portanto, é questão que tem sido enquadrada pela historiografia de forma indireta e através, principalmente, das análises sobre a Revolução Industrial. Inúmeros debates são suscitados, embora a grande maioria deles coloque as demandas e soluções relacionadas à saúde, como sendo ações derivadas, exclusivamente, das frações da classe hegemônica da sociedade capitalista.

Para o conjunto dessas análises o que teria ocorrido no processo histórico seria, portanto, a implementação de políticas públicas de saúde de caráter eminentemente pontual e estatal como decorrência lógica do desenvolvimento urbano e industrial. Ou seja, o Estado intervindo diretamente na implantação de sistemas de saúde pública na medida e na proporção do desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

Destarte, as relações de poder responsáveis pela implantação das políticas de saúde são bastante secundarizadas ou ignoradas pela historiografia. Outrossim, é quase que totalmente apagada, dessa história, a memória das camadas subalternas, suas lutas, reivindicações e conquistas por melhores condições de vida, quando isto implica o acesso aos serviços de saúde.

Segundo W. Neto,

(...) não se deve imaginar que os avanços e conquistas da classe trabalhadora sejam dádivas do Estado: (...) são frutos resultantes da luta dessas classes. E a classe trabalhadora sabe o preço que pagou por cada um deles. Contudo, de certa forma, a luta é transferida para o interior do Estado e este passa, igualmente, a *aparecer* como um mecanismo de mediação das classes e não de dominação por uma delas (*Op. Cit*, p.119).

### **A saúde nos primórdios da modernização brasileira**

No início do século XX, quando a recente República brasileira vivia um cenário de transformações político-sociais, de incipiente industrialização, a saúde emergiu como questão



social, portanto, foi na primeira etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro que à saúde tornou-se revestida de seu caráter social.

Entender a emergência da questão da saúde como responsabilidade do poder político, no Brasil, pressupõe a compreensão da estrutura e dinâmica da economia exportadora capitalista cafeeira. Tendo seu movimento dominado pelo capital comercial, pode-se visualizar esta economia como que desdobrada em dois segmentos: seu núcleo agrário – produção de alimentos exportáveis e para consumo interno – e um segmento urbano, a ele acoplado, que abrigava o conjunto das atividades de financiamento, comercialização, transportes, administração e indústrias, conforme analisa Mendonça (1984).

Sendo assim, para a compreensão do aparecimento da saúde como questão social no Brasil, é preciso percebê-la no contexto de determinações urbanas e rurais, de condições próprias do mercado e do processo de trabalho em nível das empresas agrícolas ou urbano-industriais. Além disto, a que se considerar o papel que a sociedade atribuiu ao Estado, bem como, suas limitações enquanto possível agente transformador da mesma.

Outros aspectos da saúde, que precisam ser analisados, são os relativos às empresas e, mais diretamente, à mão-de-obra na primeira etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro. De maneira mais geral, esta questão está ligada à formação do mercado de trabalho no interior da economia agro-exportadora, tanto para o núcleo agrícola quanto para as atividades urbano-industriais.

A partir da década de 1920, a sociedade brasileira passou por momentos de crise do padrão exportador capitalista e crise do Estado, concomitante à aceleração da urbanização e do desenvolvimento industrial (*Idem*, p.27). A saúde pública, então, cresceu como questão social e ganhou novos e nítidos contornos, no momento em que a primeira fase de acumulação capitalista ultrapassava seus próprios limites, com o auge da economia cafeeira, nos marcos da crise política da Primeira República.

A saúde pública e as políticas que lhes foram direcionadas, a partir de então, se caracterizaram pela tentativa de serem estendidas para todo o país através da Reforma Carlos Chagas e da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, estabelecendo como atribuições federais: o saneamento rural e urbano, a propaganda sanitária, de higiene infantil,



industrial e profissional, as atividades de supervisão e fiscalização, saúde dos portos e do Distrito Federal e o combate às endemias rurais.

Até aquele momento as unidades públicas de saúde existentes estavam sob a responsabilidade, dos governos estaduais e, voltadas principalmente, para as capitais consideradas então como sendo mais importantes no interior do país.

A Revolução de 1930, juntamente com as mudanças no caráter do Estado, tornara necessária a ampliação de suas bases sociais, uma vez que, a partir de então, as questões sociais passaram a fazer parte da problemática do poder, foram implantadas medidas de saúde e criados os mecanismos necessários à sua efetivação. Apesar da intenção de serem implantadas, às medidas de higiene e saúde, a toda extensão do território nacional, o seu alcance não foi satisfatório, na verdade, sua cobertura acabou sendo limitada dada a amplitude territorial do país e, ainda, os aspectos técnicos e financeiros, limitados, de sua estrutura organizacional.

A principal mudança, em relação à questão da saúde foi a partir da década de 1930 quando o Estado nacional tendeu a responder aos problemas de saúde pública não mais parcial e pontualmente, mas considerando todo o contexto nacional. Em outras palavras, as questões de saúde foram enfrentadas, através, de um bloco orgânico e sistematizado de políticas (MACIEL, 2007).

Tratava-se na verdade da realização do próprio esquema de poder introduzido, o qual deveria contemplar anseios dos trabalhadores urbanos, portanto, parte do conjunto de políticas sociais elaboradas no período tais como, legislações trabalhistas, organização de sistema previdenciário em institutos e sindicatos atrelados ao Estado, a higiene e a saúde do trabalhador. Foi à maneira encontrada para controlar as classes subalternas, respondendo aos seus movimentos reivindicatórios, porém, mantendo a lucratividade do setor industrial, sua capacidade de acumulação e garantindo níveis mínimos de reprodução da força de trabalho, ao passo que detinha o controle sua participação política.

No período foi instaurada uma industrialização limitada, dada a insuficiência técnica e financeira do próprio capital industrial. As bases econômicas da indústria eram restritas pelo fato de que não se implantara um setor de meios de produção que desse suporte ao



desenvolvimento tecnológico e proporcionasse uma dinâmica capitalista, por assim dizer, ao conjunto da nação.

O Estado buscava promover a industrialização e fazer avançar as políticas sociais, no entanto, seus projetos criavam situações ambíguas e indefinidas, até mesmo, para a classe dos empresários, ou seja, para a burguesia industrial. Pelas políticas sociais, fez avançar a legislação e os aparelhos de Estado em relação às reivindicações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, que a mantinha sob controle, a partir das relações de poder que limitava sua autonomia política. Graças ao seu acentuado caráter nacional, o Estado, pode dar respostas orgânicas (conjunto de medidas integradas) às questões sociais, e elaborar o que hoje em dia é denominada por *políticas públicas*.

O processo de centralização, na questão da saúde pública, pode ser bem identificado nas seguintes medidas: em 1930 foi criado o ministério de Educação e Saúde, composto de dois Departamentos Nacionais, um para a Educação e outro para a Saúde; em 1934, por consequência da eleição direta e a promulgação da nova Constituição, este último passou por reorganização e tornou-se Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, ocorrendo simultaneamente à criação de várias Diretorias e Serviços, como a Diretoria de Assistência Hospitalar, a Diretoria Sanitária Internacional e da Capital da República. É importante destacar que, até então, a ação sanitária era restrita à Capital Federal e aos portos da República.

A participação direta do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a elevação do custo de vida, o aumento da inflação, o aviltamento salarial e as medidas coercitivas do governo Vargas, fizeram crescer sua impopularidade ao lado de uma forte pressão no sentido da liberalização da vida política nacional. Vargas perdeu o poder com a retomada do Estado de direito e a promulgação da Constituição de 1946. Os acontecimentos políticos refletiam o fortalecimento de outros setores e o rompimento do pacto corporativo entre Vargas e as elites dominantes tradicionais. Simultaneamente, os setores urbanos emergentes, em ampla expansão, colocaram em pauta novas demandas (MESTRINER, 2005).



### Saúde e desenvolvimentismo pós-1945

Para Carlos Lessa, o conjunto das transformações econômicas e políticas de 1930 até meados de 1950, constituíram uma trama que só que se conformou plenamente na etapa seguinte do desenvolvimento capitalista brasileiro (*apud*, BRAGA, p. 51).

No período da Segunda Guerra Mundial apareceu, de forma incisiva, a discussão sobre a forma de inserção do Brasil na política internacional e o modelo econômico a ser adotado interna e externamente. Segundo (TAVARES, 1991:87), “(...) As mudanças ocorridas na produção têm seu correspondente, no plano da regulação, na ideologia social-democrata, que se completa com os princípios da teoria keynesiana e do “Welfare State”. O amplo sistema de regulação, segundo este autor, permitia assumir reivindicações das massas assalariadas, dentre as quais, a seguridade social e a assistência à saúde.

A situação acima mencionada faz parte de uma discussão de âmbito internacional, isto é, da questão dos subdesenvolvimentos nacionais que foi colocada de forma incisiva, no período pós Segunda Guerra tornando-se objeto de reflexão dos estudiosos neoclássicos. A ausência de “Revolução Industrial” na maior parte dos países subdesenvolvidos levou à procura de explicações e à inclusão de novos fatores explicativos nos modelos teóricos.

No Brasil, como em outros países considerados periféricos sob o ponto de vista do capitalismo, em decorrência das referidas discussões tinha início às propostas de desenvolvimento numa perspectiva de planejamento sistemático, abrangente e fundamentado na ciência e tecnologia visando alcançar os moldes dos países europeus e dos Estados Unidos. Para tanto, as diversas e várias organizações internacionais que surgiram no pós-guerra, tais como a ONU (Organização das Nações Unidas), dentre outras, desempenharam um papel relevante.

As ciências sociais e humanas, de igual forma, adquiriram destaque frente à constatação de que o contexto caótico gerado pelo conflito mundial não poderia ser resolvido sem que fossem consideradas as dimensões humanas mais subjetivas. Por sua vez, estes são os objetos de análise da sociologia, antropologia, história, psicologia, para citar algumas das áreas que ganharam destaque no período e que passaram a subsidiar as propostas de reconstrução do mundo ocidental moderno e de desenvolvimento para as nações tidas como subdesenvolvidas.



A teoria do “capital humano”, surgida do contexto acima, indicava que o problema do desenvolvimento não é apenas uma questão de formação de capital produtivo, ou seja, condições materiais, máquinas e equipamentos, mas também uma implica a qualidade do trabalho. Sendo assim, a educação e a saúde da população passaram a ser consideradas como elementos importantes no processo de desenvolvimento econômico. Uma das explicações, neste sentido, foi dada pelo conceito de “círculo vicioso”:

(...) Assim, um homem pobre talvez não tenha saúde o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir a proposição truística: “um país é pobre porque é pobre (NURKUSE *apud* BRAGA, p. 27).

A abordagem citada inovou no seguinte aspecto: acreditava que um país subdesenvolvido poderia reverter sua situação a partir de fatores internos, desde que solucionasse os problemas que, segundo esta teoria, criava e reproduziam o “atraso”. No entanto, esta explicação não considerava as influências advindas da inserção dos diferentes países no padrão de acumulação capitalista internacional nem, tampouco, as características nacionais diferenciadas. A explicação do “círculo vicioso” era falha porque não considerava o processo histórico e, ao mesmo tempo tinha uma característica etnocêntrica.

A noção do círculo vicioso, entretanto, trouxe uma importante conseqüência, qual seja a introdução dos problemas de saúde como elementos do processo de desenvolvimento econômico, não mais como efeito, mas como causa. E, ainda reforçou a idéia de planejamento como instrumento de “modernização” da economia e como forma de intervenção do Estado neste sentido.

Na construção da idéia de planejamento como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) teve um papel de grande importância (*Idem*, p 27). Ao diagnosticar as “causas” do atraso no crescimento econômico latino-americano, onde se identificavam os “obstáculos”, ao mesmo tempo, eram propostas medidas para eliminá-los, entre as quais se alinhava o planejamento



centralizado e o investimento em alguns setores básicos para o desenvolvimento da infraestrutura econômica.

O extermínio da pobreza e o desenvolvimento acelerado, não ocorreram. Prosseguiram os estudos sobre a economia latino-americana e sobre as estratégias de planejamento, reconhecendo-se que o subdesenvolvimento não poderia ser isolado como problema econômico, e que deveria ser visto a partir do contexto da situação dos países: sua organização política, suas características econômicas e suas instituições sociais.

Os sanitaristas da época viam a relação causal no sentido doença-pobreza: para eles, solucionando o problema da doença, a pobreza estaria automaticamente resolvida. Isto levava a uma comparação, equivocada de comparação dos níveis das doenças e as ações sanitárias dos países pobres aos dos países ricos, concluíam que para alcançar o mesmo nível de saúde bastava gastar os mesmos recursos e montar a mesmas estruturas dos países ricos.

Esta posição era defendida pelos norte-americanos e pode ser exemplificada na atuação da SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), patrocinada pela Fundação *Rockefeller* e que disseminou pelo Brasil, as unidades-sanitárias modelo, inadequadas à realidade do país, ao longo de quase 30 anos. A criação do SESP deu-se durante a Segunda Guerra Mundial, por razões estratégicas, vinculadas à produção de borracha na Amazônia e do manganês no Vale do Rio Doce em convênio com a Fundação *Rockefeller*, uma vez que os trabalhadores eram dizimados pela malária e febre amarela.

Os problemas da saúde pública os debates que o envolviam refletiam, portanto, o debate nacional, qual seja, alguns supunham que o progresso, a riqueza e o bem estar seriam alcançados se fossem aplicados os métodos adotados pelos países capitalistas industrializados – visão que tem como paradigma a teoria do desenvolvimento econômico. De outro lado, estavam os que pretendiam um caminho “nacionalista” para o Brasil, embora esta abordagem seja mais diversificada que a anterior, e abrigue diversas expressões políticas, é importante ressaltar que seus defensores tinham em comum a busca de uma prática que estivesse segundo essa percepção, articulada à realidade brasileira.

A atuação da SESP refletia a primeira das posições acima expostas. A idéia era montar nas áreas rurais e naquelas ocupadas pelo movimento “Marcha para o Oeste” sob a



responsabilidade desta instituição, organizações de atenção à saúde, complexos e diversificados. Esta iniciativa pode ser corroborada pela análise feita por Becker sobre a expansão territorial empreendida pelo Estado, no período, de acordo com esta autora, “... no pós-guerra, em meados da década de 1950, se intensifica a relação entre Estado, espaço e a produção do espaço global (...)” (BECKER, 1988, p. 68).

Ao retornar ao poder, em 1951, Vargas assumiu o papel de porta-voz dos trabalhadores, dedicando, cada vez mais, sua atenção às massas populares, ao passo que tentava controlar os impactos de suas reivindicações, canalizando-as para órgãos estatais, de um lado, e à filantropia de outro. Injetou mais recursos financeiros nos institutos e caixas de aposentadoria e pensão para um atendimento mais amplo à saúde dos trabalhadores (MESTRINER, p.120-121). Em 1953, desmembrou o Ministério da Educação e Saúde e estabeleceu maior vinculação da saúde, em termos governamentais, com a filantropia.

Após o suicídio de Vargas, o poder central foi assumido por Juscelino Kubitschek que implantou o modelo de associação e internacionalização da economia brasileira através da implantação do Programa de Metas. Seu governo omitiu completamente a área social transferindo sua responsabilidade para a sociedade civil, sob a premissa de que o desenvolvimento econômico resolveria todos os problemas de ordem social, como por exemplo, o da saúde. (*Idem*, p.126-130).

Após 1955, a tendência à acumulação monopolista condicionou tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola. A produção de bens de consumo duráveis por empresas estrangeiras se tornava o centro dinâmico da economia, (*Idem*).

O SESP, neste processo instalava nas regiões periféricas do país os postos de saúde e hospitais, de custos onerosos e que após a implantação passavam, paulatinamente, a administração e custeios dos governos estaduais e municipais. Além disso, o financiamento do SESP, gradualmente, seria repassado da Fundação Rockefeller à responsabilidade do governo brasileiro.

Esta versão foi dominante por longos anos e orientou a prática de saúde pública do governo brasileiro. Somente em 1956, deixou de ser defendida, quando a ideologia desenvolvimentista colocou, de outra forma, a questão do círculo vicioso doença-pobreza,



invertendo-os, afirmando que o desenvolvimento econômico traria consigo, necessariamente, um melhor nível de saúde da população. Apesar de tudo, poucas alterações foram feitas no sistema de saúde, na década de 1950.

João Goulart, posteriormente, colocou-se como discípulo de Vargas, ao lançar mão do parlamentarismo sob apoio de alguns setores e contra as forças políticas que não queriam sua posse. Extremamente legalista, tentou acabar com o subdesenvolvimento do país através de medidas anti-inflacionárias e reformas estruturais. Para Goulart a questão da saúde relacionava-se com o desenvolvimento, portanto, procurou investir contra a desnutrição, o saneamento, a assistência médica e sanitária, que foram suas metas prioritárias, no entanto, não realizou nenhum tipo de inovação no sistema já presente, apenas a ampliação de algumas políticas já existentes.

O final dos anos 50 e o início da década de 1960 assistiram a uma considerável, expansão da assistência médica previdenciária, no que viria a ser um novo padrão de atenção à saúde no Brasil. Ao mesmo tempo, os problemas econômicos foram configurando o agravamento da situação financeira dos institutos, criando uma exigência interna de centralização que culminou na unificação de 1966/67 com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

O INPS pode ser compreendido como o ápice da evolução do sistema previdenciário brasileiro e de sua atenção médica. Sua implantação significou a amplitude do sistema previdenciário enquanto política pública de saúde, decorrente de um processo histórico, do qual merecem destaque: O aumento da população trabalhadora urbana, decorrente do surgimento e expansão da indústria, requereu a assistência médica previdenciária; a presença política dos trabalhadores, que reivindicavam assistência médica, o que implicou a criação e expansão da previdência; o avanço tecnológico ocorrido após a guerra na área de atenção médica, elevando sua eficiência e diminuição de custos, transformando o hospital no centro do sistema da saúde.

Isto fez com que a medicina previdenciária se tornasse, essencialmente hospitalar e curativa. O nível de organização e mobilização dos trabalhadores assalariados e sua força política é que determinavam o grau de participação na formulação das políticas sociais do



Estado. As especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro que, somente no período do governo JK, passou a mover-se na dinâmica específica do capitalismo industrial se consolidou com o golpe político empreendido pelos militares no ano de 1964.

Instalou-se no país o Estado autoritário que, no longo período de 1964 a 1984 transformou o Brasil e levou ao fim à política populista. Retomando a proposta desenvolvimentista e de internacionalização do governo Kubitschek, os militares construíram uma forte tecnocracia estatal que privilegiava, principalmente, o planejamento.

A saúde foi tratada dentro da vertente economicista, seguindo a orientação tecnoburocrática, que caracterizou todo o governo militar, buscando racionalidade e a eficiência dos meios utilizados, abrindo para as reformas administrativas, a modernização do aparato estatal e a introdução do planejamento. Os governos militares, também, financiaram novos espaços de atuação para o setor da saúde, criando empreendimentos privados por meio de empréstimos que garantiam investimentos sem risco, o que levou a ampliação da rede de hospitais privados. (*op cit* MESTRINER, p. 160).

Em 1966 o governo fundiu os vários institutos de aposentadoria e pensões em um único organismo burocrático, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que ampliando o atendimento hospitalar e ambulatorial, se utilizou da rede oficial e privada. Em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência Social (SIMPAS) e com ele o governo estendeu a cobertura previdenciária à quase totalidade da população urbana e parte da rural. A assistência médica, então, foi privatizada por iniciativas individuais de grupos e cooperativas médicas gerando, simultaneamente, a redução das despesas da União nesse setor e, por outro lado, a precariedade do atendimento à saúde (*idem* 163).

O sistema previdenciário resultou da integração ampliada entre Estado, empresas de serviços médicos – clínica, hospitais, laboratórios – particulares e empresas industriais – farmacêuticas, de equipamentos e aparatos médicos – que correspondeu a uma avançada organização capitalista no setor da saúde. À semelhança do que ocorria em outros países, crescia aceleradamente a importância econômica do setor de saúde, no Brasil, mobilizando um volume cada vez maior de recursos, permitindo uma crescente acumulação de capital em seu interior.



A configuração que tomou a saúde pública a partir da criação do INPS foi à seguinte: O financiamento do setor da saúde se baseou, cada vez mais, na arrecadação previdenciária. A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e laboratorial passou, cada vez mais, a ser realizada por instituições privadas. Semelhante aos padrões das sociedades industrializadas, a assistência à saúde, centrou-se no sistema hospitalar, com a grande elevação da utilização de equipamentos e fármacos.

Cresceu, conseqüentemente, a importância da indústria de equipamentos e farmacêutica, ao passo, que aumentava a dependência externa, sob as formas de controle de capital, de tecnologia empregada, da importação de equipamentos e de matérias-primas. O setor da saúde apresentou taxas de crescimento muito mais altas do que as do restante da economia, na época.

Uma característica peculiar do setor da saúde, surgida a partir do contexto acima analisado, foi à presença da “corporação” dos médicos, que tradicionalmente, por seu controle do monopólio de um saber específico, detém um poder político importante (CAMPOS, 1994). Desta corporação, uma parcela mais organizada, ligada aos interesses capitalistas do setor (empresas médicas, hospitais privados, indústrias farmacêuticas) procurava representar os demais envolvidos e os pressionavam no sentido da privatização, o que, significava o financiamento da produção privada com os recursos públicos, através do Estado.

### **As Políticas Públicas de saúde após a Reforma de 1980 e a continuidade**

No final do período militar e início do processo de “abertura política”, ou seja, de redemocratização, as desigualdades sociais acentuavam-se, a cada dia, o que suscitou diversos movimentos sociais em todas as regiões do país. Radicalizou-se a crise na saúde, o que sensibilizou os profissionais da área que passaram a rever suas propostas de ação. Houve um intenso movimento dos sanitaristas, cujo objetivo, era a descentralização da saúde, dirigida para a transformação das condições opressivas de vida da população pobre.

Em 1978 fora realizado no Cazaquistão, à época integrante da União Soviética, um evento convocado pela OMS, cujo objetivo principal era traçar novas diretrizes para a saúde mundial, trata-se da Conferência Internacional de Atenção Primária à Saúde. O resultado foi à



elaboração da Declaração de Alma-Ata que estabelecia à atenção primária a saúde como estratégia primordial para se alcançar a meta de saúde para todos na transição para o século XXI.

A Declaração de Alma-Ata, na verdade propunha uma completa reorientação para as ações de saúde que passava a ser percebida em uma perspectiva holística, simultânea a adoção de tecnologias pertinentes as realidades individuais de cada sociedade, bem como, a incorporação de saberes locais de curandeiros, parteiras, dentre outros (CUETO, 2004).

A concepção de saúde e desenvolvimento presente na Declaração de Ama-Ata era que a intervenção do trabalho em saúde não seria apenas a cura do sofrimento físico e sim um processo para a progressiva melhora das condições de vida, individual e coletiva. Para tanto, mobilizava outros setores como a educação, o saneamento, a habitação e o desenvolvimento sustentável.

No ano de 1980, foi formada a Comissão Interinstitucional de Planejamento (CIPLAN), cuja principal função era fixar os repasses federais dos dois ministérios (Saúde e Previdência Social) para o financiamento de serviços prestados pelas redes estaduais e municipais. Instituiu-se, no ano de 1982, o Plano de Reorientação da Assistência à Saúde no âmbito da Previdência Social, conhecido como Plano do CONASP, cuja prioridade era a integração das diferentes agências públicas de saúde em um sistema regionalizado e hierarquizado e a diminuição da capacidade ociosa do setor público.

O Plano, mesmo sem ter sido implementado integralmente, criou as bases para novas políticas públicas de expansão de cobertura nos anos seguintes, quais sejam: Implantação, em 1984, das Ações Integradas de Saúde (AIS), e estimulou a criação de Comissões Interinstitucionais de Saúde, no âmbito dos estados, das regionais estaduais de saúde e dos municípios; início do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), em 1987. Esse programa, como as AIS, enfatizava os mecanismos de programação e orçamentos integrados e as decisões colegiadas tomadas no âmbito das Comissões Interinstitucionais.

As principais bandeiras do grande movimento pela Reforma Sanitária foram: a melhoria das condições de saúde da população; o reconhecimento da saúde como direito



social universal; a responsabilidade estatal na provisão das condições de acesso a esse direito; a reorientação do modelo de atenção, sob a égide dos princípios da integralidade da atenção e da equidade; a reorganização do sistema com a descentralização da responsabilidade pela provisão de ações e serviços (MERCADANTE, 2002, p. 246).

A construção de uma sólida aliança política em torno dessas teses foi legitimada no ano de 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), a última de várias conferências que tiveram início no ano de 1977 e que se caracterizaram mais como eventos técnicos, com presença seletiva de especialistas, em sua maioria, vinculados ao Ministério da Saúde e à problemática sanitária de responsabilidade dessa agência. A VIII CNS diferenciou-se das anteriores porque, não só ampliou a participação de outros segmentos técnicos, sobretudo da previdência social, como incluiu ampla representação de usuários dos serviços de saúde (*op cit* 247).

O processo iniciado na década de 1980 teve como norte as várias instituições já existentes e que funcionavam parcialmente ou de maneira diferenciada em razão das grandes disparidades econômicas, culturais, sociais e políticas entre os diversos Estados do país. A mudança institucional na saúde pública tornou-se uma das mais importantes inovações incorporadas à Constituição promulgada em outubro de 1988, buscou prioritariamente, unificar o sistema já existente, reconhecer a saúde como direito social e definir um novo paradigma para a ação do Estado na área.

A transformação nas instituições de saúde implantadas na década de 1980 promoveu a descentralização da gestão do sistema, estabelecendo como foco, as secretarias estaduais de saúde, que assumiram as responsabilidades de órgãos reitores dos sistemas estaduais de saúde que resultou no modelo do SUS. O reconhecimento da saúde como direito inerente à cidadania, o dever do Estado na promoção desse direito, a instituição de um sistema único de saúde, tendo como princípios a universalidade e integralidade da atenção, a descentralização com comando único em cada esfera de governo, como forma de organização e a participação popular como instrumento de controle social, princípios que foram incorporados ao novo texto constitucional de 1988 (*op cit* MERCADANTE, 2002, p. 247-248).



As décadas de 1980 e 1990 foram, no entanto, desfavoráveis à saúde pública. A crise dos juros das dívidas externa dos países subdesenvolvidos inauguraram um período de restrição para os gastos públicos, dos sistemas de proteção social e de retorno à ideologia do livre mercado e o Estado mínimo.

As famosas instituições criadas a partir da década de 1940 cuja finalidade seria a promoção, a integração e o desenvolvimento dos países considerados periféricos, entraram em cena novamente, com a formulação do conceito: Atenção Primária Seletiva para a saúde, fundamentado na tese da medicina simplificada proposta para os países de população pobre (BROWN; CUETO; FEE, 2006). Basicamente, tratava-se de desenvolver e aplicar procedimentos temporários de procedimentos simples e de baixo custo, cuja principal finalidade seria gerar uma grande alteração nos indicadores de saúde. Dentre as principais ações propostas estavam o monitoramento do crescimento das crianças; o aleitamento materno e a vacinação (Idem).

O detalhamento dos princípios e diretrizes sob os quais o sistema passou a ser organizado e as competências e atribuições das três esferas de governo, a partir da regulamentação através de leis, (Leis nº8080, de 19/9/1990, e nº 8142, de 28/12/1990), buscou-se delinear o modelo de atenção e demarcar as linhas gerais para a redistribuição de funções entre os entes federados. O SUS foi definido como constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas, federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (Lei nº 8080, art. 4º, *caput*). A iniciativa privada continuou a participar do SUS em caráter complementar (CF, art. 199, § 1º; Lei nº 8080, art. 4º § 2º, mediante contrato de direito público, mas as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos tiveram preferência (CF, art. 199, § 1º, Lei 8080, art. 25) (Idem, 2002).

## Conclusão

A saúde, nas sociedades capitalistas, antes de ser considerada componente fundamental para o bem estar humano e social é colocada no quadro das determinações e das condições do processo de trabalho e da manutenção e reprodução deste sistema econômico.



Quando a questão da saúde tornou-se alvo de preocupação do poder público no Brasil, o país já se encontrava inserido no sistema capitalista, porém, em condição subalterna – denominada economia periférica – embora, as relações sociais tipicamente capitalistas ainda não estivessem generalizadas por toda a sociedade brasileira, especialmente no campo, onde vivia a grande maioria da população.

As primeiras políticas públicas de saúde, implantadas no país, tinham a finalidade de responder aos conflitos e antagonismos inerentes à introdução do sistema capitalista de produção. Foram resultantes de iniciativas tomadas pelas camadas que compunham o organismo do Estado, que inscreveram projetos e demandas específicos que objetivam a duas finalidades principais: Primeiro, atender às reivindicações das classes aliadas dos mecanismos de poder, ou seja, as camadas subalternas da sociedade. E, em segundo lugar, assegurar a manutenção e reprodução, do sistema capitalista e a própria condição de pertencimento aos grupos de poder. Sendo assim, o nível de organização e mobilização dos trabalhadores e sua força política determinaram, em grande parte, as instituições de saúde na sociedade brasileira e que foram mantidas até o fim do governo militar.

Segundo nosso entendimento, as mudanças que significaram a unificação, efetivação e ampliação do sistema de saúde pública e da previdência social no Brasil, iniciadas na década de 1980 foram de caráter endógeno, processual e não significaram mudança estrutural. Isso porque seus atores careciam da capacidade de realmente modificar o sistema original de regras através de deslocamento e trabalharam ao redor do sistema impondo novas regras ao longo das que já existiam (MAHONEY e THELEN, 2003).

### **Bibliografia**

- BECKER, BERTHA K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org.) *Fronteiras*. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1988, p. 60-89.
- BRAGA, José Carlos de Souza e PAULA, Sergio Góes de. *Saúde e Previdência – estudos de política social*. São Paulo: HUCITE, 1986.
- BROWN, T. M.; CUETO, M. & FEE, E. The World Health Organization and the Transition from ‘International’ to ‘Global’ Public Health. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 96, n. 1, p. 62-72, 2006.
- CAMPOS, Francisco Itami. “Cidade: Espaço de Dominação”. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Depto. Geografia. UFG. 14(1), jan/dez – 1994/61-75.



CUETO, Marcos. The Origins of Primary Health Care and Selective Primary Health Care. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 94, n. 11, p. 1.864-1.874, nov. 2004.

DONNANGELO, Maria Cecília F. *Medicina e Sociedade*. São Paulo: PIONEIRA, 1975.

MACIEL, Laurinda Rosa. *Em Proveito dos Sãos, perde o Lázaro a Liberdade – uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941 – 1962)*. 2007. 380p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1988.

MAHONEY, James e THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, James. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1988.

MERCADANTE, Octávio Azevedo (coord). Evolução das Políticas e do Sistema de Saúde no Brasil. In: FINKELMAN, Jacobo (org). *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da Literatura*. Sociologias. Porto Alegre Jul/Dez. 2006. ISSN 1517-4522.

TAVARES, Hermes M. Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais. In: PIQUET, Rosélia e RIBEIRO, Ana Clara T. (orgs.) *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1991, p. 85-95.

